

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

169 out./dez. 2010

ISSN 1413-1536



Entrevista:
Asher Kiperstok
O que você tem
a ver com isso?

Ponto de vista:
**Gustavo Casseb
Pessoti**

Desindustrialização
ou crise na indústria?

**Recuperação
do setor externo**

**Dinâmica dos municípios
agroindustriais em 2008**

publicações
SEI

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

169 out./dez. 2010

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

A recuperação da economia baiana no pós-crise

Carla do Nascimento,
Jorge Tadeu Caffé,
Rosângela Conceição

Entrevista

20

O que você tem a ver com isso?

Asher Kiperstok

Artigos

32

Recuperação do setor externo e tendências de reconfiguração

Celeste Maria Philigret Baptista,
Irailton Silva Santana Júnior

42

O planejamento estratégico como artefato gerencial para as organizações do terceiro setor: uma análise na Região Metropolitana de Salvador

Raimundo Nonato Lima Filho,
Rodrigo Silva de Sousa,
Adriano Leal Bruni,
José Bernardo Cordeiro Filho

51

Mercado de trabalho da RMS e demais regiões metropolitanas – uma análise baseada na PME

Lucas Marinho Lima,
Eletice Rangel Santos,
Edelcique Machado Serra

60

Biodiesel de mamona: Brasil e Bahia

Francisco Luis Lima Filho,
Jamilly Dias dos Santos

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ZEZÉU RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jackson Ornelas Mendonça, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Caffé
Natália Cardoso Rangel (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Ana Paula Porto

PADRONIZAÇÃO E ESTILO/EDITORIA DE ARTE
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Santana

REVISÃO DE LINGUAGEM
Luiz Fernando Sarno

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

Colaboraram com este número a jornalista Luzia Luna e a economista Maria Margarete de C. Abreu Perazzo.

70

Eficiência econômica da estrutura produtiva e tecnológica da economia baiana

José Afonso Ferreira Maia,
Sandra Almeida da Silva,
Telma Teixeira

Seção especial

80

PIB municipal revela maior dinâmica dos municípios agroindustriais em 2008

Gustavo Casseb Pessoti,
João Paulo C. Santos,
Karina Carneiro da Silva,
Simone Borges Medeiros
Pereira

Ponto de vista

90

Desindustrialização ou crise na indústria? Um breve balanço do setor industrial na Bahia

Gustavo Casseb Pessoti

Investimentos na Bahia

92

Investimentos industriais previstos deverão gerar no estado da Bahia um volume de aproximadamente R\$ 30 bilhões até 2014

Fabiana Karine Santos de
Andrade

96
Livros

98
Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

109

Indicadores econômicos

116

Indicadores sociais

126

Finanças públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2010.
n. 169
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



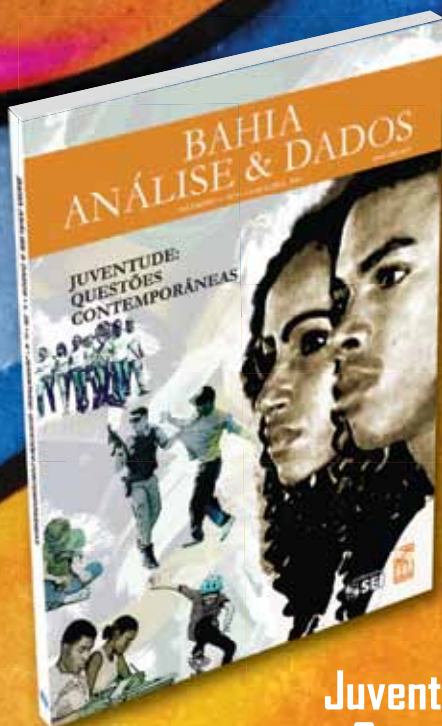
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

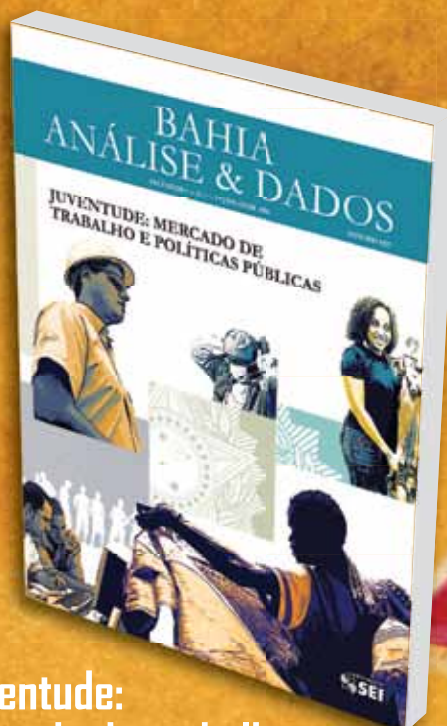
BAHIA ANÁLISE & DADOS

A revista Bahia Análise & Dados
apresenta dois volumes com
temáticas ligadas à Juventude.

Educação, escola, trabalho, questões
de gênero e raça, sexualidade, ação
comunitária e violência, entre outros
temas, discutidos com o dobro de
argumentos para promover reflexões
sobre nossos jovens.



Juventude:
Questões
contemporâneas



Juventude:
Mercado de trabalho
e políticas públicas

Confira! www.sei.ba.gov.br

Carta do editor

Após a adoção, em 2009, de medidas anticíclicas para conter os efeitos da crise financeira internacional, o ano de 2010 apresenta-se como um período de retomada do crescimento econômico. Prezando pela divulgação rápida e eficiente da informação, a edição 169 da revista *Conjuntura & Planejamento* traz trabalhos que ressaltam o momento de expectativas da política econômica vivido pelo país e que tem repercussões nas esferas estaduais. Essas expectativas positivas para o desempenho da economia internacional apontam para a manutenção do crescimento das economias em 2011, porém em níveis moderados.

Na seção de destaque, a equipe de acompanhamento conjuntural analisa o comportamento da economia baiana no terceiro trimestre de 2010. De acordo com os dados apresentados, as economias brasileira e baiana confirmam as expectativas de recuperação. Na Bahia, os primeiros três trimestres foram de expansão, evidenciada pelo resultado do PIB e dos indicadores econômicos.

Os artigos *Recuperação do Setor Externo e tendências de reconfiguração*, de Celeste Maria Philigret Baptista e Iralton Silva Santana Júnior, e *Mercado de trabalho da RMS e demais Regiões Metropolitanas – uma análise baseada na PME*, de Lucas Marinho Lima, Eletice Rangel Santos e Edelcique Machado Serra, retratam, de forma específica a cada área de estudo, o comportamento do país e da Bahia diante de uma nova configuração política e econômica no cenário mundial. Seguindo essa mesma linha de abordagem sobre o crescimento econômico, o trabalho de Gustavo Casseb Pessoti, João Paulo C. Santos, Karina Carneiro da Silva e Simone Borges Medeiros Pereira analisa a dinâmica do PIB municipal em 2008.

Na seção *Ponto de Vista*, Pessoti analisa o comportamento do setor industrial baiano nos últimos anos. Na sua avaliação, o problema na indústria baiana não é pontual, antes se deve ao fato da indústria de transformação do estado ser extremamente concentrada no setor químico/petroquímico, bem como não possuir autonomia no controle das variáveis de política macroeconômica.

Para *Entrevista*, a edição 169 da C&P conta com a colaboração do coordenador da Rede de Tecnologias Limpas, TECLIM, Asher Kiperstok. Ao abordar a questão ambiental, ele traz para o centro da discussão a crise ambiental que o mundo está vivendo. Na sua explanação Kiperstok elenca problemas como a destruição da biodiversidade para o plantio de biocombustíveis e suas consequências para o meio ambiente ao comprometer os ecossistemas.

Assim, a revista *Conjuntura & Planejamento*, ao trazer assuntos sobre o atual cenário econômico, permite aos leitores formular suas expectativas em relação ao comportamento da atividade econômica nacional e baiana para os próximos meses. Nesse aspecto, a edição 169 da publicação descreve uma conjuntura ainda favorável às variáveis que levam ao crescimento da economia da brasileira.

A recuperação da economia baiana no pós-crise

Carla do Nascimento*
Jorge Tadeu Caffé**
Rosângela Conceição***

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou taxa positiva de 6,7% no terceiro trimestre de 2010 (A ECONOMIA..., 2010), comparado ao mesmo período do ano anterior, após resultado também positivo (9,2%) no segundo trimestre, confirmando as expectativas de recuperação da economia brasileira. Da mesma forma, a economia baiana manteve o resultado positivo e elevado em seu PIB (6,4%), sendo a quarta taxa positiva consecutiva (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010). Neste sentido, o PIB nacional e da Bahia acumularam, no período de janeiro a setembro, respectivamente, taxas de 8,4% e 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quando analisado o comportamento do PIB nacional por setor de atividade, no acumulado de 2010, em comparação ao mesmo período do ano anterior, constatou-se que a indústria variou positivamente (12,3%), puxando o crescimento da economia brasileira, sendo acompanhada pelo setor agropecuário (7,8%) e pelo setor de serviços, que registrou um crescimento de 5,7% (A ECONOMIA..., 2010).

* Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Especialista em Planejamento Agrícola. Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Seplan/SEI. tadeu@sei.ba.gov.br

*** Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs). Especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br





As estimativas da produção agrícola brasileira em novembro, apresentadas pelo IBGE, [...] indicaram que a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas de 2010 deverá registrar aumento anual de 11,1%

Na Bahia, o valor adicionado, no que se refere aos setores, resultou, em ordem de valor, do crescimento da indústria (11,1%), da agropecuária (9,1%) e dos serviços (7,5%), comparando-se o período de janeiro a setembro de 2010 com igual período do ano anterior (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Desta forma, os indicadores econômicos para o acumulado no ano de 2010 sinalizaram a continuidade da dinâmica de crescimento da economia brasileira, principalmente em relação à produção, vendas internas e externas (exportações) e emprego.

As estimativas da produção agrícola brasileira em novembro, apresentadas pelo IBGE, no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2010), indicaram que a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas de 2010 deverá registrar aumento anual de 11,1%, totalizando 148,8 milhões de toneladas, previsão 1,9% superior à safra recorde de 2008 (146,0 milhões de toneladas). Entre os produtos que têm perspectivas de elevações destacam-se soja (20,2%), trigo (15,3%) e milho (8,7%); em sentido contrário, os recuos são estimados para as safras de arroz (-10,3%) e feijão (-7,4%).

A produção física industrial nacional acumulou aumento de 11,8% no período de janeiro a outubro de 2010, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2010a). Considerando-se as categorias de uso, destaca-se o setor de bens de capital, que apresentou a maior variação, com taxa de 24,0%. A categoria bens de consumo duráveis também registrou taxa positiva de 11,3%, além da produção

de bens intermediários, que registrou acréscimo de 12,9%, e da produção de bens de consumo semi e não duráveis, que aumentou 5,9% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2010b). Esse conjunto de indicadores apontou para a recuperação da capacidade de produção do setor industrial e dos investimentos. A dinâmica na atividade industrial contribuiu para a ampliação das vendas externas.

No período de janeiro a novembro de 2010, as empresas brasileiras exportaram US\$ 181,0 bilhões, representando um aumento de 30,7% em relação ao ano anterior. Já as importações, com um volume de US\$ 166,1 bilhões, registraram um acréscimo de 43,9%. O maior incremento no percentual nas importações comparativamente às exportações reduziu o superávit para US\$ 14,9 bilhões, contra US\$ 23,1 bilhões no mesmo período de 2009 (BRASIL, 2010). Considerando-se as exportações por fator agregado, na comparação com 2009, os produtos básicos cresceram 40,2% e os semimanufaturados e manufaturados aumentaram, respectivamente, 37,9% e 19,2%. Ressalta-se que as exportações de bens industrializados responderam por mais da metade (53,7%) do total exportado pelo Brasil no período.

Quanto aos blocos econômicos de destino, destacou-se a Ásia. Com aumento nas vendas de 38,5%, esse bloco econômico ocupou a primeira posição com participação de 28,3% no total das exportações brasileiras, superando o acréscimo nas exportações para a América Latina e Caribe (35,9%) e para a União Europeia (23,9%). Razão atribuída, basicamente, ao comportamento da economia chinesa, que continua a liderar com taxas de crescimento expressivas e a manter sua demanda por importações. As exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 28,2

As exportações brasileiras para a China atingiram US\$ 28,2 bilhões, representando um incremento de 41,6% e uma participação de 15,6% do total de produtos comercializados com o mundo

bilhões, representando um incremento de 41,6% e uma participação de 15,6% do total de produtos comercializados com o mundo. A América Latina e o Caribe tornaram-se o segundo maior parceiro comercial, respondendo por 23,4% das exportações, seguido pela União Europeia e EUA, com participações de 21,3% e 9,5%, respectivamente (BRASIL, 2010).

No âmbito do mercado interno, o comércio varejista manteve-se em crescimento durante o ano de 2010, beneficiado por fatores como a manutenção do nível de renda e a elevação do número de empregos, associados a um quadro de melhoria da confiança dos consumidores quanto ao desempenho da economia. No período de janeiro a outubro de 2010 foi registrado, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2010) do IBGE, crescimento de 11,1% no volume vendas do varejo, superior ao resultado obtido no mesmo período de 2009 (5,1%).

Nesse período, o principal destaque no varejo ficou com o segmento de bens não duráveis, no caso o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo – que registrou acréscimo significativo de 9,7%. Na segunda posição, beneficiado pelo aumento da renda real, pelas facilidades de crédito e pela queda dos preços no setor em virtude da valorização cambial, figura o segmento de móveis e eletrodomésticos, que cresceu 18,1% no período. Considerando-se o comércio varejista ampliado, verifica-se o crescimento significativo em veículos e motos (11,3%) e em material de construção (15,6%), favorecido pelas medidas oficiais de incentivo à construção civil (redução do IPI e ampliação das linhas de crédito), aliado ao aumento de renda.

O mercado de trabalho mostrou-se dinâmico no período de janeiro a novembro de 2010, contribuindo para os bons resultados da economia brasileira. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (2010) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período foram criados 2.544.457 novos postos de trabalho, o que significou um aumento de 7,7% em relação ao mesmo período de 2009. Em relação aos setores, o destaque foi para a construção civil, que, impulsionada pela expansão de novas moradias e pelas obras civis, principalmente em infraestrutura, apresentou um aumento de 14,8% na oferta de novas vagas. Vale

ressaltar, também, o satisfatório desempenho da indústria de transformação, com uma taxa de expansão de 8,6%, refletindo o bom comportamento dos segmentos de calçados (15,9%) e metalurgia (10,9%). O setor de serviços, com taxa de crescimento de 7,1%, continuou sendo o segmento com maior criação de vagas em números absolutos (939 mil).

As informações apuradas pela Pesquisa Mensal do Emprego (2010), para as seis regiões metropolitanas pesquisadas, indicaram redução na taxa de desemprego, que registrou taxa de 6,1% no mês de outubro ante 7,5% em outubro de 2009, indicando queda de 1,4 p.p. no decorrer de um ano. Esse resultado representa o mínimo histórico da série iniciada em março de 2002. O emprego, medido pelo total de ocupados nas regiões metropolitanas, apresentou elevação de 3,9% em relação ao mês de outubro do ano anterior.

Essa expansão da população ocupada vem garantindo a manutenção do crescimento da massa salarial na economia brasileira. Após obter alta de 4,0% no ano de 2009, a massa salarial real habitualmente recebida, considerando-se todos os rendimentos recebidos, registrou aumento de 7,0% nos dez meses decorridos do ano (PESQUISA MENSAL DO EMPREGO, 2010). Com a inflação sob controle, o crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores favoreceu a ampliação do consumo doméstico, justificando a expressiva contribuição do consumo das famílias no PIB brasileiro (6,9%).

O crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores favoreceu a ampliação do consumo doméstico, justificando a expressiva contribuição do consumo das famílias no PIB brasileiro (6,9%)

O comportamento dos preços mostrou-se ascendente no terceiro trimestre de 2010. Após registrar altas de 0,45% em setembro e de 0,75% em outubro, a inflação medida pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou novamente em novembro, para 0,83%. Com isso a inflação acumulada no período de janeiro a novembro de 2010 foi de 5,25%, 1,32 p.p. acima da observada em igual período de 2009.

Diante do cenário de elevação dos preços, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional adotaram “medidas de natureza macroprudenciais”¹ que visavam limitar a expansão do crédito no país, quais sejam: elevação da taxa de contrato de depósito interfinanceiro e aumento da alíquota do compulsório dos depósitos a prazo.

Neste contexto, tendo por base a avaliação da conjuntura macroeconômica e da dinâmica dos preços, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 10,75% a.a., indicando que aguarda os efeitos das medidas para avaliar quais os próximos passos de estratégia da política monetária (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

É dentro desse panorama que as próximas seções estão destinadas a analisar mais detalhadamente o comportamento da economia baiana, do ponto de vista dos diferentes indicadores de atividade econômica. Ao mesmo tempo, enfocam as expectativas para os próximos meses, considerando-as favoráveis, uma vez que não existem, no curto prazo, previsões de novos abalos no mercado internacional capazes de afetar a economia brasileira. No entanto, é importante ressaltar, que o crescimento do nível de atividade tende a assumir uma outra trajetória face às expectativas de limitação da expansão do crédito, que equivalem a um aperto monetário e, conseqüentemente, devem afetar o nível de atividade econômica.

¹ O Conselho Monetário Nacional (CMN) e a diretoria colegiada do Banco Central (BC) adotaram um conjunto de medidas de natureza macroprudencial para aperfeiçoar os instrumentos de regulação existentes, manter a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e permitir a continuidade do desenvolvimento sustentável do mercado de crédito. As iniciativas visam, ainda, dar prosseguimento ao processo de retirada gradual dos incentivos introduzidos para minimizar os efeitos da crise financeira internacional de 2008 (CMN e BC adotam ..., 2010).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2010) do IBGE, em novembro, a estimativa da safra nacional de grãos, compreendendo algodão, feijão, milho, soja e sorgo, projeta uma produção superior em 13,2% à obtida em 2009. Na Bahia, a expectativa é também de colher uma produção de grãos 10,9% maior que em 2009, traduzida por 6,6 milhões de toneladas, em que três *commodities* agrícolas – soja, milho e algodão – deverão contribuir com mais de 93,3% desse total. Assim, a previsão que se faz da safra de grãos para 2010 é seguramente a maior no registro estatístico do estado. Entretanto, apenas milho e sorgo figuraram com declínio de produção, de 5,0% e 14,7%, respectivamente, em razão de problemas climáticos e de preços.

Acerca das culturas agrícolas tradicionais no estado, cuja pauta é composta de mandioca, cana-de-açúcar, cacau e café, o LSPA para o mês em questão revelou um panorama em que todas elas apresentaram crescimento de produção, variando de 3,6% (cacau) a 20,6% (cana-de-açúcar).

De acordo com prognóstico do IBGE para 2010/2011, dois fatores garantirão uma boa safra das *commodities* agrícolas: a alta nos preços dos grãos – em razão dos baixos estoques – e a crescente demanda internacional (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2010).

De acordo com [...] IBGE, em novembro, a estimativa da safra nacional de grãos, compreendendo algodão, feijão, milho, soja e sorgo, projeta uma produção superior em 13,2% à obtida em 2009

No âmbito estadual, a Região Oeste responde por mais de 90% da área plantada, e os 10% restantes decorrem de outras regiões cotonicultoras, cuja área total corresponde a 269 mil hectares

Na produção de grãos destaca-se o algodão, cuja produção nacional, na estimativa do IBGE para 2010 deverá ser de 2,9 milhões de toneladas, e a da Bahia, 995,3 mil toneladas, representando 34%. A Região Oeste da Bahia responde atualmente por 30% de todo algodão que o Brasil produz, com perspectiva de aumento desse percentual, pois observa-se uma incorporação de novos produtores na exploração dessa cultura na safra corrente.

No âmbito estadual, a Região Oeste responde por mais de 90% da área plantada, e os 10% restantes decorrem de outras regiões cotonicultoras, cuja área total corresponde a 269 mil hectares. A agricultura familiar, por sua vez, representa algo em torno de três mil hectares, localizados, sobretudo, na Região Sudoeste.

Em 2010, o Brasil fechará algo em torno de 520 mil toneladas exportadas, sendo a China um dos maiores compradores. As exportações baianas de algodão e derivados, acumuladas até outubro de 2010, apontaram um volume de 150,3 mil toneladas.

O segundo prognóstico do IBGE para a safra 2011 estimou uma produção de algodão para o país da ordem de 3,9 milhões de toneladas, contra 2,9 milhões de toneladas obtidas em 2010, indicando um incremento de 34,3%.

A produção brasileira de soja de 2010 crescerá em torno de 20,3% em relação a 2009. A produção baiana incrementar-se-á mais que a nacional, pois estima-se um aumento de 28,2%, segundo levantamento do IBGE. Em números

absolutos, a estimativa para a produção nacional de soja é de 68,5 milhões de toneladas e a baiana de 3,1 milhões de toneladas, representando 4,5%.

A escalada dos preços internacionais da soja e derivados (farelo e óleo) deverá propiciar um novo recorde da receita das exportações brasileiras desses produtos. A China, país que lidera as importações globais de soja em grão, poderá chegar a 57 milhões de toneladas em 2010, ou 13,2% mais que em 2009. Os embarques do Brasil, segundo maior exportador mundial de soja em grão, são estimados em 31,4 milhões de toneladas.

As exportações acumuladas, de janeiro a outubro de 2010, de soja e seus derivados na Bahia somaram 2,3 milhões de toneladas, acusando um incremento de 3,5% em relação a 2009. Já em relação ao valor exportado do grão em apreço, em igual período, observou-se decréscimo de 6,4% (BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR, 2010).

O segundo prognóstico de soja do IBGE para o país, fixado em 68,4 milhões de toneladas, indica uma variação negativa de 0,2% em comparação ao volume obtido em 2010. O menor rendimento físico esperado para a próxima safra é atribuído ao ritmo atrasado no plantio em boa parte do país, em virtude de irregularidade nas precipitações e ao fenômeno climático *La Niña*.

A produção total de milho no estado é estimada em 2,05 milhões de toneladas em 2010. Observou-se um decréscimo de produção da ordem de 5,5%, decorrente da redução da área plantada e colhida e da estagnação do rendimento físico. Os números desfavoráveis para essa safra foram provenientes das oscilações na cotação de preços que o produto apresentou ao longo deste ano, em razão do elevado custo de produção, além da escassez de chuvas durante o período de safra.

A Região Oeste da Bahia, responsável por 50% de todo o milho produzido no estado, apresentou cotação média da saca de 60 Kg no valor de R\$ 24,00, em novembro de 2010. O primeiro levantamento de intenção de plantio da safra 2010/11, realizado pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) (2010), apontou para decréscimos de produção (-13%) e área colhida (-10%) nessa importante região produtora.

Os preços do feijão, após apresentarem aumentos em setembro de 2010, recuaram ao longo de novembro deste ano. A queda nos preços é justificada pelo aumento da oferta do grão no mercado

O feijão na safra de 2010 apresentou um resultado negativo da ordem de 7,3% no país, por conta da escassez de chuvas. Na Bahia, essa cultura possui duas safras. A primeira foi colhida no primeiro semestre e a segunda encontra-se na fase de comercialização. Quando somadas, apresentaram incrementos positivos de produção em redor de 3,0% em relação a 2009.

Os preços do feijão, após apresentarem aumentos em setembro de 2010, recuaram ao longo de novembro deste ano. A queda nos preços é justificada pelo aumento da oferta do grão no mercado, em razão do período da segunda colheita em vigência, não obstante os valores pagos continuarem atrativos e remuneradores para o produtor. Os preços médios da saca de 60 Kg de feijão "carioca" foram cotados a preços variados em novembro: R\$ 90,00 na praça de Adustina; R\$ 100,00 em Irecê; R\$ 130,00 em Barreiras; R\$ 130,00 em Ribeira do Pombal; e R\$ 140,00 em Tucano (BAHIA, 2010).

A produção de cana-de-açúcar no Brasil cresceu 6% entre as safras de 2009 e 2010. Esse percentual para a produção baiana foi de 20,6% em igual período. Entretanto, a produção de cana no estado representou apenas 0,8% da produção nacional, ou 5,6 milhões de toneladas em 2010.

O Brasil vem aumentando significativamente a produção de etanol e açúcar. A previsão da safra de cana que será moída pela indústria sucroalcooleira em 2010 é estimada em 652 milhões de toneladas, representando um aumento

de 7,8% na produção total em relação a 2009. Estima-se que a Bahia produza apenas 0,4% do açúcar e 1% do etanol demandado no país. No mercado interno e externo, os preços do açúcar mostraram-se firmes. Também os preços do etanol combustível seguiram trajetória firme e alta no mercado interno em 2010.

Com aumento significativo da área plantada, que mais que duplicou (52,5%) em 2010, além do incremento da produção em patamar estimado de 11,0%, e também da produtividade (4,0%), a cultura da mandioca encontra-se com sua colheita em andamento, no mês de novembro de 2010, na Bahia. Acerca dos preços praticados no mercado, o bom desempenho da economia aqueceu a demanda de alimentos, colocando os preços da mandioca em patamares satisfatórios. Com base no levantamento da Seagri (BAHIA, 2010), a saca de 50 Kg foi cotada ao preço médio de R\$ 85,00, em novembro de 2010, na praça de Salvador.

O cacau baiano, que representa 61,6% da produção do país, apresenta-se com colheita em andamento no calendário agrícola de novembro. Estima-se aumento de 3,6% na produção e de 4,5% na área colhida. Já o rendimento físico decresceu apenas 1,0%. No mês em curso, o mercado de cacau expressou sinais de melhora na demanda internacional. No mercado doméstico, a arroba da amêndoa manteve-se em torno de R\$ 77,00 nas praças de Ilhéus e Itabuna, de acordo com cotações divulgadas pela Seagri (BAHIA, 2010).

O cacau baiano, que representa 61,6% da produção do país, apresenta-se com colheita em andamento no calendário agrícola de novembro. Estima-se aumento de 3,6% na produção e de 4,5% na área colhida

A produção de café no país aumentou 18%, passando de 2,4 para 2,9 milhões de toneladas de 2009 para o ano em curso. Na Bahia também observou-se incremento de produção da ordem de 9,9%, em igual período, significando uma produção de 194 mil toneladas. As exportações baianas de café e especiarias acumularam em novembro 36,8 mil toneladas, acusando decréscimo de 10,0% em relação a igual período de 2009. Quanto aos preços do café (arábica e robusta), registraram altas em novembro. O aumento nas cotações internacionais também elevou os preços no mercado interno. Os preços da saca de café, cotados nas praças de Vitória da Conquista e Eunápolis, foram, em média, R\$ 380,00 e R\$ 170,00, para o café robusta despulpado e o café conillon, respectivamente (BAHIA, 2010).

INDÚSTRIA

A produção física da indústria baiana (transformação e extrativa mineral), no terceiro trimestre de 2010, registrou acréscimo de 5,8%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2010) do IBGE, comparado com o mesmo período de 2009. Quando analisado o desempenho no período de janeiro a outubro de 2010, em relação a 2009, verificou-se um incremento acumulado de 10,2%.

O desempenho da produção industrial no acumulado de 2010 foi influenciado pelo resultado positivo em todos os oito segmentos da indústria de transformação, que cresceu 10,4%. Os maiores impactos positivos foram observados em refino de petróleo e produção de álcool (28,4%), alimentos e bebidas (8,0%) e metalurgia (12,5%).

A performance da indústria baiana pode ser verificada no Gráfico 1, que ilustra o comportamento estável da indústria baiana no pós-crise. O índice de média móvel trimestral mostra que ao avançar 1,2% entre setembro e outubro, o setor acelerou o ritmo de expansão frente ao resultado registrado no mês anterior (0,3%). O indicador acumulado totalizou, no período de janeiro a outubro de 2010, um acréscimo de 1,1%.

A manutenção do crescimento da produção física da indústria impactou o nível de emprego, que segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (2010) do IBGE, registrou acréscimo na indústria geral de 7,8% no terceiro trimestre de 2010, comparando-se com o mesmo período de 2009. O indicador acumulado totalizou, no período de janeiro a outubro de 2010, um acréscimo de 6,3%, comparado com 2009.

Como ilustrado no Gráfico 2, a curva de pessoal ocupado assalariado apresentou resultados positivos na média

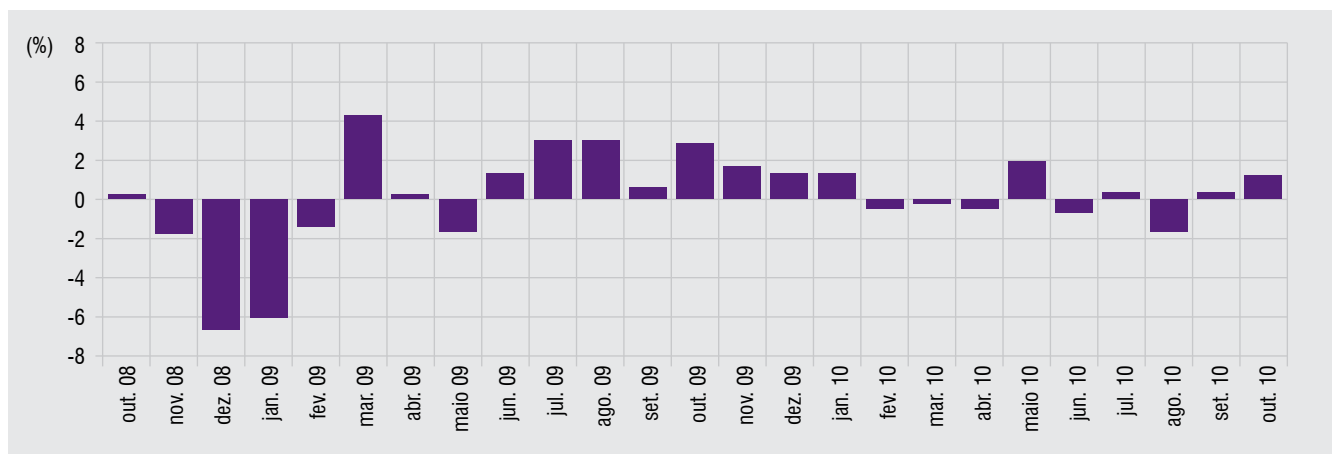


Gráfico 1
Produção física industrial
Variações mensais (1) da Média Móvel Trimestral (2) – Bahia – out. 2008-out. 2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mês exatamente anterior.

(2) Série com ajuste sazonal.

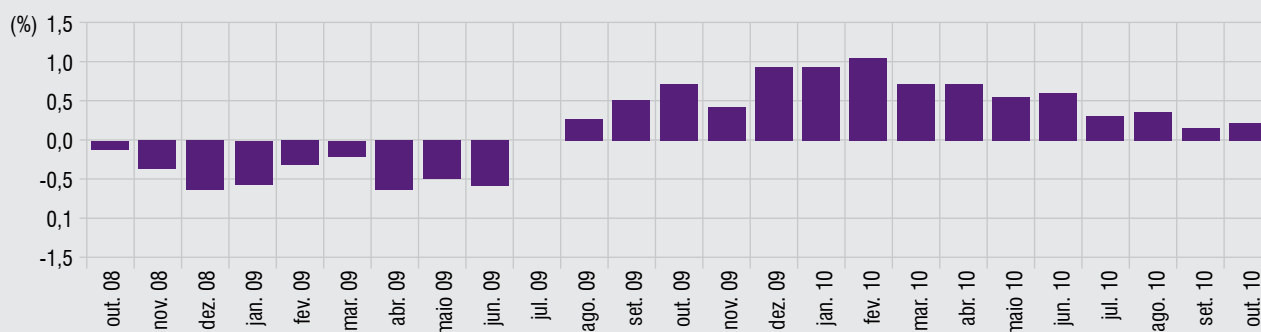


Gráfico 2
Pessoal ocupado assalariado
Variações mensais (1) da Média Móvel Trimestral (2) – Bahia – out. 2008-out. 2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mês exatamente anterior.

(2) Série com ajuste sazonal.

móvel trimestral com taxas de crescimento positivas desde agosto de 2009. O índice de média móvel trimestral registrou crescimento de 0,2% entre setembro e outubro, após quatorze meses de taxas positivas, período em que acumulou expansão de 8,3%.

Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador anual (janeiro a outubro) do emprego industrial em 2010, destacaram-se calçados e couro (17,5%), outros produtos (17,7%), produtos de metal (13,3%) e máquinas e equipamentos (12,2%). Por outro lado, os principais segmentos que apresentaram contribuições negativas no número de pessoas ocupadas nesse período foram fumo (-27,0%), meios de transporte (-6,0%) e produtos químicos (-4,9%).

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações baianas, no terceiro trimestre, atingiram volume de US\$ 2,485 bilhões, com aumento de 14,3%, comparado com igual período de 2009. As importações registraram acréscimo de 22,0%, com volume de US\$ 1,700 bilhão. O saldo da balança comercial no período foi de US\$ 784 milhões.

No período compreendido entre janeiro e novembro de 2010, a balança comercial baiana registrou exportações com valor total de US\$ 8,078 bilhões, acréscimo de 27,2%

em comparação com o mesmo período de 2009. As importações registraram aumento de 44,0% no período, com total de US\$ 6,104 bilhões. Esses resultados configuraram um superávit no saldo comercial de US\$ 1,974 bilhão, 6,5% inferior ao observado no mesmo período em 2009. A corrente de comércio exterior registrou aumento de 34,0%, atingindo US\$ 14,182 bilhões. Os três segmentos com maior participação, representando 53,9% no total das vendas externas, apresentaram crescimento significativo no período, destacando-se o segmento de químicos e petroquímicos, que cresceu 35,0%, seguido por papel e celulose (18,9%) e petróleo e derivados (79,0%) (BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR, 2010).

O Gráfico 3 ilustra o comportamento das exportações, importações e do saldo comercial baiano no acumulado dos últimos doze meses, evidenciando o aumento das importações superior ao das exportações a partir do mês de abril de 2010 e, consequentemente, o recuo do saldo comercial.

Em relação às exportações por fator agregado, no período de janeiro a novembro, destacou-se o acréscimo das vendas de bens industrializados com taxa da ordem de 34,0%, comparado ao mesmo período do ano anterior, enquanto as vendas do setor de básicos cresceram 6,6% no período. Entre os produtos industrializados tem-se acréscimo de 45,3% dos bens manufaturados no período.

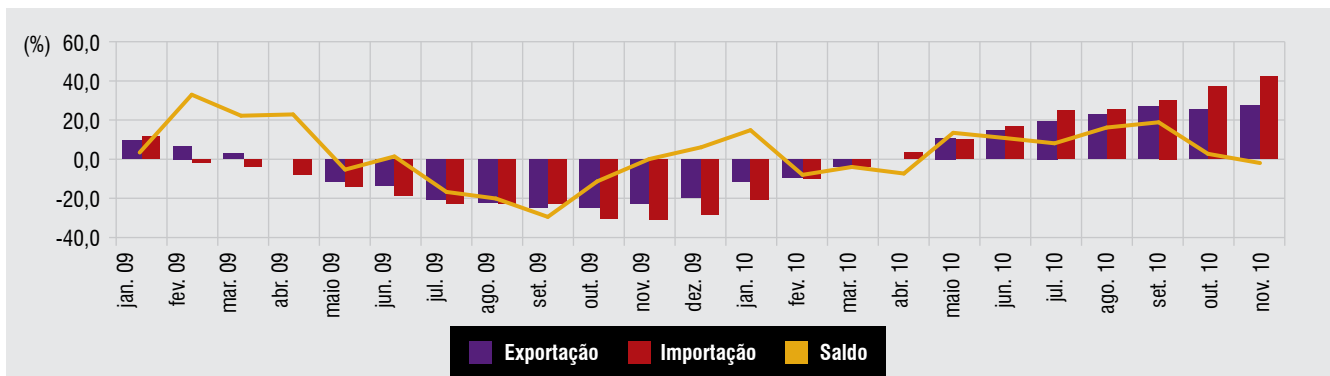


Gráfico 3
Exportações, importações e saldo comercial – Bahia, jan. 2009-nov. 2010

Fonte: SEI.

Nota: Variação acumulada nos últimos 12 meses.

Estados Unidos, China e Argentina lideram o ranking de principais destinos dos produtos estaduais nos onze meses do ano. Os três países alcançaram expressiva alta na comparação com mesmo período anterior – Estados Unidos (45,1%), China (10,6%) e Argentina (48,9%). Entre os blocos econômicos, a União Europeia liderou as compras de produtos da Bahia, atingindo US\$ 2,127 bilhões e elevação de 14,4% sobre os mesmos onze meses do ano passado, seguido de perto pela Ásia, que alcançou US\$ 1,883 bilhão e incremento de 23,0% no período.

Sobre os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o bloco ocupa a quarta posição, logo atrás da Nafta, e acumula alta de 13,2% nas exportações nos primeiros

onze meses do ano. A corrente de comércio acumulada até novembro de 2010 registrou US\$ 2,192 bilhões. Entretanto, o saldo foi negativo para a Bahia, pois as importações superaram as exportações, fato também observado em 2009.

Considerando-se as importações baianas, que cresceram 44,0% nesses onze meses de 2010, observou-se que 41,5% foram decorrentes de compras de bens intermediários. Nesse grupo destacaram-se as compras de nafta para petroquímica e sulfeto de cobre, além de 23,0% em combustíveis e lubrificantes e 20,5% em bens de capital. Os outros 15,0% distribuíram-se entre bens de consumo.

COMÉRCIO VAREJISTA

O comércio varejista da Bahia, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (2010) do IBGE, registrou, no terceiro trimestre, crescimento de 8,1% no volume de vendas, comparado com igual período de 2009. O resultado positivo contribuiu para o setor acumular, no período de janeiro a outubro de 2010, taxa de 10,1% em relação ao mesmo período de 2009.

No indicador de média móvel trimestral, o volume de vendas no comércio varejista baiano apresentou comportamento diverso dos demais setores de atividade, tal como ilustrado no Gráfico 4, com taxas de crescimento positivas em quase todos os meses de 2010, excetuando-se

A União Europeia liderou as compras de produtos da Bahia, atingindo US\$ 2,127 bilhões e elevação de 14,4% sobre os mesmos onze meses do ano passado, seguido de perto pela Ásia, que alcançou US\$ 1,883 bilhão

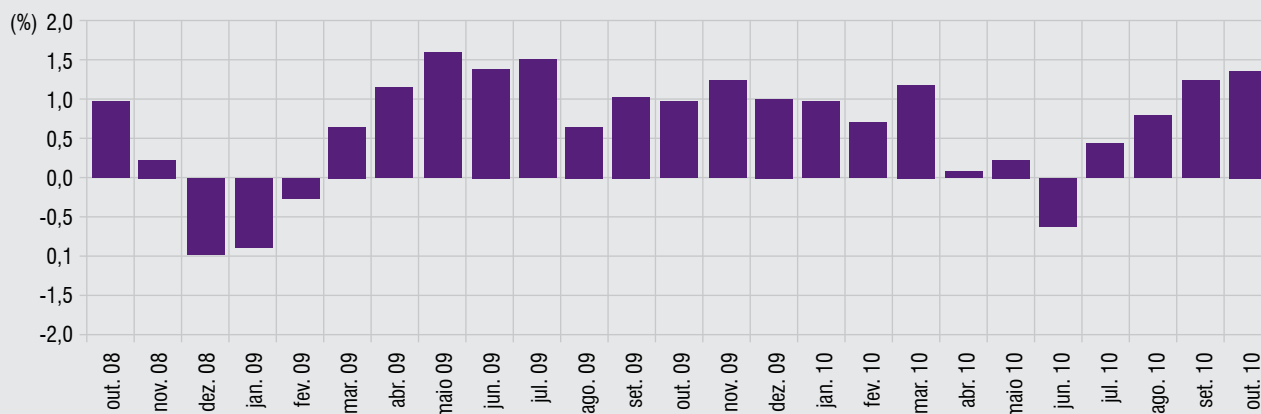


Gráfico 4
Volume de vendas no comércio varejista
Variações mensais (1) da Média Móvel Trimestral (2) – Bahia – out. 2008-out. 2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mês exatamente anterior.

(2) Série com ajuste sazonal.

o mês de junho, em que se observou desaceleração em relação ao mês anterior (redução de 0,6%). Esta performance caracterizou a continuidade de uma conjuntura favorável à expansão mais branda, porém consistente, do varejo. Nesse mesmo indicador, comparando-se o mês de outubro com setembro, o incremento foi de 1,4%, e nos últimos quatro meses de taxas positivas consecutivas acumulou incremento de 3,9%.

Todos os segmentos do varejo apresentaram resultados positivos nos primeiros dez meses de 2010, com destaque para as atividades de móveis e eletrodomésticos (19,8%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (16,3%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos (12,2%).

Neste sentido, a expansão registrada nas operações de crédito do sistema financeiro no trimestre encerrado em setembro refletiu a manutenção do dinamismo da atividade econômica. O estoque das operações de crédito com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas no estado, somou R\$ 142,0 bilhões no terceiro trimestre, elevando-se 18,5% no trimestre e 17,8% no período de janeiro a outubro. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas totalizaram R\$ 62,0 bilhões, crescendo 24,4% no trimestre e 24,9% no acumulado do ano. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$ 80,0

bilhões, com variações respectivas de 14,3% e 12,8% nos períodos considerados.

MERCADO DE TRABALHO

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (2010), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicaram redução no desemprego total, que registrou taxa de 15,4% no mês de outubro, ante 18,7% em outubro de 2009, indicando queda de 3,3 p.p. Esse resultado decorreu da queda da taxa de desemprego aberto de 11,4% para 10,1% da PEA e da redução da taxa de desemprego oculto de 7,3% para 5,3%, no mesmo período.

Com relação ao total de ocupados, constatou-se variação positiva de 7,4% em outubro, comparado ao mês de outubro de 2009. Nesse período, entre os ocupados por setores de atividade econômica, em números relativos, destacaram-se os segmentos da construção civil, outros setores e o setor de serviços, cujos incrementos foram da ordem de 25,5%, 10,4% e 6,3%, respectivamente. Entre as categorias de posição na ocupação, os assalariados apresentaram acréscimo de 9,0%. Ressalta-se neste grupo o aumento de 11,1% dos assalariados com carteira assinada do setor privado.

A geração de emprego formal no período de janeiro a outubro de 2010, apurada pelo Caged (2010), verificou-se a criação de 98.024 postos de trabalho na Bahia, representando um aumento de 6,8% no estoque de emprego

O nível de ocupação dos autônomos caiu 1,8% e o dos domésticos aumentou 7,2% no período.

Considerando-se apenas a geração de emprego formal no período de janeiro a outubro de 2010, apurada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (2010), verificou-se a criação de 98.024 postos de trabalho na Bahia, representando um aumento de 6,8% no estoque de emprego. Tal resultado decorreu principalmente do aumento de postos nos setores de serviços (30.036), construção civil (26.763), indústria de transformação (18.367), comércio (11.324) e agropecuária (9.345). Ressalte-se ainda que o saldo do período foi superior ao contabilizado em igual período do ano anterior (62.183 vagas) e em relação ao medido em todo o ano de 2009 (71.170 vagas).

Em nível espacial, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) contribuiu positivamente, apresentando acréscimo de 50.794 novos postos de trabalho formais no acumulado do ano, expressando um aumento de 6,7% no estoque de emprego. É importante ressaltar que o interior do estado criou 47.230 empregos com carteira assinada, equivalente a 48,2% das vagas celetistas. No âmbito municipal, destaca-se o município de Salvador com o maior saldo, de 26.761 empregos no período, seguido por Camaçari e Feira de Santana, que contabilizaram 9.259 e 7.948 empregos formais, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros três trimestres de 2010 marcaram o pós-crise, com a expansão da economia baiana, evidenciada tanto pelo resultado do PIB, que, no período, registrou crescimento acumulado no ano de 8,7% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, como pelos resultados dos indicadores econômicos, destacando-se a expansão da indústria, a ampliação nas vendas do comércio varejista, a manutenção do crescimento do saldo das exportações e a criação de milhares de empregos.

As perspectivas para o último trimestre de 2010, tanto para a economia brasileira como para a baiana, nos setores de produção agrícola, indústria e serviços – e dentro deste último, especialmente o comércio –, apontam para um desempenho positivo, uma vez que neste período observa-se aumento no volume de vendas para as festas natalinas e de novas encomendas para o ano de 2011.

Para a produção agrícola nacional, a previsão de safra de 2010 será superior à registrada em 2009. Também na Bahia a expectativa será de colher uma produção de grãos 10,9% superior à de 2009, que em relação ao volume representa 6,6 milhões de toneladas, a maior safra de grãos de todos os tempos. Os prognósticos da produção agrícola afirmam que a safra de 2011 apresentará resultados positivos, uma vez que os preços das *commodities* agrícolas apresentam-se favoráveis, mantendo-se os controles tecnológicos e climáticos.

O setor industrial, por sua vez, deverá manter o nível de produção elevado para aumentar os estoques de produtos acabados, respondendo às demandas encomendadas, tradicionais neste período. É importante ressaltar o fato de que o desempenho do setor, em 2011, está condicionado ao volume de inversões para a indústria e ao comportamento da atividade econômica mundial, à medida que parcela significativa dos bens produzidos pela Bahia destina-se ao mercado externo.

Em relação ao comércio exterior, espera-se melhora no saldo da balança comercial, com uma corrente de comércio superior à observada em 2009. Em 2011, as exportações em geral deverão crescer tanto em volume

como em valores, porém as exportações de produtos manufaturados continuarão enfrentando dificuldades em razão dos efeitos da valorização do real frente ao dólar. Entretanto, a grande ameaça consiste no aumento das taxas de crescimento das importações superior ao das exportações, que poderá conduzir para saldo negativo na balança comercial. Nos resultados relativos para o período de janeiro a novembro de 2010, já pode ser observado comportamento negativo para as variações acumuladas do saldo da balança comercial (-6,5%), comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No comércio varejista o ritmo de crescimento deverá desacelerar nos próximos meses, afetado pelas mudanças no crédito, emprego e renda. Nessa perspectiva, recentemente foram tomadas medidas de contenção de crédito que devem arrefecer o nível de atividade econômica, contribuindo para a queda do emprego e da renda.

O desemprego, ao longo dos três primeiros trimestres de 2010, apresentou contínuo recuo. No último trimestre de 2010 e primeiro de 2011 é provável que essa trajetória de queda continue. A manutenção do significativo crescimento do PIB nos três trimestres, resultante do aquecimento no nível da atividade de transformação industrial e do setor da construção civil, deverá impulsionar o volume de contratações, sobretudo aquelas com carteira assinada. Ressalte-se que os últimos três meses do ano são considerados, sazonalmente, períodos de aumento da oferta de empregos temporários, com ampliação dos números de postos de trabalho não formais.

A despeito do otimismo quanto ao desempenho da atividade econômica no decorrer do ano de 2010, atenção especial deverá voltar-se para o controle inflacionário, pois dele dependerá a continuidade da estabilidade econômica e do crescimento do PIB.

As últimas medidas adotadas pelas autoridades monetárias, ditas macroprudenciais², constituem-se em instrumentos para reduzir a liquidez e inibir a expansão do

crédito, destinados a conduzir a taxa de inflação para o centro da meta. Neste sentido, na última ata do Copom ficou consignado que aumentar-se-á a taxa Selic na próxima reunião (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010). Dentro deste contexto, as expectativas para os próximos meses são de aperto monetário e crescimento moderado do nível de atividade econômica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. *Levantamento de intenção de plantio no Oeste da Bahia, safra 2010-11*. Barreiras: AIBA, 2010. Disponível em: <http://www.aiba.org.br/estimativas/1_levantamento_intencao_plantio_oeste_bahia_safra_2010-11.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2010.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Cotação agrícola*. Salvador: Seagri, 2010. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/cotacao.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 07 e 08 dez. 2010*. [Brasília]: BACEN, 2010. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

BOLETIM DO COMÉRCIO EXTERIOR. *Desempenho do comércio exterior baiano*. Salvador: SEI, nov. 2010. Boletins Técnicos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Estatísticas do comércio exterior – DEPLA*. [Brasília]: MDIC, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, out. 2010. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

CMN e BC adotam medidas de caráter macroprudencial. Brasília: BACEN, 3 dez. 2010. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2010.

A ECONOMIA brasileira no 3º trimestre de 2010: visão geral. *Contas Nacionais Trimestrais*: indicadores de volumes e valores correntes. Rio de Janeiro, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

² Ver Ata do Copom (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010) e (CMN ..., 2010).

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *Taxa de desemprego atinge o menor nível da série*. Salvador: SEI, out. 2010. Boletins Técnicos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. *Índices especiais de categoria de uso por atividade*. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2010b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB cresce 6,4% no terceiro trimestre e estimativa para 2010 é de crescimento de 7,5%*. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2010.



Asher Kiperstok

O que você tem a ver com isso?

Com o olhar voltado para as urgentes questões ambientais globais, o engenheiro peruano radicado na Bahia, Asher Kiperstok, tornou-se um dos principais responsáveis no estado por alertar sobre o esgotamento dos limites planetários. Engenheiro Civil pelo Technion (Instituto Tecnológico de Israel), MPhil e PhD em Engenharia Química na área de Tecnologias Ambientais pela Universidade de Manchester e pesquisador do CNPq, ele é referência quando o assunto é informação sobre o cenário ambiental. Uma das suas iniciativas de maior reconhecimento hoje é a Teclim (Rede de Tecnologias

Limpas da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia), que implementa os conceitos de Prevenção da Poluição e Produção Limpa. A iniciativa já levou benefícios a empresas do Polo Petroquímico, além de andar a passos largos em projetos de redução do consumo de água e energia na própria Universidade e, mais recentemente, com o Programa de Racionalização do Consumo de Água e Energia nos Prédios Públicos Estaduais. Sua atuação e denso currículo fizeram de Kiperstok membro do Conselho de Desenvolvimento Social do Governo da Bahia e da Câmara de Engenharia e Computação da Fapesb.

Nesta conversa com a revista C&P, o engenheiro apresentou um panorama da atual situação ambiental mundial e as projeções para as próximas décadas, abordando o contexto local. Asher foi taxativo: “A savanização da Amazônia, que já tem indicadores de secas nunca acontecidas, vai acontecer, sem dúvida”. A afirmação soa como um ‘tapa na cara’, reforçado pela necessidade de alteração dos padrões individuais de comportamento. “O compromisso com isso quase todo mundo tem. O que as pessoas não têm é balizamento para saber que também estão na parada”.



C&P – Quais as tendências globais envolvidas no processo de transição para uma economia de baixo carbono?

Asher Kiperstok – A primeira observação que eu tenho a fazer aqui é a seguinte: há uma tendência, por conta da relevância na mídia, de pensar que a questão ambiental do momento é simplesmente a mudança climática. E não é. Esse é um dos aspectos da crise ambiental e tem efeitos que já aparecem como dramáticos, mas não são os únicos. Existe um risco de, no caminho de responder apenas à questão do lançamento do carbono, gerarmos problemas ambientais muito mais graves. Por exemplo: devastação de biodiversidade para plantio de biocombustíveis. Eu acho que, por que estou sequestrando carbono para gerar cana-de-açúcar para fazer etanol, estou resolvendo o problema. Posso estar piorando o

problema, na medida em que esteja alterando drasticamente o ecossistema, que vai perder as suas funções ambientais, simplesmente porque eu digo que estou zerando o crédito de carbono. Cabe refletir, por exemplo, que eu poderia lançar carbono de petróleo e sequestrar com o plantio de uma floresta biodiversa que recupere uma área degradada. Eu teria o balanço zero, da mesma maneira, só que eu teria funções ambientais mais amplas sendo preservadas. Então, é fundamental entender que não temos um único problema.

C&P – E quais são os principais problemas ambientais que estamos enfrentando?

AK – Eu sugiro, como referência para situar os diversos problemas, usar o artigo *Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity*. Ele foi publicado na

edição da revista *Nature* de setembro de 2009. Setembro de 2009 é três meses antes da COP 15 – a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas. O que é que houve por trás disso? A mídia entendeu que essas informações eram importantes de serem divulgadas. Veja a quantidade de autores que esse artigo tem. São 31 pesquisadores. Qual a importância disso? Os caras tiveram a ousadia de estabelecer e quantificar os limites planetários que não devem ser transgredidos sob pena da gente entrar em processos de mudanças irreversíveis extremamente graves. Por isso essa quantidade de autores. Eles identificam nove problemas ambientais. Dois deles, no momento da publicação, não tinham ainda uma quantificação em números, para ter os limites mais claramente estabelecidos: poluição química e deposição de carregamento de aerossóis atmosféricos.

Então, vejamos, o que está mais estourado é perda de biodiversidade. Perda de biodiversidade, a gente precisa entender, que não significa “saúde de não ter mais o mico-leão-dourado” ou alguma coisa assim. Significa alteração de equilíbrios de ecossistemas, pela perda da biodiversidade que caracteriza um ecossistema equilibrado, e que implica em mudanças de produtividade, de funções ambientais, de drenagem etc. Esse daqui, sem dúvida, está estourado dez vezes acima do que seria o limite.

C&P – Qual seria o segundo aspecto?

AK – O segundo espaço ambiental que já estourou é um que a gente raramente ouve falar. É a geração de nitrogênio reativo novo nos ecossistemas. Veja bem, o Planeta tem quase 80% da atmosfera de nitrogênio. Só que é um nitrogênio inerte. Ele não interage com os ecossistemas. Na hora que você pega esse nitrogênio e fabrica amônia, ou ureia, para ser fertilizante, seja em fábricas, como a Fafen (Fábrica de Fertilizantes da Bahia/Petrobras), ou por processos naturais biológicos que fixam nitrogênio, como o das leguminosas, você está transformando nitrogênio inerte em reativo, e com isso você está hiperalimentando a natureza. A maior parte do nitrogênio gerado industrialmente não se fixa na proteína que a gente come, seja da soja, seja do boi que comeu a soja; a maior parte se perde no ambiente, na aplicação agrícola. Então, imagina que o planeta é um cachorro, você tem que dar uma determinada ração, mas do seu prato fica caindo comida o tempo todo. Esse cachorro vira um porco e eventualmente perde qualidade de

vida e morre. Isso está acontecendo com esse nível de gravidade por conta do excedente de nitrogênio que está entrando nos ecossistemas. Mesmo esse nitrogênio que a gente consome na forma de proteína, todo ele – a não ser na fase de criança, que você está tendo que gerar novas células, incorporando o nitrogênio das proteínas no seu corpo – sai, basicamente, na forma de urina. E essa urina toda, com essa riqueza de nitrogênio, é tratada como dejetos e jogada na natureza também. Então, uma das regras do saneamento sustentável é que o sistema de saneamento não pode perder urina, porque ela tem nitrogênio na forma de amônia, na forma como a planta utiliza. Só que, hoje em dia, converse com alguém do setor de saneamento, o mínimo que ele pensa é que você é maluco. Então, enquanto mudanças climáticas e perda de diversidade já estão de alguma maneira começando a entrar na cabeça das pessoas, esse segundo maior problema ainda não se discute. A recuperação disso implicaria, basicamente, em segregar a urina de toda a cidade para voltar ao campo em vez de ir pro esgoto... eu não consigo imaginar isso em tempos hábeis.

C&P – Quais são os demais aspectos ambientais preocupantes listados por esses pesquisadores?

AK – Mudanças climáticas vem em terceiro. O quarto é um que aparece associado com o ciclo do nitrogênio, que é o ciclo do fósforo. A diferença do nitrogênio para o fósforo é que o fósforo é um recurso finito, tem um limite natural, porque vem de jazidas de rochas fosfáticas, que são quantificadas. Ele é fundamental para a vida. Esse fósforo, associado à ação

antrópica, é usado em fertilizantes na agricultura. Mas ele não está no nível de gravidade, por exemplo, do nitrogênio. Outro é a mudança no uso da terra, com a transformação pela agricultura, a devastação de florestas, a impermeabilização do solo. Este já está também com o sinal vermelho, passou da metade do caminho para o que seria o seu limite. Outro aspecto é a acidificação de oceanos, que também está muito associado à mudança climática, emissão de carbono e, principalmente, a emissões de enxofre. A questão da crise da água doce também aparece, mas observe que a sua relevância é bem menor em relação a outros problemas. É claro que há regiões do Planeta que têm isso como a principal crise. Por último, aparece a depressão do ozônio estratosférico, associado ao câncer de pele, ao buraco da camada de ozônio.

C&P – Voltando à questão do carbono, quais as principais causas antrópicas das emissões?

AK – Você tem vários fatores que contribuem para a emissão de carbono – tirando queimadas, porque aí é o grosso em termos de burrice planetária. Sobre isso, temos problemas regionais em relação à economia do gado, pelo fato da pecuária ainda ser muito atrasada e acharem que queimar é a única forma, mas a senadora Kátia Abreu, da Confederação Nacional da Agricultura, já reconheceu que é possível perfeitamente trabalhar com rotatividade de campos e acabar com essa eliminação de florestas. Então, se mesmo um setor tão retrógrado, como o pecuarista, já enxerga isso, é porque realmente é muito grosseiro. Mas tem outras emissões de carbono que são muito mais complicadas

porque envolvem interesses difusos, ou seja, todo mundo tem a ver com isso e não apenas um grupo: a emissão de carbono de combustíveis fósseis, pelo transporte individual, e a emissão de metano do gado, que é associado à cultura carnívora. Então, ninguém vai considerar que é fácil largar o transporte individual, nem que é fácil largar a cultura do consumo da carne. Que seriam duas grandes revoluções. O vegetariano tem logo de cara uma vantagem em termos de consumo de água. Está 100 anos à frente de qualquer pessoa que coma carne de gado. Não tenha dúvida, a utopia da sustentabilidade passa pelo não consumo de carne.

C&P – A questão energética também ocupa lugar de destaque nessa discussão...

AK – Há um trabalho da Agência Internacional de Energia, que é um dos organismos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que tem como

título *Cenários e estratégias para perspectivas tecnológicas da energia para 2050* e foi pedido pelo G8 para dar apoio ao plano de ação das oito maiores nações do Planeta. E o resumo executivo começa com uma afirmação, que é essa aqui, literal: “As atuais perspectivas globais são, colocadas de forma simples, insustentáveis”. Um painel de centenas de especialistas afirma isso. Eu tenho aqui a taxa anual de emissão de carbono, global, antrópica, relacionada com energia. Não estão aqui as queimadas, que no caso do Brasil são mais importantes que a própria emissão do transporte; e não estão aqui colocadas as emissões de metano. Para a OCDE, os países europeus e os Estados Unidos não existe problema de queimada. Então, em 2005, o Planeta emitia 28 Giga toneladas de CO₂ por ano para produção de energia. E aí ele apresenta três possíveis cenários. Um cenário que é “continue sua vida como ela é”; um cenário em que se coloca como meta voltar, em 2050, ao mesmo padrão de emissão de 2005; e uma meta de chegar a 2050 com a metade das emissões de 2005, chegando a uma emissão anual de 14 Giga toneladas. Agora, uma redução da emissão em termos absolutos não quer dizer que vai haver uma redução na concentração de carbono estocada na atmosfera. Estou jogando menos, mas continuo jogando acima do que é absorvido. Simplesmente, tem uma taxa menor de crescimento da concentração de carbono. Mas em termos absolutos, o que acontece? Temos 385 ppm (partes por milhão) de carbono, em termos de CO₂, na atmosfera, em 2005. Se a gente continua nossa vidinha como ela é, chega a 550 ppm; se conseguirmos voltar ao

Se eu faço uma verdadeira revolução industrial e consigo chegar a 445 ppm de CO₂, mesmo assim, o colapso da Floresta Amazônica enquanto ecossistema tropical não seria evitado. [...] A savanização da Amazônia, que já tem indicadores de secas nunca acontecidas, vai acontecer, sem dúvida

mesmo padrão de emissão de 2005, serão 485 ppm. E se reduzirmos à metade, com uma verdadeira revolução energética, ainda temos um aumento de 385 para 445 ppm.

C&P – O que representam 445 ppm de CO₂ na atmosfera em termos de mudança climática?

AK – O IPCC (sigla em inglês de Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) diz que isso vai implicar no aumento da temperatura, em cima dos valores termoindustriais, que é a referência que o IPCC usa, de 2,4 a 3,2 °C, nesse horizonte de 2050. O aumento da temperatura nesses valores implica, por exemplo, no colapso da Floresta Amazônica enquanto ecossistema. Resumindo: se eu faço uma verdadeira revolução industrial e consigo chegar a 445 ppm

Então, ninguém vai considerar que é fácil largar o transporte individual, nem que é fácil largar a cultura do consumo da carne. Que seriam duas grandes revoluções. [...] a utopia da sustentabilidade passa pelo não consumo de carne

de CO₂, mesmo assim, o colapso da Floresta Amazônica enquanto ecossistema tropical não seria evitado. E não conto a ação da motosserra. A savanização da Amazônia, que já tem indicadores de secas nunca acontecidas, vai acontecer, sem dúvida. E aí estamos falando numa alteração climática regional brutal. Dois terços da água que a floresta libera saem na forma de vapor. Um terço sai no rio Amazonas, nos rios que desembocam no mar. Esses dois terços é que mantêm a pluviosidade da América Latina e do Brasil. Se chove no Pantanal, ou se chove nos campos de cana-de-açúcar da região de Campinas, é porque houve evaporação de água na Floresta Amazônica. Se ela savaniza, e não tem essa capacidade de pegar água do solo e distribuir, toda essa chuva muda. Agora, observe o seguinte: de 350 a 400 ppm de CO₂, que a gente já está agora, isso já levaria, por exemplo, ao desaparecimento das geleiras dos Andes. Isso já está acontecendo. Então, quer dizer, as fontes de água dos nossos rios... Itaipu, por exemplo, vem do degelo dos Andes; o Amazonas, a vazão de base, vem do degelo dos Andes. Por isso se fala que, além de pensar em como evitar o problema, já há muito tempo está se pensando em como nos adaptarmos a esse novo Planeta.

Além de pensar em como evitar o problema, já há muito tempo está se pensando em como nos adaptarmos a esse novo planeta

C&P – Quais as alternativas que se colocam para chegarmos a uma economia de baixo carbono?

AK – Eu conseguiria enxergar como reduzir os níveis do carbono aos níveis anteriores, de 350 ppm atmosféricos. Muito simples: tira os carros de circulação. Quer dizer, tem como, mas você não consegue imaginar que a sociedade seja capaz de ter uma reversão de hábito para isso. A meta de não ampliar a emissão de carbono é exequível, só que você precisa de uma verdadeira revolução energética. Então, podem contribuir: mudança no uso de combustíveis; eficiência no uso final; eficiência no uso da eletricidade; mudança de combustíveis, por exemplo, de gasolina para gás natural; mudança de combustíveis na geração de potência, de energia; entrada dos combustíveis renováveis; a contribuição da energia nuclear. A energia nuclear vale uma ressalva, porque o reator nuclear não gera carbono, mas a indústria nuclear, para fornecer esse combustível, gera carbono. Então não é zero. Mas a energia nuclear tem outra discussão, que é sobre a confiabilidade de uma fonte energética com tão alta qualidade e concentração de energia. Boa parte das pessoas pensa que a humanidade não tem mecanismos éticos, institucionais, que a habilitem ao seu uso. Exemplos existem para isso. Se você tem hoje regimes que torturam pessoas, essas pessoas vão operar reatores nucleares? Então, na projeção feita pelo IPCC, ao longo do tempo, vai aumentando a participação de todas essas opções. Menos a energia nuclear. Ela amplia sua participação na matriz até o ano 2030. O que é que tem por trás disso? Se até aqui se verifica que essa rota está sendo

Se você tem hoje regimes que torturam pessoas, essas pessoas vão operar reatores nucleares?

conseguida, o que o pessoal sugere aqui é reduzir a participação da energia nuclear. Temos ainda a captura e estocagem de carbono. Aí está toda a linha de biocombustíveis em termos de fixação de carbono, que se faz na hora que você produz madeira, na hora que você pega CO₂ e injeta em poços – considerando que boa parte dela vai sair novamente e que é um gasto energético enorme para bombear esse CO₂ lá pra baixo. Nisso daqui, e em uma parte dos renováveis, talvez o que existe de mais promissor é a fixação de carbono e produção de biocombustíveis com microalgas. Mas soja, dendê, oleaginosas em geral são de uma eficiência tão baixa que o impacto no uso da terra é considerado muito mais grave. Soja para produzir biodiesel, para botar no ônibus que anda a 14 km/h, pelo fato do problema do transporte, pois a rua está socada de carro, não tem sentido, não cabe na sociedade. Ou botar o biodiesel para rodar um trio elétrico e dizer que o carnaval é sustentável, não tem sentido algum. Está ludibriando a opinião pública, desencaminhando a opinião pública em relação a isso.

C&P – Localmente, quais medidas podem colaborar para dar um freio nessa questão?

AK – Observe que esse pacote, que seria a base de ação, levaria a ganhos

econômicos, não a perdas econômicas. A sociedade ganha se eu tiro um carro da rua e coloco esse motorista num ônibus. É óbvio, todo mundo sabe! Isso tem um primeiro impacto porque aumenta a eficiência no uso do combustível. Mas você pode colocar o melhor transporte, o cara vai continuar no carrão dele, porque esse carro não atende à mobilidade, está atendendo à projeção social que ele quer ter, como ele quer ser visto. Se você não muda o padrão de comportamento, o padrão de consumo, não se consegue o equilíbrio. Então, para Salvador, o que é que eu digo? Bota o metrô para funcionar, dá a capilaridade que ele precisa para tirar os carros da rua, qualidade de serviço, que você estaria contribuindo para a eficiência no uso final do combustível para transporte, que terá participação de 24% em 2050, segundo o trabalho da Agência Internacional de Energia. E eficiência no uso final da energia terá participação de 12%. Nesse ponto pode haver contribuição de programas como Água Pura, da Saeb, política de uso racional da água e da energia nos prédios públicos, como também estamos fazendo aqui na UFBA. Estamos num dia de verão, quente, estamos numa sala intermediária... temos ar condicionado aqui? Não. Vocês estão sentindo calor? De jeito nenhum. Sabe o que custou isso? Abrir a esquadria em cima e

Se você não muda o padrão de comportamento, o padrão de consumo, não se consegue o equilíbrio

deixar o ar circulando. Isso daqui é esses 12%. Só que uma pessoa que não consegue enxergar essa opção se sujeita ao que ele acha que é inevitável: ar condicionado. E toda vez que você tem o governador do estado andando de paletó e gravata, reforça isso. Porque num clima como o nosso, andar de paletó e gravata exige ar condicionado. Meu amigo, se o governador não anda de paletó e gravata, você não tem que andar de paletó e gravata, então não empurre ar condicionado na sua repartição. Isso tem uma capacidade de mudar o perfil de consumo de energia dentro de um prédio, o que é relevante.

C&P – A produção do agronegócio no Oeste, com grãos, no Norte, com frutas, e no Extremo Sul, com papel e celulose, constituem importantes possibilidades de crescimento, com importância estratégica para o desenvolvimento da Bahia. O que pode ser feito, no caso específico do uso da água, para minimizar a necessidade desse recurso nessas produções?

AK – Vamos contextualizar o consumo da água nas culturas, em termos globais, que é a tendência do planejamento econômico. Se eu exporto uma tonelada de carne, eu estou exportando 17 mil toneladas de água junto. Quando eu exporto uma tonelada de café, eu estou exportando 16 mil toneladas de água. É o que chamamos de água virtual, a água total gasta na produção. Então, um pedacinho de carne desse tamanho tem embutido 17 mil partes iguais de água. Na soja, são mil vezes. Então, se em vez de consumir a soja, dou ao gado, para depois comer a carne,

Se você elimina a carne da sua alimentação, isso representa uma ordem de grandeza mais relevante do que reduzir o gasto de água no seu domicílio

eu saio de mil para 17 mil. Faça o cálculo: quantos quilos de carne você come no ano? Multiplica por 16 mil em conteúdo em água e você vai ver que se você elimina a carne da sua alimentação, isso representa uma ordem de grandeza mais relevante do que reduzir o gasto de água no seu domicílio. Por exemplo, aqui na UFBA, nós reduzimos a 40% o consumo da água. Se eu conseguisse que 10% dos alunos parassem de comer carne, teria muito mais resultado. Então, ao se falar em sustentabilidade, não podemos nos ater apenas ao uso eficiente da água na agricultura, mas a discutir como orientar a agricultura para ser consumida de forma mais sustentável. Como por exemplo, campanhas para alteração do comportamento da sociedade. Hoje, você tem que trabalhar em cima de consumo sustentável. Só prevenção da poluição ou só eficiência produtiva, em termos ambientais, não é capaz de dar a resposta adequada se não houver alteração do padrão de consumo. Aí estão as grandes mudanças, na altura do desafio ambiental que se coloca. Vamos dizer que eu saia para um décimo do consumo da água na produção de soja, utilizando microaspersão ou gotejamento. Se eu deixo

de consumir a carne e uso a soja como fonte de proteína, eu estou 16 mil vezes mais eficiente. Não é dez vezes. Então, é muito mais o conteúdo da nossa dieta que define o padrão de eficiência do uso da água do que a própria eficiência da produção. Essas ordens de grandeza é que têm que ser percebidas. Por exemplo, o que é melhor, eu tomar água num copo de plástico ou num copo lavável? Se eu descarto esse copo, eu estou descartando, na prática, na produção desse copo, dez litros de água. Você não lava um copo com dez litros de água. Primeiro que um copo de água você não tem que lavar! Então, evidentemente, lavar o copo é muito mais econômico do que descartar o copo. Ou você consegue ter a imagem completa ou você faz absurdos.

C&P – Em termos de otimização de processos e uso de tecnologias alternativas com vistas à minimização de impactos ambientais, o que pode ser pensado para a atividade agrícola?

AK – Há como reduzir o consumo de água. Não tenha a menor dúvida. Mas não é uma questão tecnológica. É uma questão de superestrutura social. Quer dizer, você não vai pensar que as pessoas deixem de comer

carne num horizonte de 40 anos, mas você pode mudar o perfil da irrigação da agricultura em cinco, dez anos, se você tiver investimento em educação que mude o perfil do irrigante. Não é apenas mudança da tecnologia, porque a tecnologia israelense não funciona aqui, porque temos outro perfil cultural, educacional por trás do irrigante. Mas você pode preparar isso, melhorando a qualidade educacional na perspectiva do irrigante, em dez anos. E aí essa tecnologia pode entrar.

C&P – A economia industrial na Bahia é concentrada basicamente na RMS, onde tem importante reserva de água e grande contingente de população. Como o senhor avalia a questão da água nessa região?

AK – Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2003, a região metropolitana, em 2000, já era considerada uma região de estresse hídrico. Nós temos abundância porque transpomos água do Paraguaçu para Salvador, por Pedra do Cavalo. E a região do Paraguaçu é uma região que já estava em um estado avançado de criticidade de estresse, por conta de exportar água para aqui. Então, há um certo equívoco em pensar que a região metropolitana tem excesso de água. Do contrário, por que a gente importaria de uma bacia semiárida? Apenas as cabeceiras do Paraguaçu, em Mucugê, Lençóis, é que têm uma precipitação acima de 1.000 ml. Todo o restante está na faixa de 400 a 800 ml, que é semiárido. E mesmo assim foi feita essa transposição. Então, eu tenho aqui a barragem de Pedra do Cavalo e transponho água para Salvador, quando eu ainda não estou

Hoje a opulência de água de Salvador é subsidiada pelo semiárido que não tem essa água toda. Eu chamo de uma grande injustiça hídrica

aproveitando, por exemplo, mananciais como o Pojuca. Aí vem toda a distorção da corrupção envolvida com a construção da barragem de Pedra do Cavalo, no final do governo Roberto Santos, Antônio Carlos Magalhães etc. A barragem de Pedra do Cavalo é uma barragem que não deveria ter sido construída. A perda de dinheiro permitiria a gente ter saneamento em todo o estado, por exemplo. Porque a gente tem a mesma quantidade de água que hoje é transposta, três vezes disponível, aqui no Rio Pojuca, e que poderia ser transferida sem necessidade de recalque, sem gasto energético. Quando eu faço a transposição da água do Paraguaçu, da barragem de Pedra do Cavalo, eu gasto também água do São Francisco, pois para cada m³ de água que eu trago do Paraguaçu para Salvador, eu tenho que dar uma descarga no sistema Paulo Afonso para gerar energia. Então, de fato, chega a ser seis vezes mais de gasto de água do Semiárido, para cada m³ que Pedra do Cavalo manda para Salvador, onde eu jogo água fora aos montes pela chuva, o Pojuca correndo inteiro por mar, o Jacuípe parcialmente utilizado. De fato, hoje a opulência de água de Salvador é subsidiada pelo semiárido, que não tem essa água toda. Eu chamo de uma

É muito mais o conteúdo da nossa dieta que define o padrão de eficiência do uso da água do que a própria eficiência da produção

grande injustiça hídrica. Quando os produtores do Paraguaçu começarem a ter um pouco mais de poder político, essa água não virá tão fácil. E é de se imaginar que se houver uma mudança radical nos padrões de decisão política do estado e a corrupção não definir qual o investimento, como foi o caso de Pedra do Cavalo, eu imagino que a segunda adutora do Paraguaçu nunca vai ser construída. A barragem seria de três adutoras. Só a primeira opera. Eu acho que é uma questão importante criar uma consciência na Bahia no sentido de que não tem sentido nunca uma segunda adutora em Pedra do Cavalo.

C&P – Há projeções sobre a disponibilidade futura de água no estado?

AK – Uma equipe do Instituto de Geociências da UFBA pegou um modelo do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e adaptou para os dados regionais em relação a vazões de águas superficiais. Estamos falando no horizonte de 2070. Para 2070, o aumento da temperatura que eles previram, por exemplo, para a região do São Francisco, era de cinco graus. Na costa, dois a três graus. Para a nossa região aqui, no aquífero do São Sebastião do Tucano, na região úmida do estado, a redução é de 80% das chuvas. Todo o estado da Bahia está numa área de redução da pluviosidade. A menor área, na fronteira com Minas, Goiás, é de redução de 10%. Na região das cabeceiras do São Francisco, em Minas, tem um aumento de 10% da pluviosidade. Mas em todo o resto do percurso chega a ter reduções de até 40%, 60% da pluviosidade. Eles não estudaram especificamente o São Francisco, mas evidentemente

o rio não vai ter a disponibilidade de água que se projetou, por exemplo, na época da transposição. O que eles fizeram foi o estudo detalhado para três bacias: a Bacia do Rio Grande (Oeste); o Paraguaçu (Semiárido); e a Bacia do Rio Pojuca (no litoral úmido). O modelo climático utilizado, considerado pessimista, bate com a realidade, ou seja, permite reproduzir as séries do período observado historicamente, de 1966 a 1990. O modelo te diz o que a história já tinha dito. Se projetar isso para 2070, 2100, o Rio Paraguaçu vai ter uma redução de 70% da sua vazão média, 41% da sua vazão máxima e 88% da sua vazão mínima. Sai de 93 m³ por segundo para 28 m³ por segundo, a vazão média. O Pojuca vai ter uma redução da vazão média de 94%, vai cair de 40 para 2,3 m³. Vamos ter menos de 20% da água disponível que os mananciais de superfície oferecem. Em toda a parte do aquífero, com aquela redução de 60% a 80% das chuvas, também a água subterrânea vai ter uma depressão muito grande. Esses são os melhores dados disponíveis nesse momento com relação ao futuro hídrico da região metropolitana. Agora me diga, o que a Embasa está pensando nesse sentido? Nada, não têm nem ideia desses dados. Reduções nesse nível, mesmo em 60 anos, implicam em novas mudanças, em novas tecnologias. E o que é que deverá acontecer? Dessalinização da água do mar. Vai ter que se dessalinizar a água salgada como muitos países já fazem, Israel já está caminhando para 30% da sua água ser dessalinizada. Só que o consumo energético para dessalinizar um m³ é cinco vezes maior do que o que a gente pratica. E de onde virá essa energia? O São Francisco não vai ter água. Aí vai

ter que ser novamente energia fóssil, vai ser o pré-sal, piorando a mudança climática, agravando o problema, a base do problema.

C&P – As previsões das mudanças climáticas indicam que a região do semiárido nordestino pode se tornar árida, afetando a produção da agricultura familiar e a sobrevivência dessas famílias. Quais procedimentos podem permitir uma melhor convivência com essa tendência?

AK – A queda da precipitação é um fato, na melhor projeção feita. Então, já se deveria estar pensando no que fazer. É aquela velha história: adequar a produção da região para uma situação de concentração de chuvas em poucos momentos, sendo que esse fenômeno El Niño, La Niña, vai se tornar permanente. Quer dizer, aquilo que a gente vê eventualmente, a cada cinco, seis anos, vai ser constante. Agora, o que pode ser feito para um uso mais racional da água? Eu e vários pesquisadores do Nordeste passamos 20 dias em Israel estudando e discutindo o modelo israelense de irrigação. Isso aqui (mostra foto) é o que a gente chama de cabeceira de irrigação, isso aqui é um campo irrigado, esse é o sistema de controle da entrada d'água usado nesse campo, no caso, de abacate. Olhe a quantidade de fios, de medidores e de telemetria associada. Isso é instalado ao longo das estradas. A cor lilás é porque é água de reúso, esgoto urbano tratado. Eles estão travando uma experiência com quatro vias de gotejamento em paralelo, favorecendo um formato da raiz que torna mais fácil capturar o nutriente e segurar a planta. Assim, ela gasta menos energia na função segurar

a planta e consegue uma produtividade maior. Esse canal embaixo de uma lâmina plástica permite reduzir a perda de água. E coloca o dendrômetro, aparelho que, à medida que o tronco cresce, vai se retraindo, e emite um sinal para um sistema com energia solar e o pesquisador recebe esse sinal no computador dele. Então, ele acompanha as taxas de crescimento das árvores e vai regulando a quantidade de água ou de nitrogênio e fósforo que ele está injetando na irrigação. Ele dá, exatamente, o que a planta precisa. Não tem perda de nitrogênio, não tem perda de água, de nada. A gente não consegue isso num prédio, não consegue isso numa indústria, ele consegue com uma planta, com um abacateiro. Então, compare com o nosso agricultor, que produz mandioca, ou que produz feijão e milho, o que se está falando em termos de atualização tecnológica. Isso é exportável pro sertão baiano? Quer dizer, é um problema de agricultura ou é um problema de educação?

C&P – Como o senhor vê a questão da transposição do São Francisco como alternativa para a região?

AK – A transposição do São Francisco para mim não tem justificativa. A ANA (Agência Nacional de Águas) reduziu brutalmente o projeto – porque o que tinha sido proposto era completamente irresponsável e inexequível – para um padrão de você só exportar o excedente da água usando a energia também em momentos de excedente de água. Na hora do transbordo, esse excedente é que seria usado da geração de energia para transpor essa água. Agora, não há qualquer consideração no estudo todo da redução da vazão por conta

da mudança climática, que vai ser drástica. Outro motivo do absurdo é o gasto energético. O sistema de transposição implica em recalques de mais de 400 metros de altura. É um gasto energético brutal. Para quê? Para gastar água no padrão que a gente gasta hoje? Estamos falando já em seis bilhões de dólares. Com a água existente na região você pode produzir. Tem muito mais água hoje na região do que Israel tem de água. Então, como é que você pega uma quantidade de água brutal, que vai ter uma evaporação enorme, num rio que não vai ter essa água, usando uma energia que podia ser muito melhor aproveitada? A energia para dessalinizar a água do mar é menor do que para fazer essa transposição. Estou falando de 4 kw/hora por m³. A dessalinização da água do mar, em Israel, já está sendo feita com 3,6 kw/hora por m³. E o investimento na melhoria do sistema de membrana permite que se pense em 3,4, alguma coisa assim. Então, energia por energia, já que vai ser um problema por resolver, melhor tirar água do mar. E aí caberia se perguntar: por que essa região tem que ser trabalhada em cima de uma vocação agrícola para a qual não tem insumos? Se eles não têm água, porque não trabalham com a eletrônica, que não consome água e gera muito mais renda do que gastos?

C&P – Uma das promessas para o desenvolvimento da Bahia está nas possibilidades de renovar a sua matriz energética, com a incorporação da produção eólica, da produção nuclear e da produção de etanol. Como esses investimentos podem ser direcionados para trazer importantes resultados

econômicos e sociais, ao mesmo tempo, com o menor impacto possível sobre o meio ambiente?

AK – A gente tem um potencial eólico dos mais consideráveis do país, do Nordeste. Agora, nuclear, a discussão é ética, de nível de confiabilidade e a questão também dos rejeitos nucleares. No caso da opção de instalação no São Francisco, deve-se pensar que o uso de água na produção nuclear para resfriamento dos reatores implica numa enorme perda de água por evaporação. Eu não faria qualquer avanço sem levar em consideração a mudança climática. Produção de etanol é aquela história: alocar o terreno para uma monocultura que destrói a biodiversidade, consome a água em quantidades muito grandes, mas produz uma energia química altíssima. Eu não enxergo como uma solução, ainda mais que é para transporte individual. Eu pensaria na redução da demanda e iria para o lado do biodiesel, para o transporte coletivo. Mas o planeta enxerga como uma solução, tem valor de mercado. Tem outro ponto aí na questão do etanol, que é a estratégia que, usando o discurso ambiental, permite o crescimento econômico do país. Então, em 2008, 2009, na crise econômica mundial, qual foi a diretriz do governo Lula? Investir no automóvel particular. Criou mercado, aumentando os prazos de financiamento, reduziu os impostos e deu acesso à classe média baixa ao automóvel. E aí desencadeia a demanda da indústria automotiva, a indústria automotiva gera emprego, alimenta a economia e o Brasil passa razoavelmente pela crise. A consequência é que as cidades param, engarrafadas, aumenta a taxa de emissão de carbono por quilômetro rodado, por

E por que o Brasil tem que ser a quinta potência mundial? Porque numa situação de carência de recursos provocada por mudanças climáticas, se safa quem tiver poder econômico

conta da redução da velocidade de circulação, gera demanda por uma infraestrutura por transporte individual que gasta energia, que gasta recurso público, mas ao mesmo tempo gera emprego, PAC 1, PAC 2, e afeta negativamente o problema da mudança climática, gravemente. Aí a pergunta é: o governo foi irresponsável ou não foi? Difícil responder, por quê? Porque, claramente, o objetivo do governo era aproveitar o momento econômico de quebra das grandes economias e crescimento das economias emergentes... E o Brasil tem como objetivo ser a quinta potência mundial. E por que o Brasil tem que ser a quinta potência mundial? Porque numa situação de carência de recursos provocada por mudanças climáticas, se safa quem tiver poder econômico. E um dirigente de um país tem que pensar em salvar o país. Quem vai se ferrar é a Colômbia, é o Peru. O Brasil vai conseguir, por conta de ter pego o bonde econômico, ter poder econômico para não pagar o preço que a Bolívia e a Argentina vão pagar. E aí você pergunta para o eleitorado: "Está certo ou não está certo?" Claro que está

certo. A responsabilidade dele é de cuidar do brasileiro, não é do Planeta. Se os Estados Unidos não cuidam do Planeta, se a Europa não cuida do Planeta, por que o Brasil vai cuidar do Planeta? E aí tem uma questão ética que cada um tem que responder. Mas para o que ele foi eleito, agiu certo.

C&P – Como estão os avanços tecnológicos em termos de biocombustíveis?

AK – Em termos de perspectiva de combustíveis alternativos, em litros por hectare, enquanto que o milho que os Estados Unidos usam dá 172 litros de óleo por hectare, a soja dá 443 litros, palma e dendê dão seis mil litros por hectare, microalgas dão na faixa de 60 a 130 mil! No mínimo nove a 20 vezes mais por hectare. Só que é tecnologia em desenvolvimento. Então, se existe alguma perspectiva por aqui é a do elemento algas, a longo prazo. Agora, são duas rotas: uma, você sai da microalga para a produção de massa de proteínas e produção de óleo combustível; e uma outra que usa a fotossíntese para gerar hidrogênio, diretamente. E com a geração de hidrogênio, você usa hidrogênio como combustível que você queima no carro e produz água como resultado. Porque a rota de hidrogênio atual das células de combustíveis não é de carbono neutra, porque, hoje, o hidrogênio está sendo produzido por metano, aí então você pega o H, mas o carbono do CH₄ vai para a atmosfera. Mas isso aqui ainda requer muito desenvolvimento científico.

C&P – Investimentos em mineração de ferro na região de Caetité viabilizam os investimentos na FIOL e no Porto Sul, que são

considerados pelo governo da Bahia como um dos projetos estratégicos mais importantes para o desenvolvimento estadual. Quais os cuidados que devem ser tomados para evitar danos ambientais?

AK – Para mim não existem impactos ambientais inerentes ao processo, o que existe é impacto ambiental da competência de conduzir o processo. Mas, no caso da mineração, se eu cavo um buraco na terra, não é inerente que eu esgote a fertilidade do solo? Mas uma coisa é explorar o minério e deixar aquele buraco à toa. Isso não é um impacto inerente. Agora, se eu chego numa região e digo: "Temos aqui 60 bilhões de dólares em matéria-prima enterrada. Eu retiro os US\$ 60 bilhões e deixo essa região em uma posição melhor do que estava antes". Seguramente, com uma parcela pequena dos US\$ 60 bilhões, eu deixo essa região melhor. O buraco eu posso fazer uma tremenda lagoa e produzir peixes, produzir microalgas, produzir o diabo-a-quatro com aquela região, desde que o planejamento seja não da extração daquele minério, mas de transformação da região. O formato da produção pode estar adequado com uma política de mais sustentabilidade do que aquela da remoção. Hoje, em países como o Canadá, a Austrália, por exemplo, há um contingenciamento de recursos desde o início, quando a mina começa a produzir. Uma parcela do lucro obtido vai para um fundo de adequação ambiental daquela região que vai ser explorada. Então, eu acho que a questão central que se coloca aí é qual o modelo de desenvolvimento? E, principalmente, a gente deve conseguir algum mínimo de racionalidade na discussão, nem tendendo para o

lado do governo e do empreendedor, que dizem que avaliação de impacto ambiental é coisa de xiita, nem para o lado do xiita ambiental, que diz que não pode haver produção econômica. Tem que resolver esse impasse e chegar à melhor solução.

C&P – A que se pode atribuir a baixa adesão da sociedade baiana à coleta seletiva, desde a não separação do lixo doméstico pela população até a falta de engajamento dos poderes públicos, com a falta de políticas públicas que realmente promovam uma mudança de atitude na geração e destinação final de resíduos sólidos?

AK – Coleta seletiva não é solução para nada. Coleta seletiva parte de um equívoco, que é o resíduo gerado. Não tem por que gerar resíduos, em princípio. Ou boa parte do que iria

A gente deve conseguir algum mínimo de racionalidade na discussão, nem tendendo para o lado do governo e do empreendedor, que dizem que avaliação de impacto ambiental é coisa de xiita, nem para o lado do xiita ambiental, que diz que não pode haver produção econômica

para uma separação, nunca deveria ter ido para o lixo. Eu não posso começar pela coleta seletiva. A coleta seletiva é um instrumento de baixíssimo valor agregado do ponto de vista ambiental. Dou um exemplo do aterro sanitário, que é uma decomposição anaeróbica e gera biogás, boa parte metano. Se eu capto esse gás, que é basicamente metano, e que tem um impacto de efeito estufa de cerca de 21 vezes o CO₂ e queimo o metano, transformando-o em CO₂, eu tenho um ganho de 21 vezes na redução de efeito estufa. Isso te dá direito a captar créditos de carbono, porque você está reduzindo o impacto na emissão de carbono. Mas de onde chegou esse metano? É comida que foi jogada no lixo! Como eu posso trabalhar a ideia de gerar gás a partir de alimento que eu joguei fora?! O que eu tenho que evitar é que chegue alimento no lixo. E tem gente que faz isso muito bem. A Pastoral da Criança, da falecida Zilda Arns, trabalhava nisso. Por que isso não vira política de Estado, em vez de queimar metano no aterro sanitário? Então, a lógica é simples. Coleta seletiva, o que fazer com o lixo, é o que a gente classifica como medidas “fim de tubo”. Elas são tomadas a partir do resíduo gerado. O que a gente tem que trabalhar é com medidas de não geração de resíduos.

SEI – Mas nós não conseguimos chegar nem nessa ainda...

AK – Pois é. Mas o decreto do governador do uso racional de água e energia (programa Água Pura) está dentro dessa linha. Na UFBA, a economia mensal é de 200 mil reais, 250 mil reais. Isso aqui é a evolução nacional da redução de perdas no Sistema de Abastecimento de Água. Em quase

uma década, saímos de 40,5% de perdas para 39% de perdas. E não se pode sequer dizer que houve uma redução porque estatisticamente não houve variação significativa. Em outras palavras, em uma década não se reduziram as perdas de água dos sistemas de abastecimento de água! Estou falando do setor responsável, no governo, pelo uso da água. *Eles* não reduziram, estamos numa faixa de 40% de perda. Com que discurso você pode chegar à população?

C&P – Políticas de disseminação do uso de tecnologias limpas ou de análise do ciclo de vida de produtos pelo lado da ecologia industrial têm maior impacto na proteção ambiental do que políticas de educação ambiental com vistas à coleta seletiva?

AK – O padrão de tecnologia que a gente está agora está nesse nível: pensa-se na disposição dos resíduos. No melhor dos casos, você pensa no tratamento. Aí, já saindo do estado, porque aqui na Bahia não se faz, você pensa em reciclagem. Coleta seletiva entra, facilitando a reciclagem. Isso aqui são medidas chamadas de “fim de tubo”. São medidas que vêm depois do resíduo gerado, ou da perda do material para o resíduo. Tenho que dar um salto conceitual. Tenho que sair do conceito de resíduo inerente ao processo e ir para a operação, para o processo, e entender o que está errado, o que fez com que eu gerasse uma perda que vai ter que ser reciclada, tratada, disposta. Por exemplo, todo resíduo de restaurante é erro do processo. Como é que eu posso pensar que haja resíduo num refeitório? Comida a quilo já é um avanço, que penaliza quem vai gerar

o resíduo. Eu posso, como alguns restaurantes fazem, dar um valor fixo, eu peso o resíduo e cobro pelo resíduo. A ideia não é que você coma tudo que tem no prato, se você não está com fome. É que você coloque no prato o que você vai comer. Então, existem resíduos de alimento? Só se a gente não inventa o que fazer com o alimento. Mas se eu penso na reciclagem, na compostagem como solução final, estou até incentivando o cara a gastar. Então, isso daqui é o que eles chamam de prevenção, de modificação do processo, fazendo a operação para não ter o resíduo. Então, se eu estou, por exemplo, otimizando o automóvel, por outro lado, eu posso pensar em como sair do automóvel e ir para o transporte coletivo. Mas só que aqui eu tenho que negociar com o usuário. Entramos em outro nível de complexidade. Eu vou para a lógica da ecologia industrial, quando a cadeia produtiva pede, trabalhando as interações possíveis em todas as instancias, até chegar ao que seria o consumo sustentável. E aí tem os aspectos de mudanças

Aí tem os aspectos de mudanças tecnológicas e mudanças comportamentais. São dois aspectos que têm o tempo todo que ser trabalhados

tecnológicas e mudanças comportamentais. São dois aspectos que têm o tempo todo que ser trabalhados. Se eu estou num espaço de insustentabilidade e quero passar para um espaço de sustentabilidade, eu posso ter uma estratégia de trabalho para o produto, e outra para o processo. Uma mudança tecnológica radical e depois uma mudança comportamental. Por exemplo, sair da lâmpada incandescente para o LED é um salto tecnológico brutal. Só que eu tenho ainda que convencer as pessoas que acham que a luz amarelinha é bonitinha. Então, já estou num espaço de mudança comportamental porque houve um salto tecnológico grande. Mas tem muitas vezes que o salto comportamental me permite reduções brutais em investimento, e em cima disso eu posso calçar medidas tecnológicas. Então, é fundamental entender que tecnologia e comportamento têm que ser trabalhados permanentemente.

C&P – O Teclim vem desenvolvendo o Programa de Racionalização do Consumo de Água e Energia nos Prédios Públicos Estaduais. Como vem funcionando o projeto?

AK – A Seplan está nessa ideia de construção de propostas de sustentabilidade e caberiam coisas desse tipo para serem consideradas. O que é que a gente tem aqui? Um sistema de acompanhamento do consumo. O que não é percebido passa a ser percebido. Esse é o primeiro grande passo. A percepção de desperdício é o primeiro passo para o seu controle.

A percepção de desperdício é o primeiro passo para o seu controle. E é o passo mais importante

E é o passo mais importante. Então a gente faz isso com água, faz isso com energia. Então temos uma meta pactuada baseada numa análise histórica. O que o decreto definiu é que essas metas vão ter que ser estabelecidas prédio por prédio. E uma vez que a gente consiga essa primeira meta pactuada, que é uma coisa factível na situação atual, vamos para uma meta mais arrojada, e mais arrojada, e mais arrojada... E com isso as pessoas, na hora que ligam o computador ou abrem uma torneira, sabem que estão no meio de um sistema que os avalia permanentemente, e não um ato solto. Essa percepção leva a tremendas reduções. Por exemplo, o Derba chegava a médias mensais de 90m3/hora de consumo de água. Agora está estabilizado razoavelmente em 10m3/hora, 10%. Sem investimento, não houve um tostão investido. Com informação. Então a primeira questão é controlar o consumo e entrar num plano decrescente de compromissos exequíveis. O compromisso com isso quase todo mundo tem. O que as pessoas não têm é balizamento para saber que também estão na parada. Não é consciência, não, é informação mesmo. É algo elementar: quanta água foi gasta.

Recuperação do setor externo e tendências de reconfiguração

Celeste Maria Philigret Baptista*
Irailton Silva Santana Júnior**

Após a forte retração decorrente da fase mais aguda da crise internacional, situada entre meados de 2008 e início de 2009, as transações externas brasileiras voltam a apresentar dinamismo em 2010. Este artigo apresenta as informações mais recentes sobre os principais fluxos de bens e serviços financeiros entre o Brasil e o exterior, e busca captar alterações nas tendências desses fluxos ou aprofundamento de tendências já manifestadas anteriormente. A configuração assumida pelas transações econômicas com o exterior vincula-se, evidentemente, à conjuntura da economia mundial, mas também às medidas de política econômica adotadas internamente, que, em várias situações, podem aprofundar ou atuar como formadoras de contratendências frente aos rumos apontados pelo cenário internacional.

Embora diante da crise os países tidos como emergentes tenham apresentado, do ponto de vista do crescimento econômico, desempenho consideravelmente superior àquele exibido pelos países desenvolvidos, os problemas enfrentados por estes últimos afetam diretamente as economias emergentes, tendo em vista, inclusive, a forte demanda que exercem sobre bens e serviços. No caso do Brasil, a crise

* Mestra em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA; coordenadora do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). celestem@ufba.br

** Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). irailtonssjunior@hotmail.com



afetou o setor externo da economia de maneira significativa no que diz respeito às vendas de produtos manufaturados, especialmente aquelas destinadas aos Estados Unidos e à União Europeia. Em consequência, acentuou a concentração das exportações brasileiras em produtos de menor valor agregado, impulsionada, sobretudo, pela forte demanda chinesa por produtos básicos.

Outra marca do contexto econômico atual com efeitos diretos sobre o setor externo da economia brasileira é a forte desvalorização do dólar. Na realidade, a intitulada desvalorização competitiva que vem sendo implementada pelos Estados Unidos tem consequências diretas sobre o conjunto dos fluxos internacionais, considerando-se que a moeda da maior economia do mundo é a principal referência na valoração desses fluxos. Entretanto os resultados mais imediatos e, sobretudo, os mais visíveis são aqueles exercidos sobre o comércio internacional de bens e serviços. O real foi uma das moedas que mais apresentou valorização em relação ao dólar, o que tem reduzido a competitividade das exportações brasileiras. Por outro lado, a apreciação do real conduz ao crescimento do poder de compra do país no exterior, estimulando a expansão das importações a um ritmo mais acelerado que o das exportações (CRUZ, 2010).

Dentre as medidas adotadas pelos governos da maioria dos países para conter a apreciação de suas moedas frente ao dólar, pode-se destacar a redução na taxa de juros, a compra de dólares e as taxações na entrada da moeda americana. No caso brasileiro os esforços têm se concentrado na taxação na entrada, com aumentos sucessivos na alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre investimento em renda fixa por aplicadores estrangeiros. Em outubro de 2010 essa taxação foi triplicada, passando de 2% para 6%.

Por outro lado, o Comitê de Política Monetária (Copom), em sua reunião mais recente (19 e 20 de outubro de 2010), decidiu manter a taxa básica de juros em 10,75% ao ano, sustentando a liderança brasileira no *ranking* dos países com maiores juros reais do planeta. Assim, mesmo com a taxação de 6% de IOF sobre o capital estrangeiro e apesar de a elevação de algumas projeções para a inflação, o país permanece altamente atrativo

para os capitais internacionais de curto prazo, considerando-se as políticas de taxa de juros em níveis próximos a zero por parte das economias desenvolvidas. Além da atratividade dos juros reais, o Brasil, segundo critérios de agências internacionais, apresenta riscos menores, quando comparado a países com taxas semelhantes, o que reforça sua posição como destino dos fluxos financeiros internacionais de curto prazo (CUCOLO, 2010b).

BALANÇA COMERCIAL

Nos dez primeiros meses de 2010, a corrente de comércio do Brasil com o resto do mundo, o que significa a soma das exportações e importações, alcançou a cifra US\$ 311,993 bilhões, representando um aumento de 36,1% em relação ao mesmo período de 2009. As exportações brasileiras aumentaram 29,7% e as importações 43,8%. Em consequência, o superávit comercial atingiu US\$ 14,627 bilhões, cifra distante dos valores registrados em 2009 e 2008, anos em que o saldo já apresentava clara tendência de encolhimento.

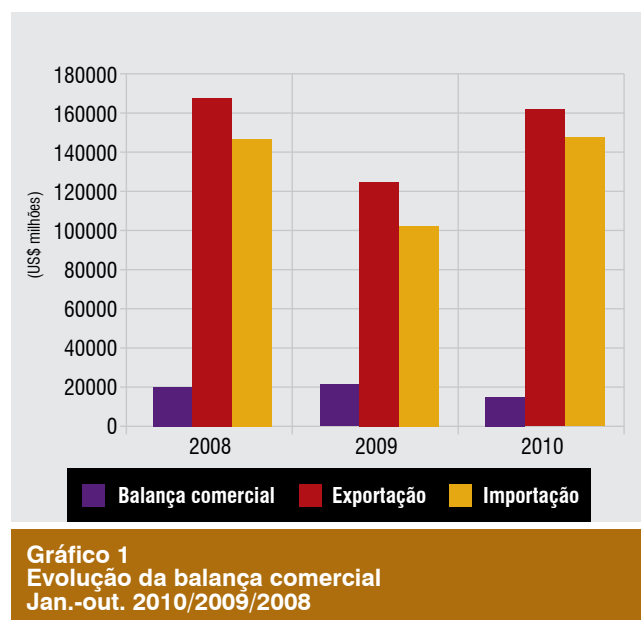
Em razão da queda do comércio mundial em 2009, era previsível que nos resultados de 2010, tanto exportações quanto importações apresentassem expansão. Entretanto, o reaquecimento da economia aliado à valorização cambial levaram a uma diferença expressiva no ritmo da

recuperação desses dois agregados, tendo como resultantes um significativo decréscimo do saldo comercial e a intensificação do déficit em conta corrente.

Conquanto o crescimento das exportações nos dez primeiros meses de 2010, em relação a igual período de 2009, tenha ocorrido de forma generalizada, abrangendo tanto os produtos básicos quanto os manufaturados, apenas os primeiros retomaram os patamares apresentados em 2008, quando o recuo da demanda internacional provocado pela crise financeira ainda não se fizera sentir em toda a sua intensidade. No caso das compras externas, quando observadas tendo como referência as categorias de uso, a variação positiva é generalizada, evidenciando, como já mencionado, a recuperação da economia brasileira. Dentre as quatro categorias de uso, o grupo de combustíveis e lubrificantes foi o que apresentou o maior crescimento, sem, contudo, voltar aos níveis de 2008. O aumento da participação dos bens de consumo no conjunto das importações, com variação positiva de mais de 60% para os bens duráveis, incluindo os automóveis, é um dado a ser observado, já que constitui um segmento muito sensível às variações cambiais.

Além disso, cálculos elaborados pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), disponíveis até setembro, indicam que os índices de preços e de *quantum* das exportações brasileiras, no acumulado de 2010, registraram crescimento de 19,6% e 8,3%, respectivamente, comparativamente a igual período de 2009. A expansão das exportações, portanto, embora decorra tanto do aumento de preços quanto do volume de produtos comercializados, tem no comportamento ascendente dos preços de componentes importantes da pauta, notadamente os de algumas *commodities*, o principal impulso expansivo. Comportamento nitidamente diferenciado é apresentado pelas importações, cujo *quantum* se expande a taxas elevadas para todos os grupos de produtos, e os índices de preços chegam a registrar recuo no caso dos bens de capital e intermediários.

Verifica-se, no período de janeiro a outubro de 2010, expansão das vendas externas para todos os principais blocos econômicos, porém cabe destacar que as exportações para o mercado norte-americano e para a



Fonte: Bacen.

Tabela 1
Exportação brasileira por fator agregado – jan.-out. 2010/2009/2008

(US\$ milhões FOB)

	Jan.-out.			Var. % 2010/09 p/ média diária	Var. % 2010/08 p/ média diária	Part. %		
	2010	2009	2008			2010	2009	2008
Básicos	72.939	52.833	63.111	38,1	15,6	44,7	42,0	37,3
Industrializados	87.003	70.477	101.686	23,4	-14,4	53,3	56,0	60,0
Semimanufaturados	22.559	16.464	23.477	37,0	-3,9	13,8	13,1	13,9
Manufaturados	64.444	54.013	78.209	19,3	-17,6	39,5	42,9	46,2
Op. especiais	3.368	2.569	4.574	31,1	26,3	2,1	2,0	2,7
Total	163.310	125.879	169.371	29,7	-3,6	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex.

Nota: Jan.-out. 2010: 208 dias úteis; jan.-out. 2009: 208 dias úteis; jan.-out. 2008: 211 dias úteis.

Tabela 2
Importação brasileira por categoria de uso – jan.-out. 2010/2009/2008

(US\$ milhões FOB)

	Jan.-out.			Var. % 2010/09 p/ média diária	Var. % 2010/08 p/ média diária	Part. %		
	2010	2009	2008			2010	2009	2008
Bens de capital	33.351	24.168	30.486	38,0	9,4	22,4	23,4	20,5
Matérias-primas e intermediários	68.834	48.749	71.169	41,2	-3,3	46,3	47,2	48
Bens de consumo	25.338	17.024	18.878	48,8	34,2	17,0	16,5	12,7
Não duráveis	10.408	7.964	8.129	30,7	28,0	7,0	7,7	5,5
Duráveis	14.930	9.060	10.749	64,8	38,9	10,0	8,8	7,2
Automóveis	6.706	4.175	4.548	60,6	47,5	4,5	4,0	3,1
Combustíveis e lubrificantes	21.160	13.443	27.828	57,4	-24,0	14,2	13,0	18,8
Petróleo	8.447	7.251	14.943	16,5	-43,5	5,7	7,0	10,1
Demais	12.713	6.192	12.885	105,3	-1,3	8,6	6,0	8,7
Total	148.683	103.384	148.361	43,8	0,2	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex.

Nota: Jan.-out. 2010: 208 dias úteis; jan.-out. 2009: 208 dias úteis; jan.-out. 2008: 211 dias úteis.

Tabela 3
Variação dos índices de preço e quantum
Jan.-set. 2010/2009

(%)

	Preço	Quantum
Exportação total	19,6	8,3
Básicos	26,0	8,5
Semimanufaturados	32,6	4,5
Manufaturados	9,1	9,6
Importação total	2,3	42,5
Bens de capital	-4,8	43,2
Bens intermediários	-1,7	46,2
Bens de consumo		
Duráveis	0,4	56,9
Não duráveis	4,4	26,2
Combustíveis	32,6	29,5

Fonte: Funcex.

União Europeia, destinos mais tradicionais das exportações brasileiras, embora tenham apresentado crescimento expressivo de 20,7% e 23,4%, respectivamente,

no contexto do processo de recuperação perderam participação relativa no cômputo geral, e ainda não retomaram os valores absolutos apresentados em 2008. Os países do Mercosul, sobretudo a Argentina, também registraram elevadas taxas de crescimento entre 2009 e 2010, mas tampouco recuperaram os valores absolutos e a posição relativa que detinham em 2008. Trajetória diferenciada é apresentada pela China. A economia chinesa seguiu crescendo a taxas elevadas mesmo no período mais crítico da crise, e a expansão comercial brasileira para o mercado chinês também permaneceu sem interrupção mesmo em 2009, persistindo o sentido ascendente no acumulado de 2010. Como as compras chinesas concentram-se em produtos básicos, fundamentalmente soja e minério de ferro, o crescimento da participação chinesa enquanto destino das exportações brasileiras contribui nitidamente para a reprimarização da nossa pauta exportadora.

Tabela 4
Exportação brasileira – principais blocos econômicos – jan.-out. 2010/2009/2008

(US\$ milhões FOB)

	Jan.-out.			Var. % 2010/09 p/ média diária	Var. % 2010/08 p/ média diária	Part. %		
	2010	2009	2008			2010	2009	2008
Ásia	46.404	34.409	32.327	34,9	43,6	28,4	27,3	19,1
China	25.880	18.771	15.133	37,9	71,0	15,8	14,9	8,9
América Latina e Caribe	38.043	27.884	43.319	36,4	-12,2	23,3	22,2	25,6
Mercosul	17.983	12.006	18.962	49,8	-5,2	11,0	9,5	11,2
Argentina	14.681	9.593	15.426	53,0	-4,8	9,0	7,6	9,1
Demais da AL e Caribe	20.060	15.878	24.357	26,3	-17,6	12,3	12,6	14,4
União Europeia	34.826	28.217	39.836	23,4	-12,6	21,3	22,4	23,5
EUA (1)	15.590	12.919	23.858	20,7	-34,6	9,5	10,3	14,1
Oriente Médio	8.548	6.183	6.697	38,3	27,6	5,2	4,9	4,0
África	7.438	7.193	8.356	3,4	-11,0	4,6	5,7	4,9
Europa Oriental	3.928	2.822	5.073	39,2	-22,6	2,4	2,2	3,0
Demais	8.533	6.252	9.905	36,5	-13,9	5,2	5,0	5,8
Total	163.310	125.879	169.371	29,7	-3,6	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex.

Nota: Jan.-out. 2010: 208 dias úteis; jan.-out. 2009: 208 dias úteis; jan.-out. 2008: 211 dias úteis.

(1) Inclui Porto Rico.

Tabela 5
Importação brasileira – principais blocos econômicos – jan./out. – 2010/2009/2008

(US\$ milhões FOB)

	Jan.-out.			Var.% 2010/09 p/média diária	Var.% 2010/08 p/média diária	Part. %		
	2010	2009	2008			2010	2009	2008
Ásia	46.018	29.170	40.398	57,8	13,9	31,0	28,2	27,2
China	20.771	12.769	16.942	62,7	22,6	14,0	12,4	11,4
União Europeia	31.939	23.566	30.685	35,5	4,0	21,5	22,8	20,7
América Latina e Caribe	25.024	18.248	24.283	37,1	3,0	16,8	17,7	16,4
Mercosul	13.577	10.487	12.779	29,5	6,2	9,1	10,1	8,6
Argentina	11.771	9.008	11.355	30,7	3,6	7,9	8,7	7,7
Demais da AL e Caribe	11.447	7.761	11.504	47,5	-0,5	7,7	7,5	7,8
EUA (1)	22.463	16.756	21.661	34,1	3,7	15,1	16,2	14,6
África	9.520	6.926	14.370	37,5	-33,8	6,4	6,7	9,7
Oriente Médio	3.698	2.497	5.440	48,1	-32,0	2,5	2,4	3,7
Europa Oriental	2.458	1.667	4.829	47,5	-49,1	1,7	1,6	3,3
Demais	7.563	4.554	6.695	66,1	13,0	5,1	4,4	4,5
Total	148.683	103.384	148.361	43,8	0,2	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex.

Nota: Jan.-out. 2010: 208 dias úteis; jan.-out. 2009: 208 dias úteis; jan.-out. 2008: 211 dias úteis.

(1) Inclui Porto Rico

Os valores acumulados para os dez primeiros meses de 2010 mostram que também houve aumento das importações brasileiras de todos os blocos econômicos, com destaque, mais uma vez, para o crescimento das relações comerciais com a Ásia, impulsionadas, sobretudo, pela China, que vem, ininterruptamente, apresentando ganhos de participação também entre os fornecedores de produtos para o Brasil.

SERVIÇOS

O câmbio valorizado que contribui para reduzir o superávit da balança comercial também exerce influência no aprofundamento do déficit estrutural da conta de *Serviços* e *Rendas*, sobretudo em algumas subcontas. Nos nove primeiros meses de 2010, o déficit da conta *Serviços*

registrou uma expansão de 67,1% sobre o mesmo período de 2009. Embora a grande maioria dos subgrupos que compõem a conta *Serviços* tenha apresentado intensificação do déficit no acumulado de 2010, dois deles são os principais responsáveis por essa intensificação: *Aluguel de equipamentos* e *Viagens internacionais*.

No primeiro caso, verifica-se, já há alguns anos, uma tendência acentuada à elevação das despesas. Em consequência, atualmente esse subgrupo representa, isoladamente, o maior déficit da conta *Serviços*, contabilizando, nos nove primeiros meses de 2010, crescimento de 42,6% sobre igual período de 2009 e de 95,4% quando são comparados os valores de 2010 com os vigentes em 2008. Verifica-se, portanto, que o crescimento dos gastos com *Aluguel de Equipamentos* não sofreu interrupção,

mesmo com a forte retração das trocas internacionais provocada pela crise. As *Viagens internacionais* constituem um item do balanço de pagamentos extremamente sensível tanto às flutuações cambiais quanto a outros fatores que provoquem instabilidade internacional, sejam estes de ordem mais estritamente econômica ou de outra natureza. Assim, o subgrupo, cujo déficit havia recuado 22,7% nos nove primeiros meses de 2009, retoma o ímpeto e apresenta expansão de 98,6% no mesmo período de 2010, certamente influenciado pela valorização do real e ainda pelo crescimento do emprego e da renda, que potencializam os gastos de brasileiros no exterior (CUCOLO, 2010a). Observe-se que as receitas com viagens internacionais mantiveram-se estáveis ao longo de 2010.

Outro subgrupo que merece destaque é o de *Transportes*, que, entre janeiro e setembro deste ano, acumula um déficit 69,7% superior àquele registrado no mesmo período de 2009. Como, em grande parte, reflete a movimentação de pessoas e mercadorias, seu comportamento é influenciado pelo que acontece com as *Viagens internacionais* e com a balança comercial. Por fim, o quarto subgrupo com déficit mais significativo na conta *Serviços*, *Computação e informações*, acumula até setembro uma expansão desse déficit de 25,8% em relação ao mesmo período de 2009 e de 11,4% no comparativo entre 2010 e 2008.

RENDAS

A conta *Rendas*, historicamente negativa, apresenta expansão do déficit de 23,5 % nos nove primeiros meses

Tabela 6
Conta serviços do balanço de pagamentos – jan./set.
(US\$ milhões)

Ano	2008	2009	2009
Transporte	-4039	- 2 834	-4809
Viagens internacionais	-4655	- 3 599	-7146
Seguros	-817	- 1 066	-836
Serviços financeiros	102	-279	189
Computação e informações	-2040	- 1 920	-2415
Royalties e licenças	-1736	- 1 491	-1749
Aluguel equipamentos	-5023	- 6 776	-9812
Serviços governamentais	-720	-916	-1477
Comunicações	144	140	112
Construção	12	4	21
Relativos ao comércio	257	535	323
Empresariais, profissionais e técnicos	6173	5 455	6050
Pessoais, culturais e recreação	-592	-624	- 873
Total	-12934	-13418	-22 422

Fonte: Bacen.

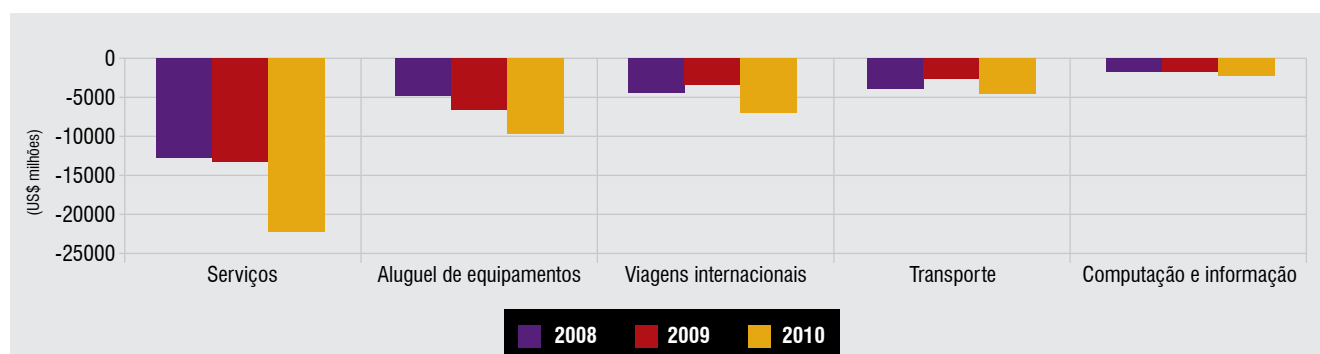


Gráfico 2
Evolução da conta serviços – jan.-set. 2010/2009/2008

Fonte: Bacen.

de 2010, relativamente ao mesmo período de 2009. Comparativamente a 2008, verifica-se retração de 14,8 %. Saliente-se que 2008 foi o ano que registrou o maior déficit já atingido em toda a série histórica dessa conta, uma vez que as dificuldades de liquidez na economia mundial intensificaram fortemente as remessas em direção aos países desenvolvidos.

Tabela 7
Conta rendas do balanço de pagamentos
Jan.-set. 2010/2009/2008

	(US\$ milhões)		
Ano	2008	2009	2010
Rendas	-32479	-22414	-27677
Salário e ordenado	333	465	376
Renda de investimentos (líquido)	-32812	-22878	-28053
Renda de investimentos diretos	-21072	-11995	-17130
Lucros e dividendos	-20123	-10868	-15964
Lucros reinvestidos no Brasil	0	0	0
Juros de empréstimos intercompanhias	-949	-1126	-1165
Renda de investimentos em carteira	-7219	-6722	-8167
Lucros e dividendos	-7377	-5117	-4944
Juros de títulos de renda fixa	157	-1605	-3223
Renda de outros investimentos (juros)	-4520	-4162	-2756

Fonte: Bacen.

O maior volume de envio de renda do Brasil para o exterior atualmente ocorre via remessa de *Lucros e dividendos*. Embora a saída líquida desses rendimentos decorrentes dos *Investimentos em carteira* seja significativa, é no âmbito dos *Investimentos diretos* que os valores são mais elevados e a trajetória de crescimento é explosiva. A expansão mais acelerada ocorre a partir de meados da década de 1990, acompanhando o processo de privatização que se deu, em grande medida, com internacionalização da economia, adquirindo novo impulso a partir de 2005.

Entre janeiro e setembro de 2010, o déficit decorrente da remessa de *Lucros e dividendos* relativos a *Investimentos diretos* vem apresentando valores mais elevados a cada mês, com forte concentração em abril, atingindo um crescimento de 46,9% ante o valor contabilizado no mesmo período de 2009. A comparação com os nove primeiros meses de 2008 evidencia retração de 20,7%. A evolução dessas remessas está ligada por um lado a mudanças estruturais pelas quais passou a economia brasileira a partir da última década do século passado

e, conjuntamente, às turbulências da economia internacional e a questões cambiais. O envio de *Lucros e dividendos* relativos aos *Investimentos em carteira* também é significativo, mas no acumulado do ano essa rubrica apresenta retração no déficit de 3,4% em comparação com o mesmo período de 2009. Em relação a 2008, quando as remessas haviam acelerado muito, o decréscimo atinge 33%.

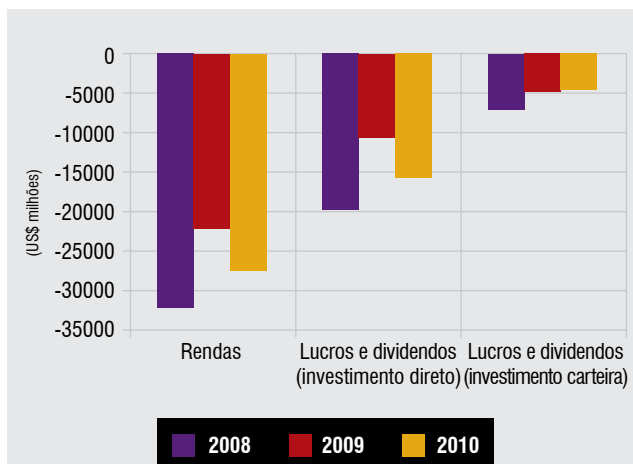


Gráfico 3
Evolução da conta rendas e subgrupos
Jan.-set. 2010/2009/2008

Fonte: Bacen.

TRANSAÇÕES CORRENTES

Os últimos anos registraram mudanças importantes no que se refere ao comportamento das *Transações Correntes* do balanço de pagamentos. Após cinco anos de saldos positivos, a conta voltou a apresentar déficit em 2008, sendo que este, nos nove primeiros meses de 2010, eleva-se em 190,7%. Comparando com os nove primeiros meses de 2008, base anterior ao auge da crise, ainda assim o aumento é de 53,2%. Esse déficit tem sua fonte na conta de *Serviços e Rendas*, mas a forte redução do superávit da balança comercial – que no passado recente vinha compensando esses resultados – gera uma maior dependência dos fluxos financeiros para o equilíbrio do balanço de pagamentos. A título de ilustração, considere-se que no acumulado de 2010 todo o saldo da balança comercial foi insuficiente para cobrir o déficit gerado apenas na subconta *Lucros e dividendos* decorrentes de *Investimentos Estrangeiros Diretos* (IEDs).

Para manter o equilíbrio externo, a contrapartida de déficits nas *Transações correntes* é a necessidade de superávits por meio do movimento de capitais. No Brasil, a ocorrência desses superávits vem se dando, basicamente, mediante o ingresso de IEDs e de *Investimentos em carteira*. A entrada de IEDs depende de decisões tomadas no âmbito da esfera produtiva em nível internacional que levam em conta, principalmente, as condições de valorização do capital, internas e externas. Os *Investimentos em carteira* consideram as mesmas condições avaliando, particularmente, a taxa interna de juros frente aos “riscos” estimados. Em 2008, em virtude da redução da liquidez internacional, esse tipo de investimento diminuiu consideravelmente. No entanto, já em 2009 e 2010 voltou a ganhar força, em virtude das condições oferecidas pela economia brasileira, sobretudo pela prática de uma taxa de juros das mais atrativas.

Tabela 8
Balanco de pagamentos – transações
Jan.-set. 2010/2009/2008

(US\$ milhões)					
Período	Balança comercial	Serviços	Rendas	Transfe-rências unilaterais	Transações correntes
2008	19658	-12934	-32479	2871	-22.884
2009	21183	-13418	-22414	2588	-12.061
2010	12773	-22423	-27677	2263	-35.064

Fonte: Bacen.

CAPITAL E FINANCEIRA

A crise internacional afetou profundamente a conta *Capital e financeira*. A tendência declinante dessa conta

manifesta-se já no início de 2008, com queda acentuada no auge da crise e recuperação a partir do início de 2009. A conformação da curva evolutiva do total da conta ilustra a redução de liquidez, em virtude da turbulência internacional, e, conseqüentemente, a migração do capital especulativo para ambientes tidos como mais seguros, ou para minorar a própria crise de liquidez nos países de origem desses capitais. No entanto, observa-se que a partir de janeiro de 2009 o saldo volta a ser superavitário, e ao final do primeiro semestre desse ano já retorna aos valores pré-crise.

A entrada de capitais internacionais volta a acelerar a partir dos últimos meses de 2009, movimento que se manteve em 2010, e que levou o Banco Central a promover sucessivos aumentos no IOF na tentativa de reduzir a entrada de dólares e conseqüente valorização do real. Para os primeiros nove meses de 2010, os ingressos por meio dessa conta apresentaram expansão de 80,2% em relação ao mesmo período de 2009 e de 30,8% frente a 2008. Essa retomada sustentou-se basicamente em capitais de curto prazo, tendo os *Investimentos em carteira* líquidos representado mais de 60% do total dos ingressos, praticamente o dobro do valor de 2009. Em decorrência da natureza instável dos *Investimentos em carteira*, sua volatilidade havia se manifestado desde 2008, que apresenta uma base ainda menor, refletindo o ambiente geral de incertezas, a necessidade de liquidez nas economias desenvolvidas e a fuga para a aquisição de ativos considerados mais seguros.

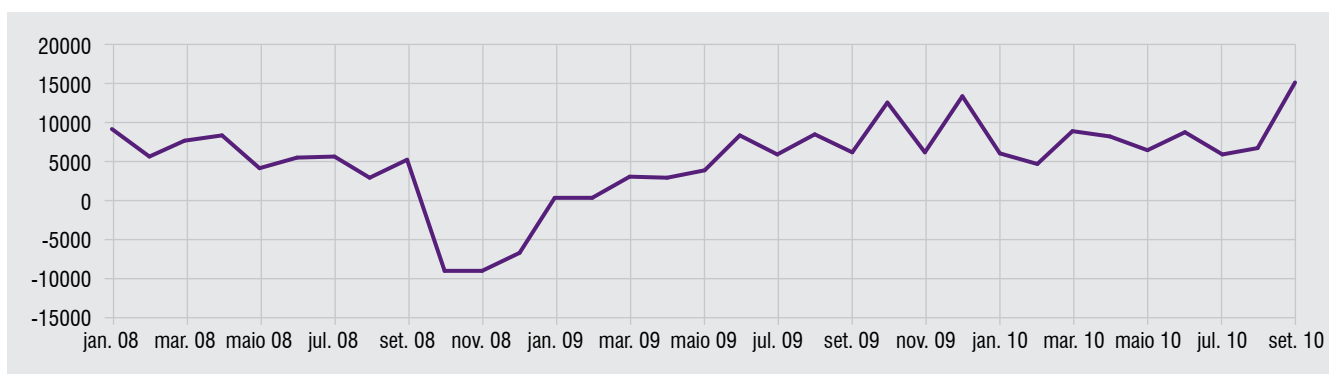


Gráfico 4
Evolução da conta capital e financeira

Fonte: Bacen.

Tabela 9
Conta capital e financeira – jan.-set. 2010/2009/2008
 (US\$ milhões)

Ano	2008	2009	2010
Conta capital e financeira	54099	39286	70799
Conta capital	698	786	806
Conta financeira	53400	38501	69993
Investimento direto	15448	22841	16991
Inv. Brasil direto	-15407	5168	-5541
Inv. estrangeiro direto	30855	17672	22623
Investimento carteira	17087	21553	42979
Inv. Brasil carteira	120	-1141	-242
Inv. estrangeiro carteira	16967	22693	43221
Derivativos	-401	169	-36
Outros investimentos	21267	-6062	10058

Fonte: Bacen.

Por outro lado, houve um decréscimo de 25,6% no que diz respeito aos *Investimentos diretos*, comparando-se 2010 e 2009. Esse tipo de capital apresenta uma resposta menos imediata, tanto no que diz respeito à expansão quanto à retração, frente às turbulências da finança internacional. De todo modo, ao menos conjunturalmente, mudou a natureza do financiamento externo do déficit em *Transações correntes*, cuja composição passou a ter um peso muito maior dos capitais de curto prazo, o que seguramente aumenta a vulnerabilidade da economia.

Sobretudo nos últimos meses, o Brasil tem registrado entradas recordes desses recursos, levando à valorização cambial e à redução da competitividade das exportações, o que induziu o governo brasileiro a adotar as já mencionadas medidas para conter o ingresso de capitais voláteis no país. A recente injeção de liquidez de US\$600 bilhões no mercado financeiro internacional, patrocinada pelos EUA, não contribui para o sucesso dessas medidas, cujo objetivo é desestimular uma expansão tão elevada desse tipo de investimento que, em virtude das altas taxas de juros praticadas no Brasil, oferece alta rentabilidade.

A primeira medida de taxação na entrada de capital externo, adotada no ano passado, não provocou alterações expressivas. Ainda não são disponíveis dados que permitam avaliar o impacto do aumento do IOF para investimento estrangeiro em renda fixa para 6% em outubro de 2010, mas com a alta taxa de juros reais vigente, a rentabilidade, em termos relativos, permanece elevada e atrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ultrapassada a fase mais aguda da crise financeira internacional, e com a retomada do crescimento da atividade econômica, a análise dos resultados do setor externo brasileiro revela que a crise deixou marcas que devem ser acompanhadas com cuidado, e cujos desdobramentos estão atrelados à velocidade com que se efetive a recuperação da demanda mundial e ao fôlego do crescimento da demanda interna.

Observou-se que o saldo comercial mostrou expressiva queda uma vez que as importações estão crescendo a um ritmo mais acelerado que as exportações. A redução do saldo comercial contribui para a intensificação do déficit em conta corrente numa perspectiva em que as saídas líquidas de recursos decorrentes das transações envolvendo serviços e das remessas de rendas são crescentes. Para além do aspecto puramente quantitativo, é nítida a tendência ao crescimento da participação relativa dos produtos básicos na pauta de exportações em detrimento dos manufaturados. Dentre os manufaturados, estudos sobre a intensidade tecnológica desses produtos revelam uma regressão para uma maior concentração naqueles de baixa e média intensidade. O fato de que a recuperação das exportações brasileiras está marcada pela expansão das relações comerciais com a China, compradora fundamentalmente de produtos básicos, reforça a tendência.

No que se refere aos *Serviços*, na ausência de uma perspectiva de desenvolvimento de um setor produtor de serviços comercializáveis internacionalmente, pouco pode-se esperar no que diz respeito a alteração de tendência. Quanto às remessas de *Rendas*, atualmente centradas no envio de lucros e dividendos, mantendo-se o enquadramento atual da economia brasileira, são ainda mais reduzidas as possibilidades de mudanças, mesmo no médio prazo.

O convívio com uma conta de *Transações Correntes* crescentemente deficitária recoloca a necessidade de atração de fluxos financeiros também em escala crescente. Embora a conta *Capital e financeira* venha apresentando saldos positivos, que têm permitido inclusive o acúmulo de reservas, chama a atenção nos dados mensais relativos a 2010 a elevada participação dos capitais de curto prazo no financiamento das contas

externas, o que certamente não contribui para reduzir a vulnerabilidade do país frente aos solavancos do sistema financeiro internacional.

REFERÊNCIAS

- BC MANTÉM Selic e confirma expectativas do mercado, que espera alta de juros em 2011. *Folha.com*, São Paulo, 20 out. 2010. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/817767-bc-mantem-selic-e-confirma-expectativas-do-mercado-que-espera-alta-de-juros-em-2011.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- BRASIL possui os maiores juros reais do mundo; veja as taxas de outros países. *UOL*, São Paulo, 20 out. 2010. Economia. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/10/20/brasil-mantem-os-maiores-juros-reais-do-mundo-veja-as-taxas-de-outros-paises.jhtm>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- BRASILEIRO nunca gastou tanto em viagens ao exterior. *Estadão.com.br*, São Paulo, 25 out. 2010. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,brasileiro-nunca-gastou-tanto-em-viagens-internacionais,40245,0.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2010.
- CARTA DE CONJUNTURA [do] IPEA. Brasília, set. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc11_setorexterno.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.
- COMÉRCIO chama decisão do Copom de 'cautelosa' e 'tecnicamente deplorável'. *Folha.com*, São Paulo, 20 out. 2010. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/817770-comercio-chama-decisao-do-copom-de-cautelosa-e-tecnicamente-deploravel.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- CRUZ, Ney Hayashi da. EUA são culpados por problema do câmbio, diz Mantega. *Folha.com*, Brasília, 21 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/818035-eua-sao-culpados-por-problema-do-cambio-diz-mantega.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- CUCOLO, Eduardo. Gasto de brasileiros no exterior bate recorde pela 3ª vez no ano. *Folha.com*, São Paulo, 25 out. 2010b. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/819742-gasto-de-brasileiros-no-exterior-bate-recorde-pela-3-vez-no-ano.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2010.
- _____. Copom decide manter taxa de juros em 10,75% ao ano. *Folha.com*, São Paulo, 20 out. 2010a. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/817564-copom-decide-manter-taxa-de-juros-em-1075-ao-ano.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2010.
- FUNDAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR (RJ). Rio de Janeiro: FUNCEX, 2010. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 1 out. 2010.
- MESMO com manutenção da Selic, Brasil ainda tem maiores juros reais. *Folha.com*, São Paulo, 20 out. 2010. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/817722-mesmo-com-manutencao-da-selic-brasil-ainda-tem-maiores-juros-reais.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2010.

O planejamento estratégico como artefato gerencial para as organizações do terceiro setor: uma análise na Região Metropolitana de Salvador

Raimundo Nonato Lima Filho*

Rodrigo Silva de Sousa**

Adriano Leal Bruni***

José Bernardo Cordeiro Filho ****

No mundo empresarial, para que as organizações possam conseguir uma posição competitiva sustentável é fundamental que mantenham sob foco a essência de seus negócios, notadamente em ambientes turbulentos, nos quais os planos devem ser continuamente ajustados. Sobretudo em casos como a recente crise financeira, a expansão da tecnologia da informação e a política econômica provocam desmesurada influência, forçando as empresas, em alguns casos, a reajustarem seus planos.

Nestes últimos anos, os cenários econômicos conturbados e consumidores cada vez mais exigentes, e menos tolerantes, têm contribuído para que o planejamento estratégico torne-se um recurso indispensável para nortear as ações de qualquer organização. Na intenção de acompanhar as tendências atuais e conservar-se de forma competitiva no mercado, as empresas têm buscado ferramentas que auxiliem na sua administração. Não muito diferentes são as entidades do Terceiro Setor, que buscam alcançar resultados positivos com o fito de garantir sua continuidade. Atualmente, com o crescimento desse importante setor,

* Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). raimundolima@ufba.br

** Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Rodrigo_sdesouza@hotmail.com

*** Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Prof. do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). albruni@ufba.br

**** Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Prof. do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). bernardo@ufba.br



é necessário que o planejamento estratégico e outras ferramentas gerenciais passem a ser utilizados com maior ênfase no âmbito dessas entidades.

Sendo assim, essa pesquisa se propõe a responder a questão: qual o nível de importância percebido pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) em relação ao planejamento estratégico na região metropolitana?

Este trabalho busca analisar a aplicação do planejamento estratégico nas entidades do terceiro setor, considerando suas particularidades e tendo em vista o seu importante papel no cenário nacional. As hipóteses para esta pesquisa buscam evidenciar:

- H₁: As OSCIPs de maior porte da região metropolitana tendem a atribuir mais importância ao planejamento estratégico.
- H₂: As práticas de planejamento estratégico das OSCIPs não são abrangentes.

Assim, percebe-se a relevância do tema planejamento estratégico nesse contexto, já que corroborou ser um método eficiente para a organização, estabelecendo-se como um método de aprofundamento do conhecimento da entidade e do ramo de negócio como um todo. Sua sistematização deve ser executada pela organização e não para a organização, pois deve levar em consideração todos os aspectos referentes ao ramo e à atividade, ou seja, cada plano estratégico é singular.

A metodologia empregada inicialmente neste artigo foi a revisão bibliográfica, que buscou caracterizar conceitos acerca do planejamento estratégico e sua relevância enquanto recurso da gestão empresarial aplicada ao Terceiro Setor. Posteriormente, para o emprego de uma coleta de dados por meio de uma entrevista por telefone com os responsáveis pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) da região metropolitana. Para isso foi levantada a sua população em Salvador (BA), por meio do portal eletrônico do Ministério da Justiça, que totalizava 69 entidades. Desta forma, todas essas organizações foram contatadas, contudo somente 19 delas disponibilizaram-se a responder o questionário. Deste modo, os resultados obtidos por

Percebe-se a relevância do tema planejamento estratégico [...] ser um método eficiente para a organização, estabelecendo-se como um método de aprofundamento do conhecimento da entidade e do ramo de negócio como um todo

meio dessa amostra serão apresentados e analisados nessa pesquisa.

ASPECTOS CONTEXTUAIS BALIZADORES DO OBJETO DE ESTUDO

A competitividade tem exigido das organizações maior controle de qualidade de seus produtos e serviços, e dessa forma, melhor desempenho. O mercado instável induz as empresas de vários segmentos, inclusive as entidades do Terceiro Setor, a repensarem sua posição no meio competitivo, pois sua atividade no respectivo ramo é fruto das suas decisões e ações decorrentes. Os efeitos da globalização e maior competição forçam as empresas a ficar mais inovadoras e criativas, não apenas em termos de produzir melhor, mas também em termos de marketing e finanças; ou seja, a competitividade está presente em todas as áreas da empresa. (FRANCO, 1999, p. 93).

Vários fatores influenciam as entidades a optarem pelo uso do planejamento estratégico como recurso gerencial. A tentativa de minimizar o efeito dos fatores exógenos ou os riscos quanto à expansão da sua atividade é uma dessas razões. De acordo com pesquisa realizada por Carvalho (2004, p. 95), as entidades que realizam o planejamento estratégico possuem uma sobrevivência maior, conforme o Quadro 1.

Fez PE?	Idade média	Frequência	Desvio padrão
Não	15,9	22	15
Sim	25,9	29	32,7
Total	22,5	51	26,6

Quadro 1
Empresas que empregaram o planejamento estratégico

Fonte: Carvalho, 2004.

Segundo Allison e Kaye (1997, p. 23), processo de planejamento é um conjunto de processos decisórios e compreende as fases do planejamento, execução e controle da empresa, de suas áreas e atividades. Para a tomada de decisão diante das variáveis ambientais é preciso haver uma sequência lógica e sistematizada, que será consolidada por meio do processo de planejamento. Segundo Guerreiro (1995, p. 66), essa sequência se inicia pelo planejamento estratégico, passa pelas fases de pré-planejamento, planejamento e programação do planejamento operacional, pela fase de execução e, finalmente, pela fase do controle gerencial.

Nos países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e Inglaterra, entre outros, tem-se o hábito de planejar estrategicamente desde o nascimento de uma empresa, ao contrário do que se percebe no Brasil, onde há um alto índice de falência de empresas nos primeiros anos, o que evidencia o desconhecimento desse recurso de gestão empresarial.

Planejar é uma atividade de grande relevância no meio empresarial, pois é um recurso de fundamental importância para que as empresas atinjam objetivos de forma mais eficiente. Planejar não é predizer e sim pontificar o presente e o futuro. Se essa é uma das mais simples e práticas acepções de planejamento, porque será que tantas empresas têm verdadeira aversão a esta prática?

Muitas são as razões encontradas, destacando-se as seguintes: (a) é difícil planejar alguma coisa, em razão das constantes mudanças de cenários; (b) o tempo que se gastaria planejando poderia ser mais bem utilizado na implantação de algo novo.

O planejamento procura aumentar as chances de sucesso, mas não o garante; ele colabora para a diminuição dos

riscos. Um planejamento bem feito pode evidenciar uma oportunidade de investimento, além de otimizar os recursos disponíveis, pois, quando se planeja, pode-se visualizar cada parte da empresa, ao mesmo tempo em que permite ver a empresa como um todo, o que vai ajudar a desenvolver métodos e estratégias eficientes.

O planejamento estratégico é um recurso utilizado como suporte à mais adequada tomada de decisão, de modo que as empresas antecipem-se às mudanças ou mesmo preparem-se para enfrentá-las. Assim, o planejamento estratégico deve possuir como principal característica a flexibilidade, com o intuito de permitir o ajuste necessário face às incertezas do mercado a qualquer tempo.

Contudo, quando não se tem uma definição clara das metas de um negócio, tanto a longo como em curto prazo, de nada adianta fazer um planejamento estratégico, por mais completo que seja, pois qualquer caminho é idêntico. Então, a principal razão de formalizarem-se as metas e objetivos dos negócios é procurar adequar e orientar o caminho a ser seguido para que a empresa esteja cumprindo sua missão em direção à visão.

No campo do Terceiro Setor, Bryson (1988, p. 116-141) indica o uso do método de diagnóstico SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) para análise do ambiente em que a empresa está inserida, ajudando no gerenciamento dessas variáveis da melhor forma.

O planejamento estratégico deve possuir como principal característica a flexibilidade, com o intuito de permitir o ajuste necessário face às incertezas do mercado a qualquer tempo

Entretanto destaca a necessidade de que essa análise deve ser precedida da preparação de vários relatórios acerca das forças externas (clientes, usuários, mantenedores, tendências políticas, econômicas e sociais) e internas (informações, pessoas, resultados e departamentos).

O planejamento estratégico tem sido objeto de estudo, ao longo de décadas, pelos mais diversos autores, e esses estudos voltam-se especialmente para empresas competitivas cuja finalidade é a obtenção do lucro. No entanto, atualmente, com o crescimento do terceiro setor, é necessário mais que adaptações no planejamento estratégico em termos de aplicação, e sim o desenvolvimento de modelos adequados a essas instituições.

De acordo com Harrison (1992), o tamanho organizacional e a prevalência de tecnologia são dois fatores-chave, conforme pesquisa realizada com 61 CEOs, em termos de influência na incerteza que rodeia o sucesso da implementação de escolhas estratégicas. Além disso, Mintzberg (1994) aponta o tamanho como uma das condições facilitadoras para a programação estratégica.

Como grande parte das OSCIPs trabalha principalmente com o apoio extensivo de funcionários e colaboradores, o planejamento estratégico é um meio de concentrar os esforços em prol de um objetivo em comum. Para isso, pesquisas indicaram que o tamanho da organização

é um preditor significativo de programas de Gestão de Recursos Humanos (GOODSTEIN, 1994; INGRAN; SIMON, 1995 apud TAYLOR; MCGRAW, 2006). Em outra pesquisa, Bartran (2004) e Leung (2004 apud TAYLOR; MCGRAW, 2006) apoiam a premissa de que as pequenas organizações tendem a usar atividades mais informais para recursos humanos.

As ferramentas de gestão que tanto são úteis para empresas “de mercado” devem ser revistas especificamente para uso em empresas sem fins lucrativos. Embora não pareçam, as instituições do terceiro setor também precisam fazer uso de técnicas administrativas eficazes, já que precisam desenvolver sua autossustentabilidade para poder desempenhar bem seu papel, como também concorrer com outras instituições da mesma natureza que a sua ou não. O uso do planejamento estratégico por instituições do terceiro setor irá contribuir para a adequada alocação de recursos e provocar um fortalecimento financeiro, provando mais uma vez sua eficácia.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Caracterização da amostra

As OSCIPs que fizeram parte desse estudo estão situadas na Região Metropolitana de Salvador (BA). Dentre as OSCIPs que atuam no espaço delimitado por esse trabalho, apenas 69 delas disponibilizaram dados no portal eletrônico do Ministério da Justiça. Desta forma, todas estas organizações foram contatadas, mas apenas 19 delas, número que compõe a amostra, concordaram em responder à entrevista por telefone, email ou pessoalmente.

De acordo com as Tabelas 1 e 2, verifica-se que da amostra utilizada nessa pesquisa, 12 das OSCIPs, o que representa 63,15% da amostra, têm uma receita anual média acima de 100 mil reais, o que nesse trabalho categorizamos como entidade de “grande porte”. Além disso, verifica-se também que, em igual número, mais da metade de suas receitas são oriundas de contratos de parceria com o governo.

O uso do planejamento estratégico por instituições do terceiro setor irá contribuir para a adequada alocação de recursos e provocar um fortalecimento financeiro, provando mais uma vez sua eficácia

Tabela 1
Receita anual média

Receita anual média	N	%
Até 50 mil	2	10,5%
De 50 a 100 mil	5	26,3%
De 100 a 200 mil	9	47,4%
Acima de 200 mil	3	15,8%
Total	19	100,0%

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Tabela 2
Receita de contratos de parceria

Receita (contratos de parceria)	N	%
De 10 a 25%	1	5,3%
De 25 a 50%	6	31,6%
De 50 a 75%	7	36,8%
Acima de 75%	5	26,3%
Total	19	100%

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Verificar a importância atribuída às práticas de planejamento estratégico

Como somente a coleta de dados tornou possível a construção de uma amostra com apenas 19 casos, antes da aplicação dos testes de hipóteses planejados foi preciso analisar a forma de distribuição da variável. Para isso, utilizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov, que avalia se os valores de uma amostra podem ser considerados como provenientes de uma população com determinada distribuição teórica e significativa.

De acordo com o nível de significância obtido para o teste de Kolmogorov-Smirnov, não foi possível atestar a normalidade da variável P6. Assim, os testes apresentados a seguir analisaram as respostas das questões P1 a P5.

Como a escala do instrumento de coleta de dados foi apresentada com sete pontos, entre 1 (Discordo Totalmente) e 7 (Concordo Totalmente), o ponto médio foi igual a 4. Assim, caso práticas robustas de planejamento estratégico fossem identificadas, a média na população seria estatisticamente superior a 4 (hipótese alternativa $H_1: \mu > 4$). Caso práticas não robustas fossem verificadas, a média na população seria igual ou menor que 4 (hipótese nula, $H_0: \mu \leq 4$). Os resultados dos testes de hipóteses estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 3
Resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov

	P1	P2	P3	P4	P5	P6
Média	4,32	4,32	4,32	4,84	3,89	4,58
Desvio padrão	2,926	2,926	2,926	2,774	2,726	2,589
Kolmogorov-Smirnov Z	1,292	1,292	1,292	1,342	1,207	1,482
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,071	0,071	0,071	0,054	0,109	0,025

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Tabela 4
Práticas robustas de planejamento estratégico

Pergunta	Significância
1) A instituição possui uma declaração escrita de sua visão de futuro?	0,643693
2) A instituição possui uma declaração escrita de sua missão?	0,643693
3) A instituição possui uma declaração escrita de seus princípios e valores?	0,643693
4) A instituição possui um registro de seus objetivos e metas?	0,202344
5) A instituição possui um registro de suas estratégias?	0,868226

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Como os níveis de significância de cada um dos cinco testes anteriores foram superiores ao padrão 0,05 (ou 5%), aceita-se a hipótese nula de igualdade. Ou seja, não foi possível encontrar na amostra práticas robustas de planejamento estratégico, confirmando dessa forma nossa H_0 .

Verificar se OSCIPs com maiores receitas atribuem maior importância às práticas de planejamento estratégico

Para poder atingir este objetivo, os respondentes foram agrupados em duas categorias. Na primeira foram classificadas as OSCIPs com receitas anuais até R\$100 mil. Na segunda categoria foram classificadas as OSCIPs com receitas anuais maiores.

Tabela 5
OSCIPs agrupadas

OSCIPs	N	%
Menor tamanho	7	36,8
Maior tamanho	12	63,2

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Tabela 6
Tamanho das OSCIPs e importância às práticas de planejamento estratégico

Pergunta	Grupo	N	Média	Desvio padrão	Significância
7) A instituição possui uma declaração escrita de sua visão de futuro?	Menor	7	1,71	1,89	0,00
	Maior	12	5,83	2,29	
8) A instituição possui uma declaração escrita de sua missão?	Menor	7	1,71	1,89	0,00
	Maior	12	5,83	2,29	
9) A instituição possui uma declaração escrita de seus princípios e valores?	Menor	7	1,71	1,89	0,00
	Maior	12	5,83	2,29	
10) A instituição possui um registro de seus objetivos e metas?	Menor	7	3	2,65	0,02
	Maior	12	5,92	2,31	
11) A instituição possui um registro de suas estratégias?	Menor	7	2,14	2,04	0,03
	Maior	12	4,92	2,61	

Fonte: Elaboração própria, 2010.

A classificação em dois grupos permitiu a realização dos testes de hipóteses apresentados na Tabela 6.

As médias apresentadas na Tabela 6 para os grupos das menores e maiores OSCIPs indicam que as maiores apresentam, em média, práticas mais robustas de Planejamento Estratégico. Nas cinco questões analisadas, as médias das maiores foram superiores à média esperada, igual a 4. Além disso, os níveis de significância dos testes de hipóteses foram inferiores ao padrão 0,05, indicando que as diferenças encontradas foram estatisticamente significativas, confirmando dessa forma a primeira hipótese (H_1). Portanto, estima-se que quanto maior for a movimentação de recursos nas entidades, haverá uma maior preocupação em se planejar estrategicamente. Para conclusões mais sólidas seria necessário ampliar o universo amostral, para com maior rigor científico concluir que realmente o porte da entidade interfere no nível de preocupação em desenvolver um planejamento estratégico.

Como não foi possível usar um teste paramétrico para a Pergunta 6 (item rejeitado pelo Teste de Kolmogorov-Smirnov), foi realizado um teste não paramétrico de Mann-Whitney U, conforme apresenta a Tabela 7.

Tabela 7
Tamanho das OSCIP's e importância às práticas de planejamento estratégico (Pergunta 6)

6) A instituição possui um registro de seu plano de ação?	N	Média dos Ranks	Soma dos Ranks	Mann-Whitney U	Significância
Menor tamanho	7	4	28	0	0,00
Maior tamanho	12	13,5	162		

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Os postos médios das OSCIPs de maior e menor tamanho indicam que as entidades maiores, em média, possuem registro de seu plano de ação, e estas diferenças são significativas, conforme destaca o nível de significância menor que 5% da Tabela 7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do tema pesquisado, buscou-se mostrar a importância do planejamento estratégico como instrumento de relevância gerencial em entidades do Terceiro Setor. O estudo sugere que o planejamento estratégico, quando corretamente utilizado, desencadeia um método completo na organização. Permite pensar na empresa como um todo, analisando onde está e onde estará em um futuro próximo, investindo em oportunidades, bem como reduzindo custo em atividades que não agregam valor para o seu crescimento.

Os objetivos deste estudo foram atingidos a partir do momento que conseguimos demonstrar a atual situação de gestão estratégica em entidades do Terceiro Setor, na Região Metropolitana de Salvador. No contexto geral, nossa H_2 foi confirmada, ou seja, as práticas de planejamento estratégico na amostra utilizada não são abrangentes. Contudo, ao separarmos nossa amostra em pequenas e grandes entidades, nossa H_1 foi corroborada para o segundo tipo de organização.

Portanto, atendendo o objetivo central dessa pesquisa, verificou-se que a utilização do planejamento estratégico em entidades soteropolitanas ainda não é robusta e consolidada. Contudo, as OSCIPs maiores mostram-se mais preocupadas com esse mecanismo de gestão e apresentaram um estágio mais desenvolvido em relação ao tema na comparação com as suas similares de tamanho menor.

A execução deste trabalho permitiu a percepção da dimensão da importância do uso do planejamento estratégico, principalmente em OSCIPs, que em virtude de sua atividade social têm notória relevância na economia nacional. Assim, os resultados significativos obtidos com base nesta pesquisa apontam que as práticas de planejamento estratégico em OSCIPs maiores são mais robustas, confirmando as hipóteses levantadas por meio dos testes apresentados.

O planejamento estratégico demonstra ser um processo eficiente na organização do pensamento, é o momento de avaliação da empresa como um todo. Independente do porte da empresa, o planejamento irá concentrar esforços dos fatores primordiais para a empresa, reduzindo o gasto de tempo em atividades que não agregam valor para o seu crescimento, o que representa uma maior eficiência operacional e estratégica.

Desse modo, conclui-se que o planejamento estratégico proporciona às empresas planejar seu crescimento e manutenção no mercado, permitindo maior capacidade competitiva e subsidiando um desenvolvimento sustentável a curto e longo prazo.

Embora esta pesquisa represente um avanço nas pesquisas realizadas sobre o Terceiro Setor, por conta da utilização de uma abordagem inferencial, que buscou evidenciar relações entre as variáveis do sistema, este trabalho ainda apresenta limitações em decorrência do tamanho da amostra analisada. Além disso, futuras pesquisas poderiam tentar evidenciar o panorama nacional sobre o tema e buscar mais relações entre as variáveis estudadas.

Resta, por derradeiro, sugerir caminhos e tópicos para futuros trabalhos no campo do planejamento estratégico e sua relação na extensão organizacional, sobretudo

envolvendo ramos de organizações específicas, como as OSCIPs. Quanto a essas perspectivas, pesquisas futuras poderiam desenvolver propostas nessa linha de pesquisa, e a partir daí promover o surgimento de um sólido arcabouço acerca do tema em prol do desenvolvimento científico.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Michael; KAYE, Jude. *Strategic planning for non-profit organizations: a practical guide and workbook*. New York: John Wiley & Sons, 1997.
- BRYSON, John M. *Strategic plan for public and nonprofit organizations: a guide to strengthening and sustaining organizational achievement*. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- CARVALHO, Fernando. *Práticas de planejamento estratégico e sua aplicação em organizações do Terceiro Setor*. 2004. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FRANCO, Hilário. *A contabilidade na era da globalização*. São Paulo, Atlas: 1999.
- GUERREIRO, Reinaldo. *A teoria das restrições e o sistema de gestão econômica: uma proposta de integração conceitual*. 270 f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- HARRISON, E. F. Perspectives on uncertainty in successful strategic choice at the CEO level. *Omega-International Journal of Management Science* [S.l.], v. 20, n. 1, p. 105-116, Jan. 1992.
- MINTZBERG, H. Rethinking strategic-planning, 1. Pitfalls and fallacies. *Long Range Planning* [S.l.], v. 27, n. 3, p. 12-21, Jun. 1994.
- TAYLOR, Tracy; MCGRAW, Peter. Exploring Human Resource Management Practices in Nonprofit Sport Organisations. *Sport Management Review*, v. 9, n. 3, p. 229-251, Nov. 2006.



Mercado de trabalho da RMS e demais regiões metropolitanas – uma análise baseada na PME

Lucas Marinho Lima*
Eletice Rangel Santos**
Edelcique Machado Serra***

A crise financeira internacional, também conhecida como a crise de 2008, atingiu grande parte das economias mundiais, produzindo uma redução no ritmo de crescimento econômico de diversos países, inclusive do Brasil.

A economia nacional, que vinha apresentando um alto grau de expansão, iniciado no segundo trimestre de 2006, sofreu uma desaceleração na sua trajetória de crescimento com impactos sobre a evolução de agregados econômicos tais como produção, investimento e emprego.

Os sinais dessa crise na economia brasileira mostraram-se já no final de 2008, com reflexos negativos no setor produtivo, sobretudo em decorrência da elevação da taxa básica de juros, cujos efeitos foram mais presentes a partir de setembro de 2008, o que representou uma descontinuidade do ciclo positivo de resultados econômicos e sociais que o país vinha apresentando.

Esse cenário potencializou uma condição de certa fragilidade da economia, na qual os próprios agentes econômicos – consumidores, governo e empresários – apresentavam sinais que evidenciavam um quadro de pouca confiança com relação aos destinos da economia nacional.

* Bacharel em Ciências Econômicas e graduando em Direito pela Associação Educacional Unyahna; pesquisador social da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). lucaslima@sei.ba.gov.br

** Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED). eleticerangel@yahoo.com.br

*** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Planejamento Operativo pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). edelcique@sei.ba.gov.br

O Produto Interno Bruto (PIB) do ano de 2008 mostra que o Brasil vinha com um crescimento da ordem de 5,2%. Deve-se mencionar que tal desempenho expressa uma expansão dos setores da *Agropecuária* (6,1%), *Serviços* (4,9%) e *Indústria*¹ (3,0%). Os setores *Serviços*² e *Indústria* apresentaram um expressivo crescimento, liderado pelo desempenho do *Comércio*, com 6,1%, e da *Construção civil*, com 7,9% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Já em 2009, a economia brasileira registrou uma redução no Produto Interno Bruto (PIB). O arrefecimento foi de aproximadamente 0,2%, como consequência da diminuição de 5,5% do setor industrial, sobretudo em razão do recuo de 7,0% na *Indústria de transformação* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No intuito de minimizar os possíveis efeitos negativos da crise, diversas medidas foram adotadas pelo governo federal. Entre elas houve a priorização dos recursos orçamentários para ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC³) e reforço financeiro ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para suprir dificuldades de capital de giro de empresas e, fundamentalmente, fortalecer os investimentos em energia e infraestrutura, bem como o apoio à reestruturação patrimonial dos grandes grupos econômicos privados em operação no Brasil.

Em 2010, o PIB do 1º semestre já apresentou crescimento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Trata-se do melhor desempenho histórico para um semestre desde o início da série, em 1996. Dentre as atividades econômicas que se destacaram no semestre, o setor da *Indústria* foi o que registrou o maior crescimento, com 14,2%, em virtude da expansão de 15,7% na *Construção civil* e 15,4% na *Indústria de transformação*. Esse cenário que a economia apresentou no 1º primeiro semestre deste ano mostra a sua capacidade de recuperação em

Cenário que a economia apresentou no 1º primeiro semestre deste ano mostra a sua capacidade de recuperação em bases sustentadas, voltando à trajetória de crescimento econômico

bases sustentadas, voltando à trajetória de crescimento econômico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

As expectativas de insegurança geradas pela crise financeira internacional, ao produzirem certo desalento no nível de atividade econômica, também levaram a uma visão pessimista do mercado de trabalho. Contudo este não assumiu a dimensão drástica que se esperava.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar o comportamento do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas do país abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME)⁴, sempre destacando a Região Metropolitana de Salvador (RMS), no 1º semestre de 2009 e no 1º semestre de 2010. Para tanto, o estudo analisa alguns indicadores produzidos por essa pesquisa: taxa de ocupação, taxa de desocupação, taxa de atividade, ocupação por setor de atividade econômica e rendimento real médio.

A comparação deu-se a fim de tentar identificar possíveis transformações no mercado de trabalho das regiões

¹ No cálculo do PIB o setor *Indústria* agrega a *Indústria de transformação* e a *Construção civil*.

² No cálculo do PIB o setor *Serviços* agrega *Comércio*, *Transportes*, *Alojamento* e *Alimentação*.

³ PAC é a sigla para Programa de Aceleração do Crescimento. É um plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira por meio do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias etc).

⁴ A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é uma pesquisa domiciliar realizada por meio de uma amostra probabilística. Implantada em 1980, produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os indicadores referem-se à força de trabalho e permitem avaliar as flutuações e as tendências, a médio e longo prazo, do mercado de trabalho nas suas áreas de abrangência, produzindo informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

metropolitanas, com destaque para a RMS, considerando os impactos da crise financeira mundial de 2008.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO CAI NAS SEIS REGIÕES METROPOLITANAS, MAS RMS MANTÉM-SE COM A MAIOR TAXA

Os dados da PME evidenciam uma redução da taxa de desocupação⁵, que passou de 8,6% no primeiro semestre de 2009 para 7,3% no primeiro semestre de 2010, no conjunto das seis regiões metropolitanas. A Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou a menor taxa – 6,0% no primeiro período de 2009 e 5,1% no primeiro período de 2010 (Gráfico 1).

Em 2008, período em que a crise atingiu seu ápice, a taxa de desocupação foi o principal destaque entre os indicadores do mercado de trabalho, tanto por ter fechado o ano em 6,8% – seu menor patamar desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002 – como por apresentar a menor média (7,9%) nesse mesmo período. O valor médio da taxa de desocupação para 2008 é 1,4 % menor do que o valor médio de 2007, que foi de 9,3%. Não obstante esse resultado positivo, é possível detectar uma diminuição do ritmo de queda da taxa de desocupação ao longo de 2008.

A análise por região metropolitana mostra que todas apresentaram redução nesse indicador, inclusive a RMS, que tem a maior taxa dentre as seis regiões consideradas para ambos os períodos (11,6% em 2009 e 11,5% em 2010). A segunda maior taxa de desocupação para o 1º semestre de 2009 foi apresentada pelas Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, ambas com 9,9%. No período seguinte, a Região Metropolitana de Recife foi a que apurou a segunda maior (8,8%). Essa queda do 1º semestre de 2009 para o de 2010 mostra que o mercado de trabalho nas regiões metropolitanas está retomando a recuperação do seu ritmo de crescimento.

Considerando as variações em pontos percentuais das taxas de desocupação de um período para o outro,

⁵ Taxa de desocupação é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.

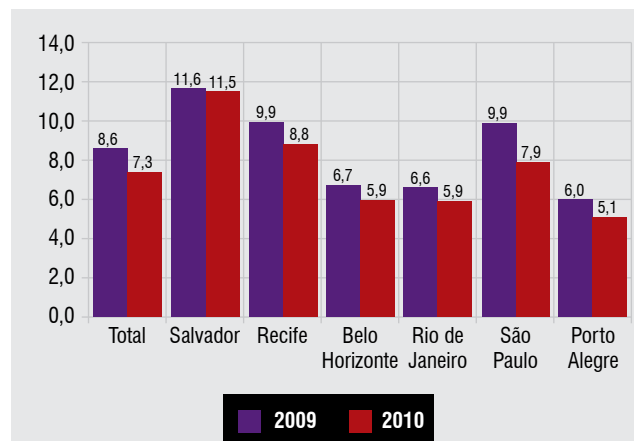


Gráfico 1
Taxa de desocupação
Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre
1º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010

Fonte: IBGE-PME. Nossos cálculos.

observa-se que, depois da RMS (0,1%), a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi aquela que teve a menor redução dessa taxa (0,7%), e a Região Metropolitana de São Paulo foi a que teve a maior redução em pontos percentuais (2,0%), considerando-se que no primeiro semestre de 2009 foi de 9,9% e no primeiro semestre de 2010 foi de 7,9%.

TAXA DE ATIVIDADE E TAXA DE OCUPAÇÃO APRESENTAM CRESCIMENTO

A taxa de atividade⁶ para o conjunto das regiões metropolitanas abrangidas pela PME aumentou de 56,5% (1º semestre de 2009) para 56,9% (1º semestre de 2010), indicando um incremento da população economicamente ativa (PEA)⁷ a taxas maiores que as da população em idade ativa (PIA)⁸ (Gráfico 2). Esse pequeno aumento, em todas as regiões metropolitanas, expressa um crescimento de pessoas economicamente ativas à procura de trabalho.

⁶ Taxa de atividade consiste na razão entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa num determinado período de referência.

⁷ PEA é o conjunto de indivíduos com 10 anos ou mais de idade correspondente à mão de obra em potencial com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada.

⁸ PIA é a população com 10 anos e mais de idade.

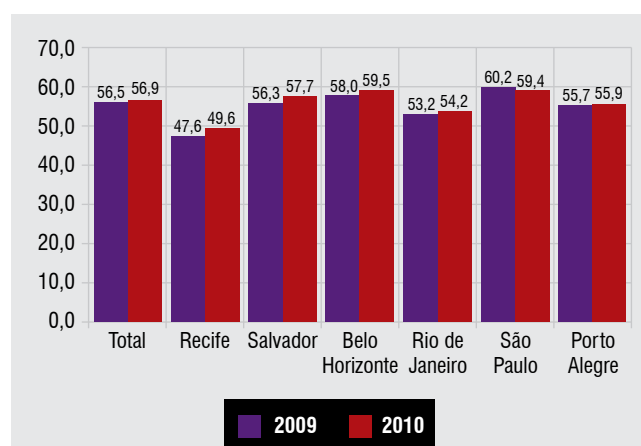


Gráfico 2
Taxa de atividade
Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre
1º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010

Fonte: IBGE-PME. Nossos cálculos.

Desse modo, pode-se afirmar que no 1º semestre de 2010 o mercado de trabalho foi mais pressionado.

No período de 2008, a taxa atividade oscilou em torno dos 57,0%, o que pode ser considerado estável quando observadas as médias dos anos anteriores (56,9%, tanto em 2006 quanto em 2007).

A Região Metropolitana de Recife teve o maior crescimento da taxa de atividade (2,0%). São Paulo, dentre as seis regiões metropolitanas, foi a única que teve um decréscimo (0,7%). A RMS teve a terceira maior variação em pontos percentuais da taxa de atividade dentre as regiões consideradas (1,4%).

A tendência de crescimento mostrada no 1º semestre de 2010 revela uma provável maior atratividade do mercado de trabalho. Tal fato foi também acompanhado positivamente pelo aumento da taxa de ocupação, o que representa a geração de novos postos de trabalho.

A observação da taxa de ocupação⁹ para o conjunto das regiões metropolitanas demonstra que entre o período correspondente ao 1º semestre de 2009 e o 1º semestre de 2010 houve um discreto aumento na participação

⁹ Taxa de ocupação é o percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.

das pessoas de 10 anos ou mais de idade no total da ocupação. Essa taxa em 2009 foi de 91,4%, passando em 2010 para 92,7% (Gráfico 3).

A RMS teve a sua taxa de ocupação praticamente estável em ambos os períodos, sendo a menor de todas as regiões metropolitanas (88,4%) em 2010. Os maiores percentuais de ocupação foram verificados em Porto Alegre, em ambos os períodos – 94% e 94,9%, respectivamente, seguidos pelas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, ambas com 94,1% em 2010.

Considerando as variações das taxas de ocupação entre os períodos analisados, observou-se que a Região Metropolitana de São Paulo foi aquela que teve a maior evolução positiva dessa taxa (2,0 %), passando de 90,1% no primeiro semestre de 2009 para 92,1% no primeiro semestre de 2010. Já a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi a que teve o menor crescimento na taxa de ocupação (0,7%), já que no primeiro semestre de 2009 foi de 93,4% e no primeiro semestre de 2010 foi de 94,1%.

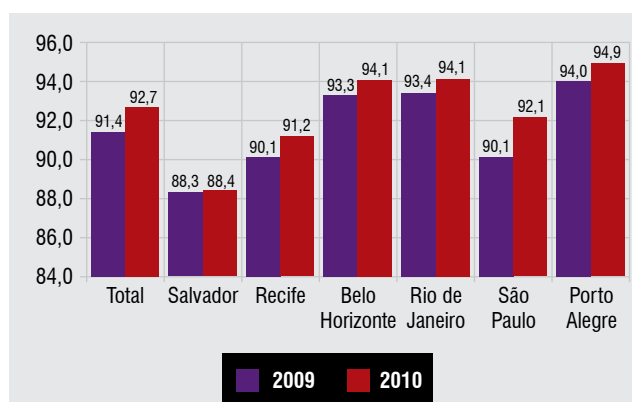


Gráfico 3
Taxa de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade
Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre
1º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010

Fonte: IBGE-PME. Nossos cálculos.

OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA MANTÉM-SE ESTÁVEL

Ao observar a Tabela 1, constata-se que a população ocupada segundo distribuição por setor de atividade econômica, no conjunto das regiões metropolitanas,

manteve-se relativamente estável, com discretos incrementos em alguns setores (*Construção e Comércio*¹⁰) e um leve arrefecimento em outros (*Serviços, Administração*¹¹ e *Serviços domésticos*).

Tanto no 1º semestre de 2009 quanto no 1º semestre de 2010, os agrupamentos¹² *Construção e Outros serviços*¹³ e *Serviços* apresentaram as maiores variações positivas na ocupação para o total das seis regiões metropolitanas. Os únicos agrupamentos que não registraram elevação foram *Indústria*¹⁴ (16,5%), que se manteve estável, e *Comércio* (-0,5%), *Administração* (-0,3%) e *Serviços domésticos* (-0,2%), que apresentaram redução (Tabela 1).

O agrupamento da *Indústria*, na RMS, acompanhou o movimento do total das regiões metropolitanas, permanecendo estável de um período para outro (10,3%). É possível observar que o percentual de ocupados no setor da *Indústria* da RMS foi o menor no 1º semestre de 2010 em relação ao percentual desse mesmo setor nas demais regiões, enquanto a Região Metropolitana de Porto Alegre foi a que obteve o maior percentual no referido setor, apresentando 20,8% no 1º semestre de 2009 e 20,9% no 1º semestre de 2010.

Os dados mostram também que a RMS registrou o maior percentual de ocupados no setor da *Construção* dentre as seis regiões consideradas (9,5%, no primeiro semestre de 2010). Por outro lado, a Região Metropolitana de Recife foi a que registrou o menor nível de ocupação no referido agrupamento, de 6,3% no 1º semestre de 2009 e 6,9% no 1º semestre de 2010 (Tabela 1).

O percentual de ocupados no *Comércio*, na RMS, apresentou o segundo maior valor em comparação ao das demais regiões (21,4% no primeiro semestre de 2010), ficando atrás apenas da Região Metropolitana

O percentual de ocupados no Comércio, na RMS, apresentou o segundo maior valor em comparação ao das demais regiões (21,4% no primeiro semestre de 2010), ficando atrás apenas da Região Metropolitana de Recife (24,2%)

de Recife (24,2%). Também é possível identificar que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi a que apresentou a menor participação de pessoas ocupadas no *Comércio* (18,0% no 1º semestre de 2009 e 17,7% no 1º semestre de 2010).

Conforme os dados constantes na Tabela 1, outro setor que também apresentou um leve declínio no percentual de pessoas ocupadas na RMS foi o setor de *Serviços*, que no 1º semestre de 2009 apresentou um percentual de 14,7% e no 1º semestre de 2010 registrou 14,0%. Já a Região Metropolitana de São Paulo foi a que apresentou o maior percentual de participação de ocupados dentre todas as regiões metropolitanas (16,1% no 1º semestre de 2009 e 16,7% no 1º semestre de 2010). Mas a região metropolitana que registrou o maior crescimento de pessoas ocupadas nos *Serviços* entre os períodos foi Recife, com um aumento de 0,7%, não obstante ter os menores percentuais de ocupados.

O agrupamento da *Administração* na RMS seguiu o movimento do total das regiões, permanecendo com um declínio de um semestre para outro de 0,3%. A Região Metropolitana de Recife obteve o maior percentual de ocupados no setor da *Administração* (19,2% no 1º semestre de 2009 e 19,3% no 1º semestre de 2010). Também é possível identificar que a Região Metropolitana de São Paulo foi a que apresentou a menor participação de pessoas ocupadas no agrupamento *Administração* (13,7% no 1º semestre de 2009 e 13,3% no 1º semestre de 2010).

¹⁰ Esse agrupamento inclui, além das atividades de comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos; e comércio a varejo de combustíveis.

¹¹ Esse agrupamento abrange, além da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

¹² Grupos de setores de atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) Domiciliar.

¹³ Esse agrupamento compreende setores como alimentação e hospedagem, transporte terrestre, serviços pessoais, entre outros.

¹⁴ Esse agrupamento compreende a indústria extrativa, a de transformação e a distribuição de eletricidade, gás e água.

Tabela 1**Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas por setor de atividade econômica, na semana de referência, por regiões metropolitanas – 1º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010**

(%)

Período	Total	Regiões metropolitanas					
		Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Indústria							
2009	16,5	10,3	10,3	16,5	12,0	20,3	20,8
2010	16,5	11,0	10,3	17,5	12,1	19,9	20,9
Construção civil							
2009	7,3	6,3	9,1	8,6	7,4	6,8	7,2
2010	7,7	6,9	9,5	8,8	8,0	7,1	7,5
Comércio							
2009	19,4	26,2	20,2	18,8	18,0	18,9	19,9
2010	18,8	24,2	21,4	18,3	17,7	18,2	19,3
Serviços							
2009	15,3	13,2	14,7	14,0	15,7	16,1	13,6
2010	15,5	13,9	14,0	13,6	15,9	16,7	13,7
Administração							
2009	16,2	19,2	18,0	16,9	18,9	13,7	16,4
2010	15,9	19,3	17,7	16,4	18,6	13,3	16,5
Serviços domésticos							
2009	7,7	8,2	9,3	8,3	8,4	7,1	6,5
2010	7,5	7,8	8,9	8,4	8,0	7,0	6,6
Outros serviços							
2009	17,2	15,9	17,7	16,3	19,3	16,7	15,0
2010	17,5	16,3	17,7	16,4	19,2	17,5	14,8

Fonte: IBGE–PME 2009 e 2010.

A RMS foi a região que obteve o maior percentual de participação de ocupados no grupamento *Serviços domésticos* no período analisado (9,3% e 8,9%). A Região Metropolitana de Belo Horizonte e Porto Alegre foram as únicas que apresentaram crescimento (0,1%) do 1º semestre de 2009 para o 1º semestre de 2010. Já as regiões metropolitanas que registraram as maiores perdas de pessoas

ocupadas no setor de *Serviços domésticos* foram Recife e Rio de Janeiro, com -0,5%.

Na RMS, a participação do número de ocupados no setor *Outros Serviços* manteve-se estável. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi a que se destacou com o maior percentual de trabalhadores ocupados nesse setor (19,3% no 1º semestre de 2009 e 19,2% no 1º semestre de 2010). São Paulo foi quem registrou o maior crescimento na participação de ocupados de um semestre para outro (0,8%).

A Região Metropolitana de Belo Horizonte e Porto Alegre foram as únicas que apresentaram crescimento (0,1%) do 1º semestre de 2009 para o 1º semestre de 2010

RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS CRESCERAM ENTRE O 1º SEMESTRE DE 2009 E O 1º SEMESTRE DE 2010

Os dados da Tabela 2 mostram o rendimento médio real do total das pessoas ocupadas e das ocupadas por posição na ocupação na RMS e demais regiões metropolitanas abrangidas pela PME. Todas as regiões obtiveram ganhos

reais no rendimento em praticamente todas as posições na ocupação. O rendimento do total das pessoas ocupadas no primeiro semestre de 2009 era de R\$ 1.376,00, passando para R\$ 1.416,50 no primeiro semestre de 2010.

Dentre as regiões metropolitanas, São Paulo, ainda que com pequena elevação de um semestre para o outro, obteve o maior rendimento médio real em ambos os períodos analisados (R\$ 1.542,70 e R\$ 1.546,60, respectivamente). Já a região metropolitana que apresentou o menor rendimento médio real foi Recife, com R\$ 884,70 no primeiro semestre de 2009 e R\$ 958,80 no primeiro semestre de 2010. Vale destacar que foi a única região metropolitana que obteve rendimento abaixo de R\$ 1.000,00. A RMS obteve o segundo menor nível de rendimento, R\$ 1.109,10 em 2009 e R\$ 1.155,60 em 2010.

Em termos absolutos, o rendimento dos empregados no setor privado aumentou de um patamar de R\$ 1.230,80 para R\$ 1.270,50 de um período para o outro. Vale notar que o crescimento dos rendimentos manifestou-se de

Quando observa-se o rendimento médio real dos trabalhadores da RMS, constata-se que foi a região metropolitana que menos apresentou crescimento de rendimento, saindo de R\$ 1.005,20 para 1.293,20

forma muito mais intensa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, saindo de R\$ 1.218,70 no primeiro semestre de 2009 para 1.293,20 no primeiro semestre do ano seguinte. Quando observa-se o rendimento médio real dos trabalhadores da RMS, constata-se que foi a região

Tabela 2

Rendimento médio real (1) do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência
Regiões metropolitanas – 1º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010

(R\$)

Período	Total	Regiões metropolitanas					
		Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Total de ocupados							
2009	1.376,0	884,7	1.109,1	1.245,6	1.385,2	1.542,7	1.314,7
2010	1.416,5	958,8	1.155,6	1.292,6	1.460,5	1.546,6	1.405,3
Empregadas no setor privado							
2009	1.230,8	797,4	1.005,2	1.050,0	1.218,7	1.394,4	1.098,4
2010	1.270,5	839,1	1.017,8	1.090,2	1.293,2	1.424,9	1.128,9
Empregadas no setor público							
2009	2.188,4	1.636,1	1.930,2	2.049,7	2.545,3	2.062,4	2.407,8
2010	2.266,9	1.836,5	2.103,0	2.176,8	2.608,9	2.061,0	2.627,9
Empregadas com carteira de trabalho assinada no setor privado							
2009	1.326,9	876,3	1.099,3	1.117,3	1.315,3	1.509,6	1.169,9
2010	1.344,0	912,8	1.114,7	1.156,3	1.370,4	1.501,7	1.183,9
Empregadas sem carteira de trabalho assinada no setor privado							
2009	885,5	505,6	690,5	772,6	845,2	1.012,3	803,0
2010	987,7	557,6	656,3	818,4	991,5	1.145,5	860,8
Conta própria							
2009	1.130,9	571,0	733,1	1.057,5	1.087,2	1.397,7	1.176,0
2010	1.152,3	624,1	752,3	1.089,9	1.113,8	1.385,1	1.266,7

Fonte: IBGE-PME 2009 e 2010.

(1) Em R\$ de julho de 2010.

metropolitana que menos apresentou crescimento de rendimento, saindo de R\$ 1.005,20 para 1.293,20.

As informações sobre rendimento real médio por empregados no setor público revelam uma elevação de rendimento em quase todas as regiões metropolitanas. A Região Metropolitana de Porto Alegre foi a que registrou maior crescimento. No primeiro semestre de 2009 o rendimento médio era de R\$ 2.402,80, passando a R\$ 2.627,90 no primeiro semestre de 2010.

A Região Metropolitana de São Paulo foi a única que teve queda no rendimento médio real dos que trabalham no setor público, passando de R\$ 2.062,40 no primeiro semestre de 2009 para R\$ 2.061,0 no primeiro semestre de 2010. A região metropolitana que teve o maior rendimento médio real foi o Rio de Janeiro, em ambos os períodos, com rendimentos de R\$ 2.545,30 e R\$ 2.608,90, respectivamente. Em uma situação diferente, a Região Metropolitana de Recife foi aquela que obteve os menores rendimentos tanto no primeiro semestre de 2009 (R\$ 1.636,10) quanto no primeiro semestre de 2010 (R\$ 1.836,50).

De um modo geral, os trabalhadores que se encontram empregados no setor público representam, tanto no primeiro semestre de 2009 quanto no primeiro semestre de 2010, os trabalhadores que têm os maiores rendimentos em relação às demais posições na ocupação.

Nos períodos aqui analisados, os trabalhadores empregados com carteira assinada no setor privado apresentaram crescimento nos rendimentos em quase todas as regiões metropolitanas. A exceção ficou com a Região Metropolitana de São Paulo, que no primeiro semestre de 2009 era de R\$ 1.509,60 passando a R\$ 1.501,70 no primeiro semestre de 2010. Todavia é a região que obteve o maior rendimento médio real. Já a Região Metropolitana de Recife foi aquela que apresentou os menores rendimentos médios em ambos os períodos analisados, R\$ 876,30 e R\$ 912,80, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante as expectativas de que a crise financeira internacional provocaria efeitos negativos no mercado de

trabalho, não houve o impacto esperado, tanto para o conjunto das regiões metropolitanas quanto para a RMS.

Mesmo em 2009, logo após a eclosão da crise, com um cenário macroeconômico desfavorável, os indicadores não revelaram um desempenho sombrio, mas apenas uma desaceleração no ritmo de crescimento que vinha acontecendo até então.

A taxa de desocupação caiu tanto na RMS quanto nas demais regiões metropolitanas. A ocupação, por sua vez, cresceu, assim como a taxa de atividade. O setor industrial, no qual mais se esperava os efeitos da crise, manteve-se relativamente estável.

Os rendimentos médios apresentaram ganhos em todas as regiões metropolitanas e em praticamente todas as posições na ocupação.

As indicações são de que os transtornos do referido episódio já foram superados e as expectativas são de que o reaquecimento da atividade industrial deverá amenizar a situação do emprego, que foi a mais atingida durante a crise financeira internacional, uma vez que a indústria responde por grande parcela do número de empregos formais.

A perspectiva de continuidade do crescimento econômico juntamente com as expectativas otimistas dos agentes econômicos, em geral, parecem tornar irreversível o aquecimento do mercado de trabalho no futuro imediato, fazendo com que se possam esperar resultados expressivos tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

REFERÊNCIAS

A CRISE econômica global e seus reflexos sobre a economia brasileira. *Carta de Conjuntura [do] IPEA*, Brasília, p. 5-18, dez. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc05_crise.pdf>. Acesso em: 7 out. 2010.

BOLETIM MERCADO DE TRABALHO. Análise do Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, nº 38, fev. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt38/analise.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2010.

FILGUEIRAS, L. A crise do mercado imobiliário dos EUA e suas implicações para a economia brasileira. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 156, p. 88-93, jul./set. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistemas de Contas Nacionais. 2004-2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Contas Nacionais Trimestrais*. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KRUGMAN, Paul (Org.). A crise de 2008 e a economia da depressão. *Revista de Economia Política*. Campus - RJ, v. 30, n. 1, p. 180-182, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n1/v30n1a12.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

NASCIMENTO, C. do. Efeitos da crise financeira internacional no nível de atividade econômica. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.162, p. 6-11, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_06.pdf>. Acesso em: 6 out. 2010.

POCHMANN, M. A crise internacional e seus efeitos no Brasil. In: BISPO, C. R. et. al. (Org.). *Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho*. Brasília: ANFIP, 2009. p. 57-69. Disponível em: <http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/crise_financeira_mundial.pdf>. Acesso em: 7 out. 2010.

SIMÕES, A. M.; SANTOS, L. C. dos; MOREIRA, V. O inesperado faz uma surpresa: o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador em 2009. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.166, p. 26-33, jan./mar. 2010.

Biodiesel de mamona: Brasil e Bahia

Francisco Luis Lima Filho*
Jamilly Dias dos Santos**

A preocupação com os impactos ambientais causados pelos hábitos da sociedade moderna e a dependência dos recursos naturais não renováveis como gás natural, petróleo e carvão mineral têm estimulado a busca por fontes de energia alternativa. O biodiesel aparece como uma alternativa viável, por ser um produto vegetal e renovável, obtido com base no processamento de óleos vegetais e gordura, e que pode reduzir em 78% a emissão de gás carbônico, além de funcionar como um impulsionador do mercado agrícola, já que abre demanda para novas culturas.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar um panorama geral do biodiesel fabricado no Brasil, destacando a produção do mesmo no estado da Bahia. Será dada ênfase à mamona, que aparece como uma alternativa para maior inclusão social do agricultor familiar em áreas carentes do Brasil, como o sertão nordestino.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira seção é delineado um panorama geral do biocombustível no Brasil; a segunda seção apresenta as propriedades da mamona e sua produção no estado da Bahia; a terceira seção aborda a situação da agricultura familiar na Bahia; e a quarta seção apresenta a importância dos programas governamentais para a inclusão do agricultor familiar no mercado. Por fim, têm-se as considerações finais.

* Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); estagiário do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC/UFBA). franciscoluislimafilho@gmail.com

** Mestranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC/UFBA). jamillydias@yahoo.com.br



PANORAMA GERAL

No Brasil, a partir de 2008, a mistura de biodiesel ao diesel comercializado nos postos de combustível era de 2%, em razão da Lei nº 11.095/2005. Em 2010 o percentual aumentou para 5% de biodiesel, o que era esperado apenas para 2013. Esse aumento foi possível por causa da rápida resposta dos produtores brasileiros à necessidade de biodiesel no mercado.

O biodiesel produzido com base nos produtos agrícolas apresenta forte caráter de inclusão social, pois gera renda e empregabilidade no setor primário, setor considerado de fácil acesso à população com menor nível de escolaridade. Brasil e Índia, tidos como países em desenvolvimento, aparecem como grandes futuros produtores dessa alternativa aos petrocombustíveis, pois além de apresentarem clima favorável ao cultivo de oleaginosas, possuem grandes extensões de terras agricultáveis sem uso e um exército de mão de obra não especializada (VAZ; SAMPAIO, 2008).

A agricultura familiar brasileira aparece como parceira da produção de biodiesel, pois com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado pelo governo federal em 2004, associa-se a produção do biodiesel ao agricultor familiar, inserindo-o na economia de mercado. Um importante instrumento utilizado pelo governo por meio desse programa é o Selo Combustível Social (SCS), que atua oferecendo incentivos fiscais à indústria que adquire matéria-prima para biodiesel junto a pequenos agricultores familiares.

O PNPB estimulou alguns estados a tomarem iniciativas próprias. Em 2005 foi iniciado o Programa de Biodiesel da Bahia, o Probiodiesel Bahia. Alinhado ao PNPB, o Probiodiesel Bahia teve como meta a produção de um combustível renovável a ser inserido na matriz energética nacional e estadual. Vale lembrar que a aplicação do programa na Bahia é justificada pelo destaque do estado nessa área, já que dos 452 municípios aptos para o plantio de mamona na Região Nordeste, 189 encontram-se no estado da Bahia (REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS, 2010). Paralelamente, em dezembro de 2007 foi instituído o Programa Estadual de Produção de Bioenergia com a finalidade de gerir e fomentar ações, desenvolver tecnologia

e estimular o uso de biomassa no estado. Além disso, estimula-se o plantio de matéria-prima para a produção de combustíveis juntamente com alimentos, com o objetivo de fortalecer, também, a agricultura de subsistência produtora de alimentos (OLIVEIRA; SANT'ANA, 2009).

No estado da Bahia, as principais oleaginosas utilizadas na produção de biodiesel são: algodão, girassol, dendê, mamona, pinhão manso e soja. Dentre elas destaca-se a mamona, pois a produção do estado corresponde a 90% da nacional. A mamoneira é cultivada em quase toda extensão da Bahia, concentrando-se na cidade de Irecê¹ e na Chapada Diamantina, sendo a maior parte deste cultivo feito por agricultores familiares e em consórcio com cultivos alimentares. O sistema utilizado na produção pode ser o isolado ou de cultivo consorciado (feijão Vignar ou Phaseolus, gergelim, ou amendoim). De acordo com a Embrapa, o cultivo consorciado é considerado mais rentável (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA, 2010b).

A MAMONA

A mamoneira (*Ricinus communis* L.), também conhecida no Brasil como carrapateira, é uma oleaginosa de fácil cultivo e com boa adaptação às condições de solo e clima da região semiárida brasileira por diversos motivos. Dentre eles, ser tolerante ao sol e à escassez de água, ser geralmente produzida sem irrigação e ser cultivada com a utilização intensiva de terra e mão de obra. O óleo é o principal produto extraído da mamona, o qual apresenta propriedades químicas peculiares: presença do ácido graxo ricinoléico, com larga predominância na composição do óleo (cerca de 90%), além de uma hidroxila (OH) que lhe atribui alta viscosidade, estabilidade física e química e solubilidade em álcool a baixa temperatura (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA, 2010b).

Além do óleo extraído de suas sementes, tem-se também a torta² como subproduto, que pode ser utilizada como

O óleo é o principal produto extraído da mamona, o qual apresenta propriedades químicas peculiares: presença do ácido graxo ricinoléico, com larga predominância na composição do óleo [...] além de uma hidroxila (OH)

adubo em cultivos de fruticultura, horticultura e floricultura. Se desintoxicada, a mamona pode ainda ser usada como ração animal. A desintoxicação é necessária, pois a torta resultante da extração do óleo apresenta a ricina – proteína presente no endosperma da semente da mamona, principal responsável pela toxidez da torta de mamona. É importante dizer que embora as sementes sejam altamente tóxicas, o óleo de rícino não é tóxico, uma vez que a ricina não é solúvel em lipídios, ficando limitada apenas à torta (OLIVEIRA; SANT'ANA, 2009).

O consumo nacional da mamona é realizado pelas indústrias ricinoquímicas, além da demanda para fins energéticos para produção de biodiesel. Na indústria ricinoquímica, o óleo da mamona permite muitas aplicações, como na fabricação de óleos lubrificantes de baixa temperatura, colas e aderentes, matéria plástica, anilinas e corantes, *nylon*, tintas de impressão e vernizes. O óleo também é utilizado como lubrificante de motores de alta rotação, na fabricação de próteses ósseas e na produção de cosméticos (ALVES; SANTOS; TORRES, 2006). Essas aplicações conferem à mamona um mercado de certa expressividade, que está sendo significativamente estimulado em razão da demanda para fins energéticos.

O Brasil já ocupou, no período de 1978 a 1982, o primeiro lugar mundial na produção de mamona, o que equivalia a 32% do montante produzido. No final dos anos 1980 e durante a década de 1990, o Brasil passou a perder posição, com diminuição da área plantada e da produção,

¹ Irecê é um município da Bahia situado a 478 km de Salvador.

² Resíduo da extração do óleo das sementes da mamoneira. É considerado o mais tradicional e importante subproduto da cadeia produtiva da mamona.

primeiramente para a Índia e depois para a China. Atribui-se a queda de produção, no Sul e Sudeste, à não competitividade da mamona frente às culturas concorrentes. Já no Nordeste os fatores foram: utilização de práticas e sementes ineficientes por parte do produtor; desorganização do mercado para o produtor e o consumidor; preços baixos pagos ao produtor; falta de crédito e assistência ao produtor; e utilização das terras para o plantio de diversas culturas. Desde 2000, a produção de mamona em baga³ no Brasil vem apresentando considerável recuperação. Em 2007, a produção de mamona em baga foi de 87 mil toneladas, o que equivale a 44 milhões de litros de óleo (ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2010).

O estado da Bahia detém a maior área plantada com mamona: 142,1 mil hectares. Em seguida vem o Ceará, com 33,9 mil hectares. Com relação à produtividade da mamoneira, no Brasil alcança-se 790 kg/ha. A maior produtividade encontra-se no estado de São Paulo, com 1.540 kg/ha; já a Bahia apresenta uma produtividade de 821 kg/ha (OLIVEIRA; SANT'ANA, 2009).

Nesse contexto, o governo do estado da Bahia vem construindo a Agenda Bahia do Trabalho Decente, juntamente com a Agenda Global de Trabalho Decente, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Agenda Bahia possui oito eixos prioritários, dentre eles o eixo referente aos biocombustíveis. A agenda tem como objetivos a melhoria educacional e técnica do trabalhador familiar, e busca garantir condições de trabalho decente no setor e em sua cadeia produtiva, de modo a gerar ocupação e renda em condições dignas de vida (BAHIA, 2010).

Como já mencionado, a cultura da mamona é majoritariamente praticada pelo agricultor familiar, que não dispõe de tecnologias favoráveis para um bom desempenho, como manejo e colheita mecanizados, sendo as tarefas realizadas com tecnologias anacrônicas e trabalho manual. Isso, se por um lado aumenta a empregabilidade da mão de obra no campo, por outro não gera retornos satisfatórios ao agricultor familiar, em razão da baixa produtividade (MEDEIROS, 2009).

³ Sementes descascadas por meio de máquinas apropriadas.

O governo do estado da Bahia vem construindo a Agenda Bahia do Trabalho Decente, juntamente com a Agenda Global de Trabalho Decente, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Com relação à trajetória dos preços, mantiveram-se acima de R\$ 50,00 a saca de 60 kg em 2004, chegando a R\$ 70,00 em março e abril do mesmo ano. Os preços caíram em 2005, por causa do excesso de oferta, chegando a um patamar inferior a R\$ 40,00 a saca. Em 2008, o preço mínimo estipulado pelo governo federal foi de R\$ 33,40 a saca. Em 2010, o produtor em Irecê vendeu a saca de 60 kg por R\$ 70,00, chegando a alcançar R\$ 75,00.

Ao observar o Gráfico 1 percebe-se que as curvas da série de preços da mamona e da soja apresentam

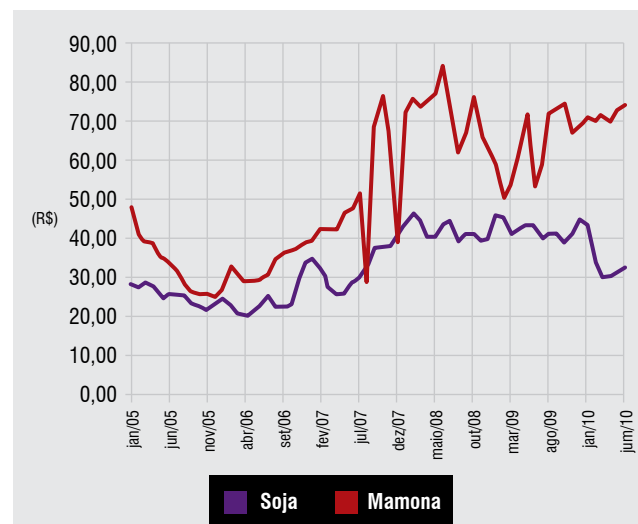


Gráfico 1
Evolução dos preços médios mensais (saca 60 kg) de mamona e soja

Fonte: Caraciola (2010).

características distintas, tanto na variação como na tendência. É importante dizer que a concorrência com a indústria ricinoquímica resultou em mercados com maior liquidez, o que levou a uma evasão de agricultores produtores de mamona, que passaram a vender sua produção a indústria ricinoquímica, pois oferecia preços mais elevados.

Usamos a soja na comparação de preços com a mamona por esta ser conhecida como a “rainha das leguminosas”, já que 90% da produção de óleo no Brasil são dela provenientes. No entanto a soja não é a oleaginosa que apresenta mais vantagens para a produção de biodiesel, por possuir baixo teor de óleo em comparação a outros cultivares (PARENTE, 2003 apud CARACIOLA, 2010). Apesar disso a soja é a oleaginosa mais utilizada na produção de biodiesel no Brasil por causa do volume produzido e da distribuição geográfica de seu cultivo. Com relação ao teor de óleo, a mamona é a segunda no *ranking* das oleaginosas, situando-se entre 43% e 45%, atrás apenas do pinhão manso, que encontra-se em fase inicial de utilização e possui entre 50% e 52%.

Tabela 1
Tipos de oleaginosas e suas características

Espécie	Produtividade (ton/ha)	Teor de óleo (%)	Rendimento (ton de óleo/ha)	Meses colheita/ano
Soja	2 a 3	17	0,2 a 0,4	3
Algodão	0,86 a 1,4	15	0,1 a 0,2	3
Mamona	0,5 a 1,5	43 a 45	0,5 a 0,9	3
Dendê/ Palma	15 a 25	20	3 a 6	12
Girassol	1,5 a 2	38 a 48	0,5 a 0,9	3
Pinhão Manso	2 a 12	50 a 52	1 a 6	12

Fonte: Caraciola (2010).

Dentre os territórios pólos do Biodiesel, destaca-se Irecê, mesmo com a queda de quase 50% de sua área colhida entre os anos 2004 e 2007. Em seguida, a Chapada Diamantina, com área plantada de 19.450 hectares, e o território do Velho Chico, com 6.740 hectares. Em 42 anos de cultivo da mamona no território de Irecê, houve uma queda na produtividade de em média 591 kg/ha, isso tomando como base os anos agrícolas de 1963/64 e 2005/06. Essa queda deveu-se à redução da fertilidade do solo, distribuição irregular da pluviosidade, pouco investimento em insumos modernos,

A “tríade de sustentação” mostra uma incoerência com relação ao plantio em consórcio de mamona e milho, [...] o milho compete com a mamona, diminuindo a produtividade da oleaginosa na lavoura

baixa densidade de plantio, pouco investimento em tratamentos culturais e alto grau de compactação dos solos (OLIVEIRA; SANT'ANA, 2009).

Como já foi citado, o Brasil perdeu a liderança no mercado de óleo de rícino para Índia e China nos anos 1990, em parte por causa da redução significativa da área cultivada de mamona na Bahia. Apesar disso, a oleaginosa passou a fazer parte da base produtiva do sertanejo baiano em consórcio com o milho e o feijão. O plantio desses três cultivares ficou conhecido como a “tríade de sustentação” da agricultura familiar no semiárido da Bahia (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA, 2010b). Cabe salientar que a “tríade de sustentação” mostra uma incoerência com relação ao plantio em consórcio de mamona e milho, visto que o milho compete com a mamona, diminuindo a produtividade da oleaginosa na lavoura (OLIVEIRA; SANT'ANA, 2009).

AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o Estatuto da Terra, em seu artigo 4º, inciso II, a propriedade familiar é definida como:

[...] imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Com relação ao agricultor familiar, o artigo 3º da Lei nº 11.326/2006 o define como aquele que:

[...] não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar brasileira tende a representar a agricultura tradicional, caracterizada por apresentar mão de obra familiar, baixa produtividade marginal, baixo estoque de capital e elevado nível de autossuficiência, sendo a produção ligada intensamente à terra. Para muitos analistas a característica marcante da agricultura tradicional é a estagnação tecnológica, dada a baixa produtividade marginal. Essa estagnação pode ser, *a priori*, em razão do difícil acesso à informação, o que faz com que os agricultores não utilizem técnicas mais apropriadas à produção. Como esses agricultores apresentam baixa produtividade, tendem a ter baixos níveis de renda, o

que dificulta o acesso à informação e educação formal e consequentemente os afasta do conhecimento e adoção de técnicas de melhoria na produção, ocorrendo, por conseguinte, a manutenção da baixa produtividade. Assim define-se um verdadeiro ciclo de pobreza. Outro ponto desse ciclo é a baixa poupança desses agricultores, por causa do baixo nível de renda que eles auferem, o que resulta em um baixo estoque de capital que, por sua vez, influencia a baixa produtividade, conforme o esquema demonstrado na Figura 1.

Nesse contexto surge a importância do PNPB para a agricultura familiar, pois com o desenvolvimento de técnicas e melhoramento da produção abre-se a possibilidade de quebrar o ciclo da pobreza ou, ao menos, reduzir os seus níveis que, em grande medida, estão relacionados ao não acesso à informação por parte desses agricultores. E por meio de políticas de empréstimos e incentivos fiscais, objetiva-se amenizar o efeito do outro lado do ciclo de pobreza. No estado da Bahia há um grande número de agricultores familiares que se reproduzem em áreas inferiores a um módulo fiscal, o que preocupa, pois de acordo com o artigo 65 da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o módulo fiscal é o tamanho

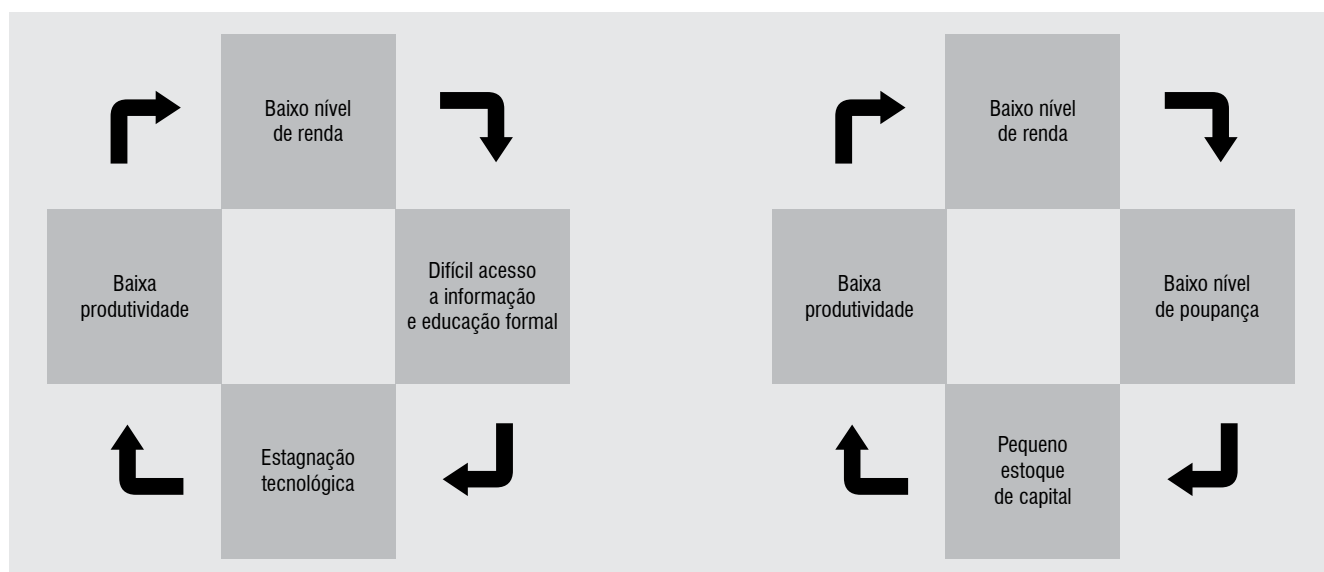


Figura 1
Círculo de pobreza no meio rural

Fonte: Vaz e Sampaio (2008).

de uma propriedade na qual uma família pode produzir o essencial para sua subsistência e um mínimo para inserção no mercado. Cabe acrescentar que o tamanho do módulo fiscal se altera de região para região.

Sendo a Bahia um estado caracterizado por uma forte concentração de terras, percebe-se que para um agricultor vivendo em pedaços de terra inferiores a um módulo fiscal, com baixa tecnologia empregada e difícil acesso à educação e informação, fica quase impossível a inserção no mercado. Tem-se então uma reafirmação dos ciclos de pobreza apresentados anteriormente, acrescentando ainda o difícil acesso à terra, ou seja, acesso apenas a pedaços diminutos, o que aparece como fator que reforça os ciclos.

Um modo de combate aos ciclos de pobreza é a possibilidade de crédito para a agricultura familiar pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), promovido pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Mediante a apresentação da Declaração de Aptidão (DAP) o agricultor é caracterizado como agricultor familiar e empreendedor rural. A criação do Pronaf Biodiesel é uma forma de estimular o plantio de oleaginosas por parte da agricultura familiar. Tem-se crédito de custeio para o plantio das oleaginosas, e não apenas de investimento, antes mesmo de quitar o crédito anterior, o que facilita a possibilidade do plantio de alimentos e oleaginosas em consórcio.

Juntamente com o Pronaf, o PNPB pode ser um forte aliado do agricultor familiar para o fim dos ciclos da pobreza, já que há possibilidade de acesso a crédito, de aprendizado e de melhorias técnicas. Diante da importância do PNPB, faz-se a seguir uma breve apresentação sobre o que é este programa e quais os seus mecanismos de atuação.

PNPB E SCS

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel é um programa do governo federal que tem como objetivo a implementação de forma sustentável, técnica e economicamente, da produção de biodiesel, visando a inclusão social do pequeno agricultor por meio da geração de emprego e

renda (BIODIESELBR. PNPB, 2010). As principais diretrizes do PNPB são: garantir qualidade, suprimento e preços competitivos; e produzir o biodiesel com base em diferentes fontes de oleaginosas em regiões diversas.

Em 2 de julho de 2003, a Presidência da República, por meio de decreto, instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial que estudaria a viabilidade do uso de biodiesel. Como resultado a Presidência da República pôde implementar o PNPB como ação estratégica para o país. A implementação ocorreu por meio do Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2003. Em 6 de dezembro de 2004 é lançado o marco regulatório do programa, composto por leis, decretos, resoluções, instruções normativas e portarias que legitimam o programa, de forma a estabelecer as condições legais para introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira de combustíveis líquidos.

Com o intuito de estimular ainda mais o processo de inclusão social na agricultura brasileira, o governo federal lançou o Selo Combustível Social (SCS). Este foi normatizado pela Instrução Normativa do Ministério de Desenvolvimento Agrário MDA 01/2009, que dispõe acerca dos critérios e procedimentos referentes à concessão, manutenção e uso do SCS, levando em consideração a necessidade de apoio à organização da base produtiva de oleaginosas na agricultura familiar, em especial nas Regiões Norte e Nordeste. O selo funciona como um instrumento de identificação do MDA às usinas de biodiesel que promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da

As principais diretrizes do PNPB são: garantir qualidade, suprimento e preços competitivos; e produzir o biodiesel com base em diferentes fontes de oleaginosas em regiões diversas

geração de emprego e renda para o pequeno agricultor familiar. Para ter direito ao SCS a usina precisa: adquirir um percentual mínimo de matéria-prima junto à agricultura familiar; oferecer assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares; e realizar despesas com análises de solos e fornecimento dos insumos de produção.

Em contrapartida o SCS oferece aos produtores de biodiesel redução – e em alguns casos até isenção – de impostos, preferência de concorrência em leilões de compra de biodiesel oferecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e melhores condições de financiamento junto a alguns bancos e financeiras. A redução ou isenção de impostos se dá via PIS/Pasep e Cofins.

As empresas detentoras do SCS no estado da Bahia são: Brasil Ecodiesel, Comanche e Petrobras Biocombustível, que são as únicas atualmente produzindo no estado. A Global Ag Biodiesel, Biobrax e UFBA estão em fase de construção; e Multi-Grain, Candelle e Dagrís encontram-se em fase de planejamento. Existe uma usina-piloto que já produz na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A Biobraz, localizada na cidade de Una, está construída, mas ainda não produz, encontrando-se em fase de negociação com a ANP. É importante dizer que as usinas da UFBA e da UESC são apenas unidades de demonstração e pesquisa, sem fins comerciais. O Quadro 1 apresenta a relação das usinas comerciais no estado da Bahia.

O SCS oferece aos produtores de biodiesel redução – e em alguns casos até isenção – de impostos, preferência de concorrência em leilões de compra de biodiesel [...] e melhores condições de financiamento junto a alguns bancos e financeiras

Empresa	Cidade	Território	Situação	Capacidade de produção (milhões/l/ano)	Matéria-prima	SCS
PBio (Petrobras Biocombustível)	Candeias	Região Metropolitana	Produzindo	56	Algodão, Dendê, Girassol, Gordura animal, Mamona, OGR, Soja	Sim
Comanche	Simões Filho	Região Metropolitana	Produzindo	121	Algodão, Dendê, Gordura animal, Mamona, OGR, Soja	Sim
Brasil Ecodiesel	Iraquara	Chapa Diamantina	Produzindo	130	Girassol, Mamona, Soja	Sim
Biobrax	Una	Litoral Sul	Construída, não produzindo	70	Dendê, Gordura Animal	Não
Global Ag Biodiesel L.L.C.	Luis Eduardo Magalhães	Oeste	Em construção	110	Algodão, Girassol, Soja	Não
Biobrax	Ourolánda	Piemonte da Diamantina	Em construção	58	Girassol, Gordura Animal, Mamona, Pinhão Manso	Não
Candelle	Barreiras	Oeste	Em planejamento	300	Gordura Animal, Mamona, Pinhão Manso	Não
Multi-Grain	São Desidério	Oeste	Em planejamento	5	Sem Informação	Não
Dagrís	Salvador	Região Metropolitana	Em planejamento	250	Algodão	Não

Quadro 1
Empresas produtoras de Biodiesel no estado da Bahia

Fonte: Oliveira e Sant'Ana (2009, p. 24-25); Pesquisa de campo (2009).

Dentre as usinas esmagadoras de biodiesel presentes na Bahia, três merecem destaque, por serem as maiores em capacidade: a Bio Óleo, localizada em Feira de Santana, de cunho comercial, a de Olindina, ainda em fase de planejamento, e a de Lapão, que está parada por falta de complementos na parte industrial, na área administrativa e de gerenciamento. Estas duas últimas serão geridas pela agricultura familiar.

Como já mencionado, em 2005 foi instituído o Probiodiesel Bahia, objetivando desenvolver projetos de implementação de unidades industriais de produção de biodiesel apoiados na agricultura familiar. Pretendia-se promover a geração de energia em comunidades rurais com base na utilização do biodiesel, para promover o desenvolvimento das lavouras familiares, principalmente de mamona, permitindo a viabilização do Programa (OLIVEIRA; SANT'ANA, 2009).

Sendo assim, o PNPB tornou-se um programa de fundamental importância para a agricultura familiar, por meio do desenvolvimento de novas técnicas e a política de empréstimos e incentivos fiscais, o que tende a aumentar a renda do pequeno agricultor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a atual conjuntura mundial em termos de energia, não se pode dizer que as reservas de petróleo estejam se esgotando. Isso é particularmente verdadeiro no caso do Brasil, pois novas reservas têm sido descobertas. O exemplo mais notório são as descobertas de fins de 2007, o chamado pré-sal. Visto isso, o biocombustível não surge apenas como uma alternativa às chamadas fontes de energias "esgotáveis", mas também como uma alternativa menos poluente, uma vez que a sociedade tem se mostrado mais consciente e preocupada com as consequências dos hábitos modernos para o meio ambiente.

Além da característica de cunho ambiental, o biocombustível tem um forte papel na inserção do pequeno agricultor no mercado, em razão, principalmente, dos programas do governo e dos consórcios com as empresas produtoras de biodiesel. O biocombustível também pode ser

caracterizado como um forte impulsionador do mercado agrícola, pois abre demanda para novas culturas.

Nesse contexto, a Bahia destaca-se como um território importante na produção de oleaginosas direcionadas ao biodiesel. As principais produzidas no estado são: algodão, girassol, dendê, mamona, pinhão manso e soja. Dentre elas destaca-se a mamona, visto que 90% de sua produção nacional são concentradas no estado da Bahia. A maior parte do cultivo da mamoneira ocorre em Irecê e na Chapada Diamantina, e predominantemente feito por agricultores familiares.

O Pronaf e o PNPB figuram como importantes aliados do agricultor familiar, pois atuam em busca de eliminar os ciclos de pobreza aqui já mencionados, facilitando o acesso ao capital, ou às novas tecnologias e conhecimento. Destaca-se a necessidade de um maior acesso à terra, pois em lotes inferiores a um módulo fiscal há dificuldade de subsistência e inserção no mercado.

Além dos programas nacionais citados, e em razão da importância do estado da Bahia no plantio de oleaginosas destinadas aos biocombustíveis, com destaque para a mamona, o governo baiano adotou alguns programas que destinam-se à produção do biodiesel, assim como também ao estímulo à agricultura familiar. Dentre eles destaca-se o Probiodiesel Bahia, que tem como objetivo principal inserir um combustível renovável na matriz energética estadual.

Além do Probiodiesel, foi criado o Programa Estadual de Produção de Bioenergia em 2007, com a finalidade de fomentar ações e desenvolver tecnologias destinadas ao uso da biomassa no estado da Bahia. Em seguida o governo adotou a Agenda Bahia do Trabalho Decente, que, no eixo biocombustíveis, visa a melhoria educacional e técnica do trabalhador familiar, buscando garantir melhores condições de trabalho.

O biodiesel da mamona é, então, um fator de inserção do agricultor no mercado, tendo papel importante o SCS e as empresas detentoras deste selo. A venda garantida da mamona para fins de biodiesel e da ricinoquímica garante estabilidade ao agricultor, e tomando cultivo em consórcio com gêneros alimentícios tem-se, também, uma maior garantia de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carine; SANTOS, Danilo C.; TORRES, Ednildo A. Produção do biodiesel da mamona em escala semi-industrial na planta piloto da UFBA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MAMONA, 2., 2006, Aracajú. *Anais...*, Aracajú, 2006. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/mamona/publicacoes/trabalhos-cbm2/003.pd>>. Acesso em: maio 2010.
- BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. *Agenda Bahia do Trabalho Decente*. Disponível em: <http://www2.setre.ba.gov.br/trabalhodecente/agenda_bahia_bio-combustiveis.asp>. Acesso em: jun. 2010.
- BIODIESELBR. Ricina. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/plantas/mamona/ricina.htm>>. Acesso em: 19 de junho de 2010
- BIODIESELBR. Produção Nacional de Mamona. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/plantas/mamona/producao-nacional-mamona.htm>>. Acesso em junho de 2010.
- BIODIESELBR. PNPB. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/programa.html#seccaoHistorico>>. Acesso em: junho de 2010.
- BRASIL. *Lei n.º 4.504*, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: maio 2010.
- BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 jul. 2006.
- CARACIOLA, Renato Duarte. *Selo combustível social e a aquisição de matéria-prima para a produção de biodiesel: uma análise a partir da Teoria dos Custos de Transação (TCT)*. Monografia de Conclusão de Curso. UFBA, Salvador, 2010.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (BRASIL). Mamona no Brasil. Série Histórica de Área Plantada – Safras de 1976/77 a 2008/09 em mil hectares. Brasília: CONAB, [2010]. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/MamonaSerieHist.xls>>. Acesso em: jun. 2010.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Colheita, beneficiamento e armazenamento*. Campina Grande (PB): EMBRAPA. Algodão, 2010a. Disponível em: <<http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/mamona/colheita.html>>. Acesso em: julho de 2010.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Mamona*. Campina Grande (PB): EMBRAPA. Algodão, 2010b. Disponível em: <<http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/mamona/index.html>>. Acesso em: julho de 2010.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Manejo Cultural da Mamona para a Agricultura Familiar*. Campina Grande (PB): EMBRAPA. Algodão, 2010c. Disponível em: <http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/mamona/publicacoes/FOLDER_manejo_mamona.pdf>. Acesso em: junho de 2010.
- ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, maio de 2010. (Indicadores IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010
- MEDEIROS, Eliz R. C. Uma análise acerca da produção de biodiesel a partir da mamona na região semiárida do Nordeste brasileiro. Monografia de conclusão de curso. UFCG, 2009.
- OLIVEIRA, Gilca Garcia de; SANT'ANA, M. I. *Levantamento de informações disponíveis sobre a cadeia produtiva de biodiesel no Estado da Bahia: aspectos agrônômicos, da agricultura familiar e da cadeia*. Salvador, 2009. Relatório técnico.
- REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS (RBB). Mamona. Disponível em: <<http://www.rbb.ba.gov.br/index.php/sobre-o-biodiesel-mainmenu-35/oleaginosas-na-bahia-main-menu-42/mamona>>. Acesso em: jul. 2010.
- RODRIGUES, Camila Carvalho et al. Brasil: indústria "tira as barbas de molho" e investe para entender o crescimento de demanda. Salvador, abr. 2010. Relatório apresentado pelo NEC.
- VAZ, Paulo Henrique P. M.; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Análise da competitividade da mamona para a produção de biodiesel no Nordeste do Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPEC; ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., 2008, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, ANPEC, 2008. p. 1-20. Disponível em: <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/analise_mamona.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

Eficiência econômica da estrutura produtiva e tecnológica da economia baiana

José Afonso Ferreira Maia*

Sandra Almeida da Silva**

Telma Teixeira***

A ciência econômica estuda a alocação eficiente dos recursos frente a múltiplas alternativas tecnológicas e múltiplos fins de consumo. Trata-se de estudar a escolha ótima de um mix de tecnologias e de produtos e serviços para otimizar o retorno dos recursos utilizados. Esse retorno pode ser analisado sob o enfoque privado do lucro ou bem-estar individual; sob o enfoque econômico do máximo de bem-estar coletivo, independente dos aspectos distributivos atemporais entre os diversos segmentos de uma dada população; e, finalmente, sob o enfoque social, que considera os aspectos distributivos do bem-estar intertemporal das populações futuras, hoje amplamente definido pelo jargão de desenvolvimento econômico e social sustentado.

A eficiência, reinterpretando Galileu Gallilei, em Cohen e Franco (2004, p.119) “explica a existência das coisas”, e pelo postulado de preferência da Ciência Econômica, a busca do máximo de eficiência é inerente à própria vida em todas as suas manifestações da natureza. E assim, mais eficiência é preferível a menos, e como corolário: mais lucro é preferível a menos, mais bem-estar econômico é preferível a menos e mais bem-estar social é preferível a menos, dado os recursos disponíveis e usos alternativos de consumo.

* Pós-doutor pela Universidade de Cambridge; PhD em Economia Monetária e Fiscal pela Clark University; diretor-presidente da AST Consultoria e Planejamento Ltda. jafonsomaia@svn.com.br

** Especialista em Economia Baiana pela Universidade Salvador (Unifacs) e em Gestão de Recursos Hídricos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Econômicas pela UFBA. Analista de Desenvolvimento da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). sandraasil@uol.com.br

*** Doutoranda em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestra em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora assistente do Departamento de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). telmateixeira@gmail.com



A hierarquização setorial da eficiência sob o enfoque econômico indica quais setores produzem maior bem-estar econômico, [...] elemento fundamental para a tomada de decisões e [...] para o planejamento econômico de uma região

O planejamento nos diversos níveis dos tomadores de decisão, individual, empresarial e governamental, é uma estratégia de gestão para otimizar a alocação de recursos face aos diversos objetivos. Assim, a hierarquização da eficiência da alocação dos recursos passa a ser um imperativo, pelo menos do ponto de vista teórico, para a tomada de decisões.

Este artigo apresenta a hierarquização da eficiência econômica da estrutura produtiva e tecnológica da economia baiana utilizando o modelo matricial de semi-insumo-produto (SIP). Tem como base metodológica o modelo aberto de insumo-produto de Leontief¹ transformando as estruturas vetoriais de custos a preços de mercado de cada setor em custos econômicos avaliados a preços contábeis, ou *shadow prices*. A hierarquização setorial da eficiência sob o enfoque econômico indica quais setores produzem maior bem-estar econômico, portanto constitui um elemento fundamental para a tomada de decisões e, conseqüentemente, para o planejamento econômico de uma região. Aborda a competitividade a nível setorial como estratégia de planejamento e de alocação eficiente dos recursos para o desenvolvimento econômico sustentado.

ABORDAGEM METODOLÓGICA DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA

A abordagem metodológica para mensurar a eficiência econômica consiste em transformar os preços de mercado dos custos de insumos e fatores de produção em preços econômicos, tendo como *proxy* os preços contábeis, pelo fato de existirem imperfeições na estrutura competitiva dos mercados de insumos e fatores, pelos impostos e subsídios e pelas externalidades na produção e consumo dos setores. Existem vários métodos utilizados para estimar os preços contábeis. O enfoque utilizado na metodologia proposta foi formulado por Squire e Herman (1979). Este método distingue dois tipos de preços: o primeiro é o preço contábil de eficiência econômica, em que uma unidade extra de consumo tem o mesmo valor que uma unidade de investimento e a utilidade marginal do consumo é constante e não varia com o nível de renda; o segundo é o preço contábil social, que incorpora uma escala de valores condicionada pela sociedade. Por exemplo, uma unidade adicional de consumo vale mais para uma família de baixa renda do que para uma de renda mais alta, ou ainda, uma unidade de investimento pode valer mais que uma unidade marginal de consumo etc. Este método foi formulado por Little e Mirrlees (1974) e recomendado pelas Nações Unidas (1978), enquanto a metodologia aplicada a setores, a exemplo de matrizes de semi-insumo-produto, foi desenvolvida por Powers (1981).

Do ponto de vista governamental, as políticas destinadas a estratégias competitivas para qualquer setor ou complexo industrial consistem em fazer convergir os preços de mercado de insumos, fatores utilizados direta e indiretamente em cada planta e produtos a preços econômicos. Para isso, torna-se necessário avaliar as distorções dos preços de mercado relativo aos preços contábeis, *proxy* dos preços econômicos. A metodologia passa pela elaboração das estruturas de custos das atividades a serem estudadas, denominadas de matrizes de semi-insumo-produto (SIP): a matriz tecnológica (**A**) e de fatores (matriz **F**). Estas matrizes podem ser obtidas tomando-se por base dados secundários do IBGE, RAIS, SEI etc.

As distorções são estimadas por meio das *razões de preços contábeis (RPCs)*, que correspondem à relação entre o preço contábil e o preço de mercado e dos *fatores*

¹ Leontief, W. W., ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1973.

As distorções são estimadas por meio das razões de preços contábeis (RPCs), que correspondem à relação entre o preço contábil e o preço de mercado e dos fatores de correções (FCs)

de correções (FCs), sendo estes a média ponderada das várias RPCs, com pesos dependendo da participação relativa de cada item dos insumos e fatores de produção no custo total do setor, ou seja, a razão setorial dos preços contábeis e preços de mercado. As RPCs e FCs diferem entre os bens e as atividades, a depender se esses são cotados a *nível básico* de compra (isento de impostos, subsídios, transferências etc.), de produção, assim como em razão de distorções existentes nos mercados. As divergências dos determinantes de custos a preços de fatores e a preços de mercado, em razão das imperfeições de mercado, externalidades, impostos, subsídios, custos dos fatores fixos, taxa de juros e câmbio, entre outros, ensejarão a formulação de políticas públicas para aumentar a competitividade de um setor.

A fixação desses conceitos é de fundamental importância para a compreensão da metodologia e desenvolvimento do estudo. A estimação das RPCs e dos FCs se dá por dois motivos: (i) as informações usadas para construir as RPCs a um setor ou gênero de atividades e não a um produto específico; (ii) as RPCs reduzem consideravelmente os efeitos inflacionários em relação aos preços absolutos. Com base nos FCs pode-se avaliar a eficiência econômica dos setores ou gêneros de atividades e assim quais ações governamentais conduzirão a convergência dos preços de mercado aos preços econômicos, segundo os critérios:

1. Se $FC = 1$, o preço de mercado é igual ao preço econômico, i.é., uma situação de ótimo paretiano, ou

eficiência econômica e máximo bem-estar econômico. Nesse caso a ação governamental deve ser nula;

2. Se $FC < 1$, o preço de mercado é maior do que o preço econômico, portanto o setor é eficiente sob o enfoque privado, mas não sob o enfoque governamental. Logo, as ações governamentais devem ser conduzidas para reduzir os preços de mercado, focando especialmente na estrutura de mercado do produto da empresa ou produtos da atividade (monopólios, oligopólios) e/ou subsídios na estrutura de custos dos insumos e fatores e/ou externalidades negativas na produção e/ou positivas no consumo.
3. Se $FC > 1$, o preço de mercado é menor do que o preço econômico, o setor é ineficiente em termos privado. Neste caso as ações governamentais devem ser conduzidas para garantir a sustentabilidade financeira do setor por meio de transferências de rendas, quer de outros setores mais eficientes, quer do Estado e/ou de externalidades técnicas positivas na produção e consumo e/ou em razão das imperfeições monopsônicas/oligopsônicas dos mercados de fatores e insumos. Nesse caso a produção deve ser reduzida para convergir a eficiência econômica.

Esses indicadores de distorções entre os preços de mercado e os preços econômicos podem nortear as políticas públicas, seja focando os aspectos estruturais das imperfeições de mercado, as externalidades ambientais, as distorções dos preços dos fatores, em especial do trabalho, do capital e do câmbio e da estrutura tributária

Com base nos FCs pode-se avaliar a eficiência econômica dos setores ou gêneros de atividades e [...] quais ações governamentais conduzirão a convergência dos preços de mercado aos preços econômicos

e/ou de restrições quantitativas, tais como quotas e proibições legais. Portanto, com base na estimação das RPCs e FCs, as políticas governamentais de estratégias competitivas podem ser hierarquizadas, tecnicamente e eficientemente implementadas. Assim, conforme mencionado anteriormente, em um contexto mais amplo da economia, a estimação das RPCs e FCs para todos os setores hierarquizaria as políticas públicas de estratégias competitivas e a escolha deste ou daquele setor seria fundamentada no princípio da eficiência econômica e da otimização do bem-estar coletivo de toda a população.

A MATRIZ DE SEMI-INSUMO-PRODUTO (SIP)

A base teórica para estimar os preços sombra é fundamentada na matriz SIP. O termo semi-insumo-produto é apropriado para descrever uma matriz construída especificamente para determinar as RPCs. A construção teórica da matriz SIP é composta de toda a estrutura de custo do setor estudado, como pode ser visto na Figura 1.

A_{11}	A_{12}	A_{1n}
A_{21}	A_{22}	A_{2n}
A_{n1}	A_{n2}	A_{nn}
F_{11}	F_{12}	F_{1n}
F_{21}	F_{22}	F_{2n}
F_{n1}	F_{n2}	F_{nn}
F_{k1}	F_{k2}	F_{kn}
T_1	T_2	T_n

Figura 1
Matriz SIP

Na qual A_{ij} representa o insumo i utilizado na atividade j , F_{ij} representa o pagamento do fator i pela atividade j e T_j é o valor do produto da atividade j .

Isto é,

$$T_j = \sum_{i=1}^n A_{ij} + \sum_{i=1}^k F_{ij} \quad (1)$$

Cada coluna representa um *cluster* ou conjunto de atividades afins (por exemplo, têxtil, calçados, restaurantes, hotéis, panificadoras etc.). Os elementos em cada coluna registram a estrutura de insumos adquiridos a preços de mercado, ponto de consumo em cada atividade. Cada

coluna é composta de insumos adquiridos das outras atividades produtoras (na matriz A) e os fatores (na matriz F). Os fatores da matriz F são aqueles em que a oferta é determinada fora do sistema produtivo da matriz SIP.

A matriz F contém três tipos de insumos: (i) insumos não produzidos (fatores), tais como divisas estrangeiras, trabalho especializados, não especializados, capital consumido (depreciação), renda empresarial e excedente operacional; (ii) pagamento e transferências (impostos de importação e exportação, impostos diretos e indiretos e subsídios); (iii) outros insumos cuja oferta é fixa (isto é, bens cuja oferta não pode ser expandida durante o período de tempo do estudo, em resposta a uma demanda adicional).

A separação de insumos também reflete a diferença de como as RPCs e FCs são calculadas. As FCs para um insumo na matriz A é o custo econômico marginal de oferecer uma unidade de insumo adicional, enquanto a RPC para um fator na matriz F pode ser determinada de várias formas. A RPC para o serviço do trabalho é o custo de oportunidade desse fator. Similarmente, qualquer insumo material cuja oferta é restringida durante o período analisado aparece na matriz F e sua RPC é o valor econômico sacrificado (custo de oportunidade) quando uma unidade do insumo é determinada por outra atividade. As divisas aparecem na matriz F com uma RPC igual a unidade, uma vez que ela pode ser considerada como um numerário (unidade de valor relativo) e as transferências (impostos) têm RPCs iguais a zero, por não se constituírem de custos econômicos.

As FCs para um insumo na matriz A é o custo econômico marginal de oferecer uma unidade de insumo adicional, enquanto a RPC para um fator na matriz F pode ser determinada de várias formas

Deve ser observado que os totais das linhas e colunas na matriz SIP não são iguais, uma vez que não existe total de linhas. Existe, portanto, separação entre atividades de processamento e compra para a demanda final.

Para facilitar a compreensão da metodologia, a matriz de transações setoriais medida em moeda nacional pode ser transformada em coeficientes técnicos, simplesmente dividindo-se cada elemento de uma coluna pelo total da coluna, de modo que o novo elemento obtido mostra o valor do insumo adquirido ou o pagamento do fator por unidade de valor do produto produzido em cada setor. Assim, para *j-ésima* coluna na matriz A, temos:

$$a_{ij} = \frac{A_{ij}}{T_{ij}} \quad i = 1, 2, K, n \quad (2)$$

que representa a utilização do insumo *i* pelo setor *j*, por unidade de valor do produto do setor *j*. Do mesmo modo:

$$f_{ij} = \frac{F_{ij}}{T_{ij}} \quad i = 1, 2, K, k \quad (3)$$

representa o pagamento ao fator *i* pelo setor *j*, por unidade de valor do produto do setor *j*.

Evidentemente que:

$$\sum_{i=1}^n a_{ij} + \sum_{i=1}^k f_{ij} = 1 \quad (4)$$

As matrizes **A** e **F** expressas dessa forma são denominadas de matrizes de coeficientes técnicos conforme especificadas na Figura 2.

$$A = \begin{matrix} \alpha_{11} & \alpha_{12} & \alpha_{1n} \\ \dots & \dots & \dots \\ \alpha_{n1} & \alpha_{n2} & \alpha_{nn} \end{matrix}$$

$$F = \begin{matrix} f_{11} & f_{12} & f_{1n} \\ \dots & \dots & \dots \\ f_{k1} & f_{k2} & f_{kn} \end{matrix}$$

Figura 1
Matriz SIP

Denominando-se o conjunto final dos FCs de vetor de preços contábeis (**P**) e as RPCs para os preços contábeis dos serviços da matriz **F** de (**P_F**), tem-se as matrizes

$$P = PA + P_F F \quad (5)$$

ou

$$P = P_F F (I - A)^{-1} \quad (6)$$

em que $(I - A)^{-1}$ é a matriz inversa de Leontief. Com a matriz inversa é possível corrigir, por meio das RPCs, os custos diretos e indiretos de cada atividade e assim chegar a uma razoável estimativa (*proxy*) de seu valor econômico.

Os cálculos de **P_F** e **P** são feitos mediante um processo iterativo e interativo, i.é., repetitivo e integrado, com a matriz $P = P_F F (I - A)^{-1}$, iniciado com valores sementes para **P_{F0}** (RPs estimados e ou arbitrados), como segue:

$$\begin{aligned} P_1 &= P_{F0} F (I - A)^{-1} \\ &\dots\dots\dots \\ P_{n-1} &= P_{F(n-2)} F (I - A)^{-1} \\ P_n &= P_{F(n-1)} F (I - A)^{-1} \end{aligned}$$

e concluído quando $P_{n-1} = P_n$ e $P_{F(n-1)} = P_{Fn}$, com *m* iterações. Para cada vetor **P** multiplica-se cada elemento pela participação relativa do fator na atividade, para encontrar o novo vetor **P_F**.

Com a matriz inversa é possível corrigir, por meio das RPCs, os custos diretos e indiretos de cada atividade e assim chegar a uma razoável estimativa (*proxy*) de seu valor econômico

RESULTADOS DO ESTUDO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA DOS 42 SETORES

A Tabela 1 mostra a matriz F , matriz distributiva dos setores, e a Tabela 2 espelha os níveis de eficiência dos segmentos estudados. Quanto maior a distorção entre o preço contábil ou preço econômico e o preço de mercado, maior a ineficiência ou menos o setor é eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia proposta conduz a estudos para orientar as políticas públicas e aferir o quadro geral da competitividade da economia baiana, favorecendo intervenções governamentais coerentes com a otimização do bem-estar público e voltadas para a indução do processo inovativo das empresas baianas, destacando-se:

- a. A simulação de diversas alternativas de políticas públicas que afetam a composição dos custos dos recursos da matriz F . Quanto maior for a desagregação da matriz F , maiores serão as alternativas de simulação para fundamentar as estratégias de intervenção pública;
- b. A avaliação do impacto de cada política pública no controle das causas externas (infraestrutura; formação de capital humano, impostos, subsídios, regulação e controle das externalidades);
- c. A análise da eficiência das políticas públicas quanto ao retorno dos recursos utilizados com base em critérios do Valor Presente Líquido (VPL) e da Taxa Interna de Retorno (TIR), de modo a garantir a eficiência econômica no longo prazo e o equilíbrio financeiro e fiscal do setor público;
- d. A organização de um quadro hierárquico das políticas públicas quanto aos impactos e quanto ao retorno do gasto público nas estratégias de competitividade de setores, subsetores e da economia como um todo.
- e. Hierarquização dos setores quanto aos indicadores de competitividade, sob o enfoque da eficiência econômica.

O impacto das imperfeições de mercado, das externalidades, dos impostos e subsídios, dos fatores de oferta fixa etc. varia entre os diversos níveis de agregação de

atividades, e para cada nível de agregação propostos. A identificação das causas da eficiência privada e econômica, utilizando a metodologia aqui proposta, permite simular distintas alternativas de estratégias de políticas para aumentar a competitividade das empresas, bem como para avaliar a relação benefício/custo em termos econômicos de cada estratégia.

É importante salientar que tornar uma empresa competitiva, sob o enfoque da eficiência privada, por meio de políticas públicas, é tarefa fácil, basta subsidiá-la com os diversos instrumentos de que dispõem os governantes, garantindo assim, ao menos parcialmente, condições para a sustentabilidade financeira da mesma. Todavia, tornar essa mesma empresa competitiva sob o enfoque da eficiência econômica requer, além da sustentabilidade no longo prazo, o equilíbrio financeiro do Estado, ou seja, o emprego de recursos produtivos com equidade distributiva do bem-estar coletivo, em outras palavras, o desenvolvimento econômico e social sustentado.

Assim, considerando a escassez dos recursos públicos e, portanto, seu elevado custo de oportunidade econômica e social, a distinção entre eficiência privada e econômica é importante para orientar e/ou avaliar as políticas públicas de incentivos fiscais ou financeiros a empresas ou setores da economia, ultrapassando os limites das discussões conceituais. Dessa forma, a metodologia aqui proposta revela-se uma alternativa teoricamente consistente e empiricamente factível para orientação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARROW, K. J. Discounting and Public Investment Criteria. In: KNEESE, V. S. C. SMITH, S. C. (Ed.). *New Haven, USA*, Water Research, Johns Hopkins Press, 1966. p.13-32.
- BARNA, Tibor (Ed.). *The Structural Interdependence of the Economy*. New York: John Wiley & Sons, A Guiffre, Milan, 1955.
- COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de Projetos Sociais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DASGUPTA, S. A.; MARGLIN, A. K. SEN. *Guidelines for Project Evaluation*. United Nations: United Nations Industrial Development Organization, 1972. 305 p.

DORFMAN, S.; SAMUELSON, P. A.; SOLOW, R. M. *Linear Programming and Economic Analysis, the RAND Series*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1958.

LEONTIEF, W. W. *The Structure of American Economy, 1919-1939*. 2. ed. New York, Oxford University Press, 1951.

LITTLE, I. M. D.; MIRRELES, J. A. *Project appraisal and planning for developing countries*. New York: Basic Books, Inc., Publishers, First Edition, 1974. 383 p.

MAIA, J. A. F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. *Análise da eficiência do setor mineral baiano*. Salvador: Secretaria de Minas e Energia/ Universidade Federal da Bahia, fev. 1979. Relatório Técnico.

_____. *Análise da Eficiência da Indústria Química e Petroquímica no Estado da Bahia*. CNPq, 1994. Relatório Técnico.

MAIA, J. F. et al. Avaliação econômica de programas sociais através da função de preços hedônicos: o caso do programa Viver Melhor na Bahia. In: FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO; ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 10., Fortaleza, 2005. *Anais...* Fortaleza: ANPEC, 2005.

MAIA, J. A. F.; SILVA, S. A. Metodologia para avaliação de políticas públicas. In: *REUNIÃO REGIONAL DA ANPEC*, 11., Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, jul. 2004.

_____. Abordagem metodológica para o planejamento econômico e social: um estudo de caso. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2004 e perspectivas*. Salvador: SEI, v. 14, n. 3, p. 645-658, dez. 2004.

POWERS, A. Terry. *Estimating Accounting Prices for Project Appraisal*. Case Studies in the Little-Mirrlees/Squire-van der Tak Method. Washington, D.C.: IADB, 1981.

SQUIRE, Lyn; HERMAN, G. Van der Tak. *Análise econômica de projetos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979.

UNITED NATIONS. *Guide to Practical Project Appraisal, Social Benefit-Cost Analysis in Developing Countries*. New York, 1978. 123 p.

VERGARA, W.; BROWN, D. The New Face of the World Petrochemical Sector, Implications for Developing Countries. *Technical Paper*, Washington, D.C.: World Bank, n. 84, 1988.

Este artigo foi extraído do Relatório de Pesquisa dos Autores, *Estratégias competitivas para a economia baiana: uma análise matricial*, objeto do Pedido de Financiamento No. 8643/2007 da Fundação de Auxílio a Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

Tabela 1
Matriz distributiva do valor agregado da economia baiana: matriz (F)

	Agropecuária	Petróleo e gás	Máquinas e equipamentos	Automóveis, caminhões e ônibus	Madeira e mobiliário	Químicos diversos	Indústria têxtil	Indústria do café	Abate de animais	Comércio	Transportes	Comunicações	Total
	1	3	8	11	13	18	21	24	26	34	35	36	
Importados outros estados	0,05476	0,13316	0,02899	0,27529	0,02076	0,10773	0,05049	0,46031	0,05727	0,01307	0,06649	0,05193	4,04936
Importado outros países	0,01059	0,08989	0,04199	0,09347	0,01237	0,08239	0,02404	0,00576	0,00458	0,00593	0,02330	0,01774	1,47043
Imp Import	0,00094	0,00366	0,00341	0,00564	0,00178	0,00466	0,00206	0,00031	0,00041	0,00015	0,00096	0,00049	0,09109
ICM Nac	0,01246	0,04105	0,02326	0,03836	0,01671	0,02242	0,00809	0,01407	0,03310	0,00720	0,02907	0,03190	0,93525
ICM Impot	0,00055	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00023	0,00214	0,00175	0,01555
IPI N	0,00018	0,00294	0,00612	0,00864	0,00251	0,00169	0,00021	0,00100	0,00039	0,00005	0,00016	0,00064	0,10324
IPI Import	0,00015	0,00059	0,00005	0,00001	0,00004	0,00001	0,00001	0,00003	0,00006	0,00027	0,00113	0,00028	0,01620
Outros IIL Nac	0,00557	0,02241	0,01160	0,02215	0,00740	0,01699	0,00618	0,02469	0,01659	0,00428	0,02124	0,01900	0,57962
Outros IIL Import	0,00011	0,00018	0,00018	0,00084	0,00005	0,00112	0,00005	0,00002	0,00002	0,00001	0,00009	0,00005	0,00970
Salários	0,24633	0,02752	0,21374	0,14122	0,21392	0,08691	0,23309	0,08858	0,08700	0,32359	0,16557	0,08450	7,08340
Previdência oficial / FGTS	0,06128	0,00965	0,06377	0,05229	0,04202	0,02854	0,06349	0,02604	0,02889	0,08987	0,04258	0,02495	1,71639
Previdência privada	0,00000	0,00164	0,00150	0,00111	0,00082	0,00187	0,00085	0,00215	0,00046	0,00172	0,00015	0,00000	0,06973
Contribuições sociais fictícias	0,00000	0,00028	0,00276	0,00193	0,00213	0,00118	0,00308	0,00161	0,00134	0,00412	0,01756	0,01149	0,21556
Rendimento de autônomos	0,30229	0,00000	0,00939	0,00000	0,08020	0,00311	0,10926	0,00221	0,00526	0,21439	0,13575	0,00376	2,04192
EOB exclusive rendimentos de autônomos	0,15783	0,14704	0,20026	-0,11566	0,33317	0,17160	0,32802	0,07780	0,17928	0,22217	0,15305	0,38713	9,28577
Outros impostos sobre a produção	0,00666	0,00388	0,00968	0,00893	0,00735	0,00842	0,00796	0,00607	0,00554	0,01078	0,00817	0,00833	0,32289
Outros subsídios à produção	-0,00592	0,00000	-0,00153	-0,00130	0,00000	0,00000	-0,00242	0,00000	0,00000	0,00000	-0,00586	0,00000	-0,02867
VAB	0,85377	0,48387	0,61518	0,53292	0,74122	0,53866	0,83446	0,71063	0,42019	0,89783	0,66156	0,64392	
Produção intermediária	0,1462	0,5161	0,3848	0,4671	0,2588	0,4613	0,1655	0,2894	0,5798	0,1022	0,3384	0,3561	
Total	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	

Fonte: Elaborado com base em dados da FIPE/FEA/USP.

Tabela 2
Coeficientes de eficiência econômica dos 42 setores estudados

Setores da economia	Coeficiente de eficiência econômica	Setores da economia	Coeficiente de eficiência econômica
Aluguel de imóveis	0,137	Refino do petróleo	0,193
Comércio	0,151	Transportes	0,195
Agropecuária	0,159	Fabricação de açúcar	0,195
Indústria têxtil	0,162	Comunicações	0,197
Construção civil	0,168	Metalurgia de não ferrosos	0,201
Serviços privados não mercantis	0,168	Celulose, papel e gráfica	0,203
Serviços prestados as empresas	0,169	Serviços industriais de utilidade pública	0,208
Farmácia e veterinária	0,173	Máquinas e equipamentos	0,209
Serviços prestados às famílias	0,175	Indústria de laticínios	0,211
Instituições financeiras	0,176	Material elétrico	0,212
Indústrias diversas	0,179	Indústria da borracha	0,214
Madeira e mobiliário	0,180	Siderurgia	0,214
Administração pública	0,180	Peças e outros veículos	0,216
Indústria do café	0,183	Artigos plásticos	0,220
Artigos do vestuário	0,183	Químicos diversos	0,221
Outros produtos alimentares	0,186	Automóveis, caminhões e ônibus	0,222
Extrativismo mineral	0,187	Beneficiamento de outros prod. vegetais	0,224
Mineral não metálico	0,188	Petróleo e gás	0,228
Fabricação de calçados	0,189	Abate de animais	0,230
Elementos químicos	0,191	Equipamentos eletrônicos	0,230
Outros metalúrgicos	0,192	Fabricação de óleos vegetais	0,242

Fonte: Elaborado com base em dados da FIPE/FEA/USP.

PIB municipal revela maior dinâmica dos municípios agroindustriais em 2008

Gustavo Casseb Pessoti*

João Paulo C. Santos**

Karina Carneiro da Silva***

Simone Borges Medeiros Pereira****

A despeito da crise financeira internacional que afetou o desempenho de todas as economias mundiais, e em particular a brasileira, a economia baiana registrou, no ano de 2008, expansão de 5,2% na atividade econômica. Esse resultado refletiu o excelente desempenho de todos os setores econômicos do estado, com especial destaque para o setor agropecuário, o qual registrou expansão de 6,3%, seguido de perto pelo setor de serviços, com expansão de 5,5%, e pelo setor industrial, que registrou expansão de 3,5%. Em termos nominais, o Produto Interno Bruto da Bahia somou R\$ 121,5 bilhões. A Tabela 1 exibe as taxas de crescimento do PIB baiano entre os anos de 2006 e 2008.

Tabela 1
Taxa de crescimento do PIB, segundo atividades – Bahia – 2006-2008

Atividades	2006	2007	2008	%
Agropecuária	-4,1	9,1	6,3	
Indústria	2,1	4,5	3,5	
Serviços	3,5	5,0	5,5	
PIB	2,7	5,3	5,2	

Fonte: IBGE, SEI.

* Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do curso de Economia da Unifacs; diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). gustavop@sei.ba.gov.br

** Mestrando em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Coref/SEI). joaopcs@gmail.com

*** Especialista em Administração pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento (Cenid/BA); graduada em Ciências Estatísticas pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Professora universitária; técnica da equipe de Contas Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). kmsilva@sei.ba.gov.br

**** Graduada em Ciências Estatísticas pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Técnica responsável pelo Projeto de Contas Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). simonebmp@sei.ba.gov.br



Do ponto de vista municipal, os resultados finais para o ano de 2008 revelam alguns aspectos interessantes sobre a modificação na dinâmica estadual. Diferente de outros momentos, em que o setor de serviços representava a principal explicação econômica para o desempenho municipal (face à grande representatividade dessa atividade no PIB do estado – aproximadamente 63% em 2008), nesse ano foram os municípios agroindustriais que apresentaram maior ganho de participação no PIB do estado da Bahia.

Conforme pode ser visualizado na Tabela 2, os municípios que mais apresentaram modificações nominais no valor do PIB¹, na comparação com 2007, destacam-se nas produções agrícolas e também na indústria extrativa, com especial referência aos produtores de petróleo e gás natural (Cairu), níquel (Itagibá), ouro (Barrocas) e cobre. Esse fato parece configurar-se como uma tendência para os próximos anos, dado o aumento na produção de minério de ferro na região de Caetité, que fará com o que o estado da Bahia seja o terceiro maior produtor nacional, atrás apenas de Minas Gerais e Pará.

Tabela 2
Municípios que apresentaram as maiores variações no Valor Nominal do PIB municipal do estado entre 2007 e 2008

Municípios	Variação nominal 2007/2008
Cairu	2,1v
Formosa do Rio Preto	1,5
Cafarnaum	1,5
Pé de Serra	1,5
Barrocas	1,5
Caravelas	1,5
Itagibá	1,4
Correntina	1,4
América Dourada	1,4
Conceição do Jacuípe	1,4

Fonte: IBGE, SEI.

Ainda com base na Tabela 2, podemos perceber que os municípios que mais modificaram a sua dinâmica

local (tomando como base a evolução do valor nominal de seus PIBs) estão fora da Região Metropolitana de Salvador, fato que deve ser destacado, pois revela que a dinâmica municipal começa, aos poucos, a ser modificada, possibilitando o aparecimento de novos centros econômicos locais que podem potencializar a realização de novos negócios econômicos. Entre esses municípios deve-se destacar, pelo segundo ano consecutivo, o desempenho registrado em Cairu, que entre 2007 e 2008 avançou da posição 203, que ocupava em 2006, para a 23, em 2008. No caso específico de Cairu, situado na Costa do Dendê, ao sul do estado, a sua expansão, em 2008, ocorreu em razão do grande aumento na extração de gás natural, cerca de 12%, segundo dados da ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2010).

Outros municípios que ganharam participação na composição estadual em virtude do aumento da dinâmica econômica foram Cafarnaum, América Dourada e Mulungu do Morro. Localizados na Chapada Diamantina, esses municípios apresentaram destaque na lavoura temporária, principalmente tomate e cebola. Apenas para citar, o valor de produção do tomate no município de América Dourada passou de R\$ 2,9 milhões em 2007 para R\$ 22,4 milhões em 2008, com crescimento na produção física passando de 2.700 toneladas para mais de 14.000 toneladas nesse mesmo período. Essa região, que tem oferecido maciços incentivos às oreícolas (cultura irrigada – principalmente tomate, cebola, cenoura, beterraba), tem

No caso específico de Cairu, situado na Costa do Dendê, ao sul do estado, a sua expansão, em 2008, ocorreu em razão do grande aumento na extração de gás natural, cerca de 12%, segundo dados da ANP

¹ A utilização do valor nominal como *proxy* da dinâmica municipal esbarra no fato de que a variação de preços pode provocar distorções nas análises, de forma que sua variação, na verdade, permite verificar o aumento da movimentação monetária no município (seja por elevação nas quantidades produzidas ou no preço de produção).

atraído produtores que estão “fugindo” das culturas de sequeiro (dependem das chuvas – feijão, milho etc.) e optando pelas culturas irrigadas.

Especificamente o município de Cafarnaum apresentou destaque na produção de mamona (incremento de 230% no volume da produção), que é uma tradicional cultura utilizada na produção de biodiesel. O seu cultivo foi incentivado após a Petrobras custear e implantar na região alguns projetos de parcerias com cooperativas de produtores agrícolas.

Na linha de análise de municípios que expandiram sua dinâmica interna atrelada ao desempenho da economia mineral, o município de Itagibá merece um especial destaque, em razão da grande produção de níquel, terceira maior mina a céu aberto do mundo. Em 2008 essa produção ainda não apresentava grande representatividade, mas mesmo assim o município já apresentou destaque por causa da expansão do minério. O investimento de R\$ 900 milhões até 2011 vai permitir um aumento de 30% na produção brasileira de níquel, produto usado na composição do aço e em medicamentos. Com capacidade para processar 4,6 milhões de toneladas do minério, o empreendimento vai transformar a Bahia no segundo maior produtor do Brasil, atrás apenas do estado de Goiás. Certamente esse município vai figurar com destaque nos próximos anos. Como consequência, outro município que será beneficiado com a elevação da economia mineral será Ipiaú, que faz fronteira com Itagibá e que já está começando a ter sua infraestrutura urbana melhorada, com forte expansão na construção civil.

MUNICÍPIOS QUE MAIS GANHARAM E MAIS PERDERAM PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL EM 2008

Tomando agora como referência a participação municipal no Produto Interno Bruto estadual, a análise dos resultados de 2008 revela um fato que é ao mesmo tempo importante e preocupante. A relevância do momento dá-se por causa dos municípios fora do entorno da Região Metropolitana de Salvador – onde está a maior parte das aglomerações econômicas da Bahia – comecem, baseados em sua dinâmica endógena, a ganhar

participação econômica no estado e no Brasil. A Tabela 2 mostra que pelo diferencial de participação entre 2007 e 2008, os municípios que mais aumentam sua representatividade no PIB estadual são justamente aqueles que se destacam nas atividades agroindustriais. Afora os municípios de São Francisco do Conde, que faz parte do entorno da RMS e que figura com elevada participação em razão da refinaria Landulpho Alves Mataripe, e de Candeias, pela atividade de extração de petróleo, os demais estão fora do eixo metropolitano e estão se destacando pelo aumento da extração de gás natural em Cairu e pela expansão do agronegócio baiano, principalmente relacionado com as produções e exportações de soja e algodão, casos de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto.

Tabela 3
Maiores variações de participação dos municípios no PIB – Bahia – 2007/2008

Municípios	Variações positivas (%)		Municípios	Variações negativas (%)	
	2007	2008 (1)		2007	2008 (1)
Bahia	100	100	Bahia	100	100
São Francisco do Conde	6,52	7,43	Camaçari	9,49	8,64
Candeias	2,26	2,58	Ilhéus	1,55	1,34
Cairu	0,35	0,66	Maragogipe	0,34	0,13
Luís Eduardo Magalhães	1,06	1,26	Paulo Afonso	1,86	1,71
Formosa do Rio Preto	0,27	0,38	Juazeiro	1,34	1,19

Fonte: IBGE, SEI.

(1) Dados sujeitos a retificação.

A questão preocupante, por sua vez, reside no fato de que municípios com forte tradição econômica estão entre os que mais perderam participação no PIB da Bahia. É o caso de Ilhéus, em razão da queda nas atividades de exportação agrícola e no polo de informática, seriamente afetado pela crise internacional. Esse fato foi constatado em matéria do jornal *A Tarde*, o qual afirma que,

Principal complexo industrial do sul da Bahia, o Polo de Informática de Ilhéus está mergulhado na pior crise desde sua criação, em 1995. As indústrias de montagem de computadores e componentes eletroeletrônicos fecharam 2008 com uma queda no faturamento

estimada em R\$ 600 milhões, em relação ao ano anterior. Um valor que representa uma redução de 30% no lucro destas empresas (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009).

Algumas empresas do setor de informática mudaram de estado, buscando condições mais atraentes de estrutura de financiamentos. O caso de Maragogipe tem por causa a perda em participação tanto na indústria de transformação (polo de indústria naval – estaleiro da Petrobras que constrói plataformas e repara embarcações) quanto na construção civil, mais especificamente em obras públicas. O valor extraordinário de 2007 (R\$ 373,5 milhões de reais) decorre da construção de uma plataforma de petróleo em São Roque do Paraguaçu, que promoveu mudanças significativas, mas que não se mantiveram constantes. Em 2008, apresentou leve queda na produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. A queda na participação de Juazeiro também merece destaque, por causa das perdas agrícolas no polo da fruticultura, bastante prejudicado pelas intempéries climáticas (chuvas excessivas no período de produção) e também pela baixa competitividade do setor, ante a diminuição nas vendas externas, ocasionada pela crise mundial e pela forte valorização da moeda brasileira.

Além das quedas mencionadas, a diminuição da participação do município de Camaçari, maior polo industrial do Nordeste, é a de maior repercussão. A explicação para a perda de participação de aproximadamente 1 ponto percentual no PIB do estado, que também lhe custou

a diminuição no *ranking* brasileiro da indústria (saiu 11º posição em 2007 para 12º em 2008), está relacionada à sua complementaridade com a indústria de refino de São Francisco do Conde. Ocorreu que em 2008 houve uma considerável elevação nos preços do petróleo no cenário internacional, o que implicou, também, na elevação dos produtos derivados do processo de refino em aproximadamente 35% e, conseqüentemente, na elevação do valor nominal do PIB de São Francisco e o ganho de participação deste município na estrutura do estado.

Por outro lado, em razão da forte concorrência no mercado internacional e das condições adversas do cenário externo (diminuição de demanda, valorização do câmbio, aliada à crise internacional do último trimestre do ano), não foi possível para a indústria de transformação de Camaçari repassar os preços aos seus produtos na mesma escala. Com queda de cerca de 5,3% na produção física da transformação petroquímica e, ao mesmo tempo, sem poder repassar a elevação dos custos para os produtos, o Complexo Petroquímico de Camaçari passou a um nível de agregação de valor bem menor que o registrado em 2007. Além da perda de posição de Camaçari no *ranking* do PIB Nacional, houve também a perda da participação da indústria de transformação do estado no total das atividades econômicas (de 14% do PIB em 2007, passou a 13,1% em 2008, exatamente igual à queda do município de Camaçari no PIB do estado).

ANÁLISES SETORIAIS – AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Agropecuária

Quando o recorte analítico é realizado de maneira setorializada, tornam-se evidentes as especializações municipais, podendo-se observar o tipo de atividade econômica que apresenta maior predominância em seus territórios.

No setor agropecuário, por exemplo, há um forte domínio de municípios da Região Oeste do estado no *ranking*. Analisando-se a importância relativa dos valores da produção, em 2008, os principais produtos da agricultura baiana, por ordem de importância, são a soja, como

O valor extraordinário de 2007 [...] decorre da construção de uma plataforma de petróleo em São Roque do Paraguaçu, que promoveu mudanças significativas, mas que não se mantiveram constantes

Tabela 4
Produção agrícola das principais lavouras – Bahia – 2007/2008

Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção das principais lavouras									
Unidade da Federação	Lavoura temporária	Variável X ano							
		Área plantada (hectares)		Área colhida (hectares)		Quantidade produzida (toneladas)		Valor da produção (mil reais)	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Bahia	Algodão herbáceo (em caroço)	301.928	310.081	301.928	310.032	1.125.240	1.167.947	1.091.285	1.173.434
	Banana (cacho) (toneladas)	90.260	96.240	89.466	91.259	1.386.016	1.417.537	647.333	701.951
	Café (em grão) (toneladas)	162.980	163.411	150.176	150.125	151.782	162.975	513.202	579.817
	Feijão (em grão)	634.136	589.328	539.447	496.968	319.402	318.522	716.285	614.483
	Milho (em grão)	843.328	825.329	747.711	724.812	1.635.849	1.884.042	650.728	717.378
	Soja (em grão)	851.000	905.018	851.000	905.018	2.298.000	2.747.634	1.210.763	1.869.285
	Total Bahia	4.808.188	4.860.058	4.488.811	4.516.911	0	0	8.856.579	10.100.744

Fonte: IBGE

Nota: 1 – A partir do ano de 2001, as quantidades produzidas do produto banana passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores era utilizado em mil cachos.

2 – Até 2001, café (cocos), a partir de 2002 café (beneficiado em grãos).

o mais importante, representando 18,51%, seguida do algodão herbáceo (11,62%) e do milho, com participação de 7,10%. O cacau, outrora o mais importante produto não só da agricultura, mas da própria economia baiana, posicionou-se como o 8º mais importante produto agrícola do estado.

Os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE mostram o desempenho das principais culturas do estado da Bahia, indicando os municípios de maior produção e produtividade. Conforme fica evidente pela Tabela 4, as maiores expansões na produção aconteceram justamente naquelas lavouras que são mais representativas na agricultura do estado (segundo as estruturas citadas anteriormente). É por essa razão que são os municípios da Região Oeste que concentram a maior produção de soja e algodão do estado, e também apresentam os maiores resultados em termos do valor agregado da agropecuária.

A Tabela 5 evidencia que os cinco maiores municípios agropecuários estão situados na Região Oeste: São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e Correntina.

Mesmo sendo os mais importantes produtores agrícolas da Bahia, em termos da agropecuária esses cinco municípios representam apenas 22% de todo o valor agregado pelo setor, evidenciando que na Bahia os

Tabela 5
Valor agregado da agropecuária – os cinco maiores municípios – Bahia – 2007/2008

PIB	Agropecuária (milhões)		Participação total no estado (%)	
	2007	2008 (1)	2007	2008 (1)
Estado	8.221	8.991	100	100
Município	1.668	1.975	20,29	21,97
São Desidério	637	753	7,75	8,38
Barreiras	372	435	4,52	4,84
Luís Eduardo Magalhães	278	288	3,38	3,20
Formosa do Rio Preto	215	283	2,62	3,15
Correntina	166	216	2,02	2,40

Fonte: IBGE, SEI.

(1) Dados sujeitos a retificação.

segmentos tanto das lavouras como da produção da pecuária estão dispersos por todo o estado.

Juazeiro (situado no Baixo Médio São Francisco), onde concentra-se a maior parte da fruticultura irrigada do estado, com grande especialização no cultivo de frutas cítricas e outros produtos da lavoura permanente, com destaque para a produção de uva e de manga, que até 2007 figurava na quinta posição, passou para o sexto lugar, em virtude dos problemas climáticos que prejudicaram seu desempenho agrícola em 2008.

Outras culturas com relevância na agricultura baiana estão situadas no sul do estado, tais como café e cacau,

as quais destacaram-se no município de Itamaraju. No segmento de aves, o destaque é o município de Conceição da Feira, localizado próximo a Feira de Santana – polo avícola responsável por grande parte da produção baiana de frango –, o qual vem contribuindo de forma significativa com a economia da região na atividade avicultura.

O setor industrial

Em razão da característica histórica-estrutural da economia baiana, o setor industrial, o qual tem o segundo maior peso na estrutura do PIB estadual, tem grande presença na Região Metropolitana de Salvador. A concentração na indústria baiana determina que a soma do valor agregado dos cinco maiores municípios na indústria representa mais de 56% do valor agregado total da indústria no estado. Estes municípios são: Camaçari, com participação de 20,4%, onde estão instalados o Polo Petroquímico e a Indústria Automotiva; São Francisco do Conde – 15,2%; Salvador – 12,6%, com destaque para o segmento da construção civil e algumas atividades da indústria de transformação; Paulo Afonso, com 5,1%, cuja economia industrial é influenciada pela Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso; e, finalmente, Candeias – 3,3%, com destaque na extração de petróleo e gás natural, e por algumas atividades da indústria de transformação.

A despeito da forte concentração e do destaque dos municípios citados, a análise dos dados de 2008 demonstra que naquele ano os municípios que tiveram maiores

variações na participação da atividade industrial do estado foram, sobretudo, aqueles nos quais desenvolve-se a atividade extrativa mineral, os quais não fazem parte do grupo mencionado anteriormente.

O primeiro destaque a ser dado é para o município de Cairú, que a cada ano vem ganhando participação no segmento industrial, ganho esse motivado pelo crescimento da exploração do gás natural no campo de Manati². O município é responsável pelo primeiro lugar no fornecimento de combustível na Região Nordeste e o segundo lugar em termos de disponibilização de mercado, representando 25% da entrega de gás em nível nacional (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2010).

Quando consideramos a indústria da mineração, exclusiva extração de petróleo e gás, observa-se também a ocorrência de um novo vetor de crescimento para a economia estadual. Como exemplo é possível citar o município de Itagibá, onde deu-se início à pesquisa para exploração de níquel e cobre (sulfeto de níquel), por meio do Projeto Santa Rita, realizado pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) em parceria com uma empresa da Austrália³.

A expectativa é que os resultados positivos desse projeto sejam visualizados quando da divulgação do PIB municipal 2009. No entanto, a modificação da estrutura econômica, tanto do município, com o aumento da arrecadação de impostos, quanto da população, com a geração de empregos diretos e indiretos regionais, já pode ser visualizada nos dados de 2008, quando observa-se leve incremento na indústria extrativa mineral e na construção civil. Além dos benefícios gerados em Itagibá, a instalação da mineradora trouxe também benefícios para a região do município de Ipiaú.

Tabela 6
Valor agregado da indústria – os cinco maiores municípios – Bahia – 2007/2008

PIB	Indústria (em milhões)		Participação no estado (%)	
	2007	2008 (1)	2007	2008
Estado	26.793	29.530	100	100
Município	15.226	16.675	56,83	56,47
Camaçari	5.954	6.014	22,22	20,37
São Francisco do Conde	3.541	4.488	13,22	15,20
Salvador	3.204	3.716	11,96	12,58
Paulo Afonso	1.602	1.492	5,98	5,05
Candeias	925	965	3,45	3,27

Fonte: IBGE, SEI.

(1) Dados sujeitos a retificação.

² Esse é um dos maiores campos de gás natural do país em área marítima, o que proporcionou ao município de Cairú mudança relevante na posição do seu PIB per capita, passando à 2ª posição no estado.

³ A proposta é implantar o mais novo polo de exploração de minério de níquel do Brasil, o maior do Nordeste brasileiro, com beneficiamento no próprio município. Já foram investidos algo em torno de R\$ 100 milhões. Uma das primeiras obras foi a ponte sobre o Rio de Contas, com extensão de 200 metros, entre os municípios de Itagibá e Ipiaú, e a ligação à BR 330. A obra vai evitar o trânsito de veículos pesados na área urbana de Ipiaú. Toda essa infraestrutura foi doada à Bahia e poderá ser utilizada livremente pela população local.

Projeto Ouro [...] tem caráter socioeducativo, baseado no estímulo à preservação da fauna e da flora da região, do incentivo à diversificação de culturas e da geração de oportunidades de trabalho entre os moradores das comunidades locais

Outro destaque no setor indústria refere-se ao município de Igrapiúna. A produção de borracha na cidade do Baixo Sul da Bahia vem beneficiando mais de mil famílias de pequenos proprietários. Esse crescimento deriva da implantação do Projeto Ouro Verde da Bahia, uma parceria da multinacional francesa Michelin com 12 médios proprietários e mais de mil famílias de pequenos agricultores, espalhados por 59 municípios, que estão plantando seringais e mudando a paisagem rural e humana de uma das regiões mais pobres do país.

Em 2008, o referido município apresentou incremento no setor secundário em razão do crescimento na indústria de transformação. O objetivo do projeto Ouro Verde é promover a evolução da estrutura da plantação de seringueiras, de onde deriva o látex, e, posteriormente, a borracha usada na produção de pneus, garantindo a atividade econômica local e a proteção do espaço florestal. Além do aspecto ambiental, o projeto tem caráter socioeducativo, baseado no estímulo à preservação da fauna e da flora da região, do incentivo à diversificação de culturas e da geração de oportunidades de trabalho entre os moradores das comunidades locais.

Outro destaque no setor industrial é o município de Ibirapuã, localizado no Extremo Sul da Bahia. O município foi beneficiado pelo programa estadual de bioenergia e, por causa disso, vem consolidando-se com a segunda usina de etanol do Polo Alcooleiro – Ibirálcool. A unidade

integra o programa do estado da Bahia, que prevê a implantação de mais 12 usinas até 2013, que tem por objetivo alcançar uma produção de 2,16 bilhões de litros de etanol, cogeração de energia e créditos de carbono (BORBOREMA, 2010).

Finalmente, outro destaque é o município de Barrocas, que teve aumento significativo nos serviços industriais de utilidade pública, mais especificamente no consumo de energia elétrica. O aumento no consumo de energia elétrica está associado à expansão da indústria extrativa mineral.

Serviços

O setor de serviços, por sua vez, apresenta forte correlação com as atividades agropecuárias e industriais, descritas anteriormente. Nesse sentido, quanto mais dinâmico é um município, isto é, quanto maior a presença das citadas atividades econômicas, tanto maiores serão os serviços auxiliares, a exemplo de comércio, transportes, telecomunicações, serviços prestados às empresas, entre outros. Assim, torna-se tautológico afirmar que Salvador, como capital do estado e centro financeiro, polo educacional e de saúde, é o município de maior representatividade na geração de serviços.

Na sequência, Feira de Santana (5,14%), onde destaca-se a atividade comercial, em especial pela sua estratégica localização e pela produção de serviços de apoio

Tabela 7
Valor agregado dos serviços – os cinco maiores municípios – Bahia – 2007/2008

PIB	Serviços (em milhões)		Participação no estado (%)	
	2007	2008 (1)	2007	2008
Estado	60.147	66.864	100	100
Município	28.756	31.900	47,81	47,71
Salvador	18.748	20.707	31,17	30,97
Feira de Santana	3.132	3.439	5,21	5,14
São Francisco do Conde	2.626	3.188	4,37	4,77
Camaçari	2.577	2.708	4,28	4,05
Vitória da Conquista	1.673	1.858	2,78	2,78

Fonte: IBGE, SEI.

(1) Dados sujeitos a retificação.

à atividade industrial. Os municípios de São Francisco do Conde (4,77%) e Camaçari (4,05%) destacam-se nas atividades de serviço de apoio à indústria. O município de Vitória da Conquista (2,78%), com uma população bastante expressiva, a 3ª maior da Bahia, aparece no *ranking* pelas suas atividades comerciais, assim como pela prestação de serviços às famílias e às empresas. Um comércio forte e muito dinâmico coloca a cidade entre os 100 maiores centros comerciais do país. Esse pujante comércio abrange toda a Região Sudoeste do estado. Conquista também destaca-se por possuir um setor educacional privilegiado, formado por excelentes escolas, além de contar com faculdades e universidades.

O setor de serviços apresenta como peculiaridade a grande diferença entre Salvador, como primeiro município colocado no *ranking*, e o importante município de Feira de Santana, que detém a segunda maior população do estado. Embora estando nas primeiras posições do *ranking*, não foram os citados municípios aqueles que mais apresentaram evoluções nas suas grandezas de 2007 para 2008.

Um adequado balizador da evolução do setor de serviços é a geração de empregos, pois trata-se de um setor com ampla capacidade de absorção de mão de obra. Nesse sentido, um importante sinalizador do nível de atividade econômica continua sendo, sem dúvida, o aumento de postos de trabalho.

De acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2008, os municípios baianos onde houve maior geração de emprego com carteira assinada no setor foram: Salvador (23.492), Feira de Santana (4.067), Itapetinga (3.778) e Ipiaú (1.513). O emprego com carteira assinada é, notadamente, o de maior estabilidade e com melhores rendimentos e garantias trabalhistas, portanto aquele que gera mais efeitos multiplicadores para o comércio e para a dinâmica municipal.

Vale destacar os municípios que não estão inseridos entre os cinco maiores, mas que ganharam peso na sua participação, como Candeias e Luis Eduardo Magalhães, que tiveram na atividade comércio um incremento significativo.

Em 2008, os municípios baianos onde houve maior geração de emprego com carteira assinada no setor foram: Salvador (23.492), Feira de Santana (4.067), Itapetinga (3.778) e Ipiaú (1.513)

PIB PER CAPITA

Em relação ao PIB per capita, os resultados evidenciam que, ainda que Salvador seja a mais importante cidade do estado e apresente o maior dinamismo econômico, ela não figura entre os municípios com maior PIB per capita do estado no ano de 2008. Segundo os dados do IBGE, residiam, no município, nesse ano, um contingente de 2.948.733 habitantes. A explicação para esse fato é bastante simples. O PIB per capita é um indicador que expressa o resultado global do PIB de cada município, relativizado pela população nele residente. Dessa forma, um município pode ter um expressivo PIB per capita, bastando apenas que o mesmo tenha uma razoável atividade econômica, mas, em contrapartida, tenha uma pequena população residente.

Tabela 8
PIB per capita – os cinco primeiros municípios
Bahia – 2007/2008

PIB	PIB per capita R\$ 1,00		Posição no ranking
	2007	2008 (1)	
Estado	7.787	8.378	
São Francisco do Conde	239.495	288.371	1º
Cairu	27.939	55.509	2º
Camaçari	47.192	45.949	3º
Candeias	31.536	39.033	4º
São Desidério	34.184	38.428	5º

Fonte: IBGE, SEI.

(1) Dados sujeitos a retificação.

O principal PIB per capita encontra-se no município de São Francisco do Conde, por apresentar um expressivo valor do seu PIB total e possuir uma pequena população, cerca de 30 mil habitantes. Na sequência, têm-se os seguintes municípios: Cairu, Camaçari, Candeias e São Desidério. Os seus respectivos PIBs per capita também são elevados, dada a relação entre a magnitude das suas economias e o tamanho de suas populações.

Vale ressaltar que, por ser apenas um valor per capita, tal indicador, embora sirva como parâmetro para diversas análises, não consegue dar respostas às questões de distribuição da renda. Por outro lado, a sua grandeza não revela se, necessariamente, toda a riqueza produzida tenha sido apropriada no mesmo espaço territorial em que foi gerada.

REFERÊNCIAS

- AGECOM. Mineração deve gerar mais de 3 mil empregos no sul da Bahia. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=613221>>. Acesso em: 18 ago. 2010.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). *Dados estatísticos mensais*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=38529&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1293470021250>>. Acesso em: 10 set. 2010.
- BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios. *Boletim das Finanças Municipais*. Salvador: TCM, 2009.
- BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2010.
- BORBOREMA, Athylla. *Usina de etanol atraída pelo Estado começa a funcionar no mês de abril em Lajedão*. Disponível em: <<http://www.teixeiranews.com.br/news/news.php?id=6266&sess=19>>. Acesso em: 10 set. 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PIB Municipal do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
- _____. *Contagem da População Brasileira em 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.
- _____. *Pesquisa Agrícola Municipal 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- OLIVEIRA, Ana Cristina; PITOMBO, João Pedro. Polo de Informática de Ilhéus mergulha em sua pior crise. *A Tarde*, Salvador, 18 jul. 2009. Caderno Economia.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Release do PIB Municipal 2007*. Salvador: SEI, dez. 2010.

Desindustrialização ou crise na indústria?

Um breve balanço do setor industrial na Bahia



Gustavo Casseb Pessoti

Economista. Diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI. Professor/Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da Unifacs.

A indústria baiana de transformação está perdendo participação no PIB da Bahia ao longo dos últimos anos. Com base nos resultados apresentados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o setor industrial baiano deverá apresentar um incremento real na atividade produtiva da ordem de 9% em 2010. O resultado evidencia a recuperação do setor ante as perdas verificadas em 2009, quando a crise da economia mundial provocou uma grande diminuição na demanda agregada, gerando um excesso de pessimismo nos empresários industriais, que retraíram seus investimentos, diminuíram a oferta de emprego e provocaram uma diminuição de aproximadamente 4,8% na produção industrial da Bahia (pior resultado dos últimos dez anos).

Contudo, infelizmente o problema da indústria baiana não é pontual, motivado por um resultado negativo. Os números da SEI evidenciam também que no período compreendido entre 1999 e 2009 a indústria de transformação do estado retraiu sua participação de 18,6% para 12,2%, isto é, uma perda de 6,4 pontos percentuais em uma década. Nesse mesmo período, a indústria de transformação local apresentou uma taxa média de crescimento de 2,4%, acumulando 29,3%. Apenas para se ter uma base de comparação, a agricultura baiana, que não recebeu nem um quarto dos investimentos que foram realizados no setor industrial e que ainda sofre com as intempéries climáticas, apresentou uma taxa média de crescimento de 6,8%, acumulando entre 1999 e 2009 aproximadamente 93%.

Duas questões principais criam dificuldades para o pleno desenvolvimento da indústria baiana: em primeiro lugar, o fato de que a indústria de transformação da Bahia é extremamente concentrada no setor químico/petroquímico; e, em segundo lugar, o fato de que como um estado subnacional, a Bahia não controla variáveis da política macroeconômica do governo, mas sofre os impactos das medidas que são tomadas em âmbito federal. A exogenia em tais decisões deveria, pelo menos em teoria, beneficiar/prejudicar as diferentes unidades da federação da mesma forma. Entretanto, na verdade, para aqueles estados com menor poder econômico, seus efeitos certamente causam mais distorções do que para aqueles que apresentam maior diversificação produtiva.

Em relação à alta concentração setorial e espacial da indústria baiana no entorno da Região Metropolitana de Salvador, o problema não está na concentração propriamente dita, até mesmo pelas economias de aglomeração que poderiam ser derivadas do agrupamento setorial na indústria, mas no fato de que a agregação de valor da indústria petroquímica está cada vez menor. As informações do trabalho de contas regionais, realizado pela SEI em parceria com o IBGE, revelam que a despeito do valor bruto da produção da indústria ser alto, o nível de consumo intermediário tem crescido muito nos últimos anos. Isso sugere a necessidade da ampliação da base tecnológica da indústria e do maior incentivo do desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento de inovações no parque industrial do estado. Resultado: com um nível

de consumo intermediário alto, a agregação de valor do setor em relação ao PIB fica cada vez menor. Em 2008, a relação Consumo Intermediário/Valor Bruto da Produção da indústria de refino de petróleo da Bahia atingiu o maior nível em dez anos (aproximadamente 97%, ou seja, apenas 3% de agregação de valor ao PIB). Esse aumento no consumo intermediário no segmento químico, que representa pouco mais de 50% do valor da transformação industrial da Bahia, foi extremamente prejudicial para a indústria. Além de reduzir sua participação no PIB, conforme já mencionamos, levou o estado baiano a perder uma posição no *ranking* da economia nacional (em 2008, o estado de Santa Catarina passou para a 6ª posição, deslocando a Bahia para o 7º lugar).

O outro aspecto não é menos importante. Como se sabe a política econômica do governo federal tem se voltado nos últimos anos para a manutenção da estabilidade econômica. Em minha opinião é bastante evidente a ideia de que a condução da política econômica está muito mais sensível ao controle da inflação do que ao crescimento econômico propriamente dito. Ao menor rumor de que os preços internos possam subir, a autoridade monetária, isto é, o Banco Central do Brasil, anuncia um novo aumento na taxa básica de juros (Selic). Qualquer economista sabe que um aumento nas taxas de juros provoca retração nos investimentos produtivos, penalizando sobremaneira o setor industrial. Outro aspecto da política macroeconômica que interfere diretamente na competitividade da indústria baiana é aquela relacionada com a política cambial. Como um estado exportador de *commodities*, a Bahia necessitava de uma taxa de câmbio mais desvalorizada para ampliar suas vendas externas. Entretanto, o real está cada vez mais valorizado frente ao dólar, e isso diminui muito a competitividade da indústria baiana, pois barateia as importações e encarece as exportações. Por isso mesmo é necessário uma articulação com o governo federal para o estabelecimento de novas regras na política industrial brasileira, que possibilitem o aumento dos incentivos governamentais para os setores estratégicos dos estados subnacionais e periféricos, como é o caso da Bahia.

O governo da Bahia está atento à situação vivenciada pela indústria baiana. No período 2008-2009, com a constatação de que o setor industrial precisava novamente de um

impulso induzido, o governo do estado resolveu lançar sua nova política de atração de investimentos industriais: o Acelera Bahia. Essa política foi constituída por cinco eixos principais, pautados no incentivo à cadeia petroquímica do estado, tecnologia, biodiesel, etanol e na indústria naval. As empresas do Polo de Informática de Ilhéus, que vinham perdendo competitividade, também foram beneficiadas pelo Acelera Bahia. O prazo de fruição dos benefícios fiscais sobre produtos de informática, que terminaria em 2014, foi prorrogado até 2019, sendo instituído crédito adicional de 5% para empresas comerciais que adquirirem produtos fabricados no estado.

Em pleno início da segunda década do século XXI, não há, dentro da linha estratégica do governo do estado, nenhum indicativo de que a prática de utilização de incentivos fiscais como estratégia industrial tenha um tempo já determinado de delimitação final. Nesse sentido, são relevantes os dados dos investimentos industriais realizados entre 2000 e 2010 (cerca de R\$ 42 bilhões) e os previstos para o período 2010-2012 que corroboram a continuidade da política de atração de investimentos industriais na dinamização econômica da Bahia. Segundo dados da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, o volume de novos investimentos deve atingir nesse período cerca de R\$ 18,7 bilhões, com a geração de pouco mais de 82 mil empregos diretos. Desse montante inicialmente previsto, aproximadamente 55% devem ser destinados ao interior, fora do entorno da Região Metropolitana de Salvador.

Mas o que é certo é que desindustrialização ou “doença holandesa” são terminologias que não estão no “vocabulário” da equipe econômica do governo Wagner, que tem buscado ampliar a logística e a infraestrutura (rodoviária, aeroportuária, ferroviária e portuária) para diminuir o “custo Bahia de produção” e ainda ampliar a competitividade da produção baiana. Entretanto, para que isso aconteça, vamos precisar ser mais ousados e, diria também, um pouco mais “agressivos” na condução de nossa política de atração de investimentos industriais. No mundo globalizado não adianta apenas ser um anfitrião! É preciso ir atrás dos “convidados” e mostrar que além de sua vocação para a economia de serviços, a Bahia tem também um enorme potencial para o desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais.

Investimentos industriais previstos deverão gerar no estado da Bahia um volume de aproximadamente **R\$ 30 bilhões até 2014**

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos previstos devem chegar a R\$ 30 bilhões, aproximadamente, com a expectativa de implantação e/ou ampliação de cerca de 647 empresas em diversos setores da atividade econômica. Além disso, espera-se desses empreendimentos a geração de 110.765 mil empregos diretos até 2013.

Em relação aos projetos em situação de implantação, deverão chegar a 529 empreendimentos, o que corresponde a um investimento de R\$ 26, bilhões. Considerando as ampliações, espera-se um volume previsto de R\$ 3,9 bilhões, totalizando 115 empresas.

Para os Territórios de Identidade, as inversões previstas concentram-se em volume no território *Metropolitana de Salvador*, para o qual estão previstos cerca de R\$ 8,5 bilhões alocados em 295 projetos. Em seguida, considera-se o território *Sertão Produtivo*, o qual continua com a previsão de alocar cerca de R\$ 4,4 bilhões em inversões. Os empreendimentos previstos para este território são, na sua maioria, voltados para a atividade de extração de minerais metálicos, que exige mais tempo para a maturação desses investimentos. As principais atividades envolvem principalmente a exploração de jazidas de ferro com construção de mineroduto, além da produção de ferro e cimento.

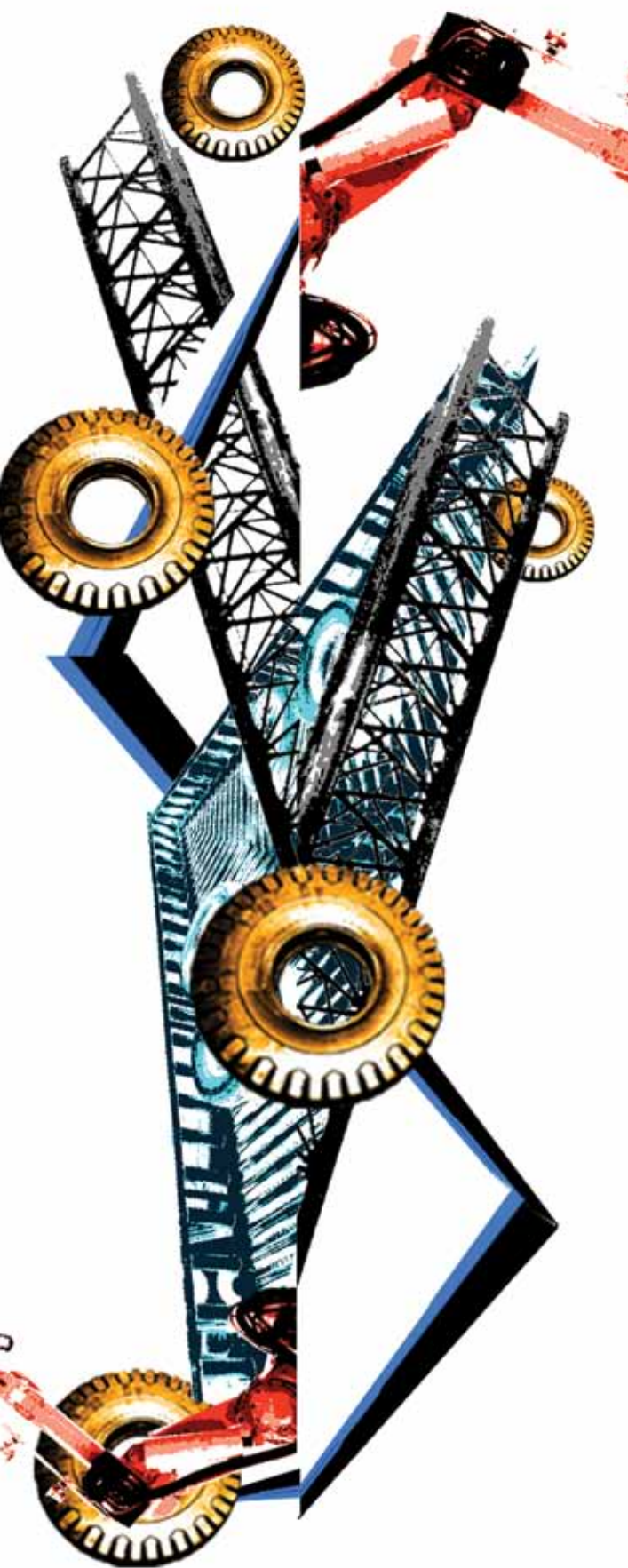
No território do *Recôncavo*, deve-se gerar investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões, em 32 projetos de empresas com a intenção de investir no estado.

No complexo de atividade *Químico-petroquímico*, o volume previsto deverá chegar a R\$ 7,1 bilhões, o que

envolve a intenção de 143 empreendimentos de implantarem-se no estado para esta atividade. Já no complexo *Atividade mineral e beneficiamento*, o volume previsto permanece em cerca de R\$ 6,3 bilhões, com 34 projetos de empresas previstas para se implantarem. No complexo *Metal-mecânico*, os investimentos devem chegar a R\$ 2,7 bilhões, com base em 70 projetos. Vale destacar o complexo *Outros*, com inversões previstas que chegam a R\$ 8,8 bilhões, destacando-se inversões na área de energia, mais precisamente a geração de energia eólica e em PCH (pequenas centrais hidrelétricas). Pretende-se implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas espalhados por diversos municípios do estado.

Essa política adotada pelo governo do estado da Bahia, de atração de investimentos industriais cujo objetivo é incentivar a vinda de empresas dos mais variados segmentos, vem ao longo dos anos contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social do estado, com a diversificação do parque industrial e a mudança mesmo que gradativa do perfil da sua matriz, com a instalação de empreendimentos dos mais variados segmentos. Esta ação governamental, cujo objetivo é desenvolver o setor industrial baiano, vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, o qual concede benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia; técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. fabianaa@sicm.ba.gov.br

**Tabela 1**

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo
de atividade – 2010-2014

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.761.805.028	136	9,2	21,0
Atividade mineral e beneficiamento	6.285.078.611	34	21,0	5,3
Calçados/têxtil/confeções	991.561.397	67	3,3	10,4
Complexo madeireiro	163.183.896	25	0,5	3,9
Eletroeletrônico	288.011.955	63	1,0	9,7
Metal-mecânico	2.718.463.407	70	9,1	10,8
Químico-petroquímico	7.120.043.593	143	23,8	22,1
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,3
Transformação petroquímica	805.421.712	72	2,7	11,1
Outros	8.830.410.019	35	29,5	5,4
Total	29.971.779.618	647	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.09.2010.

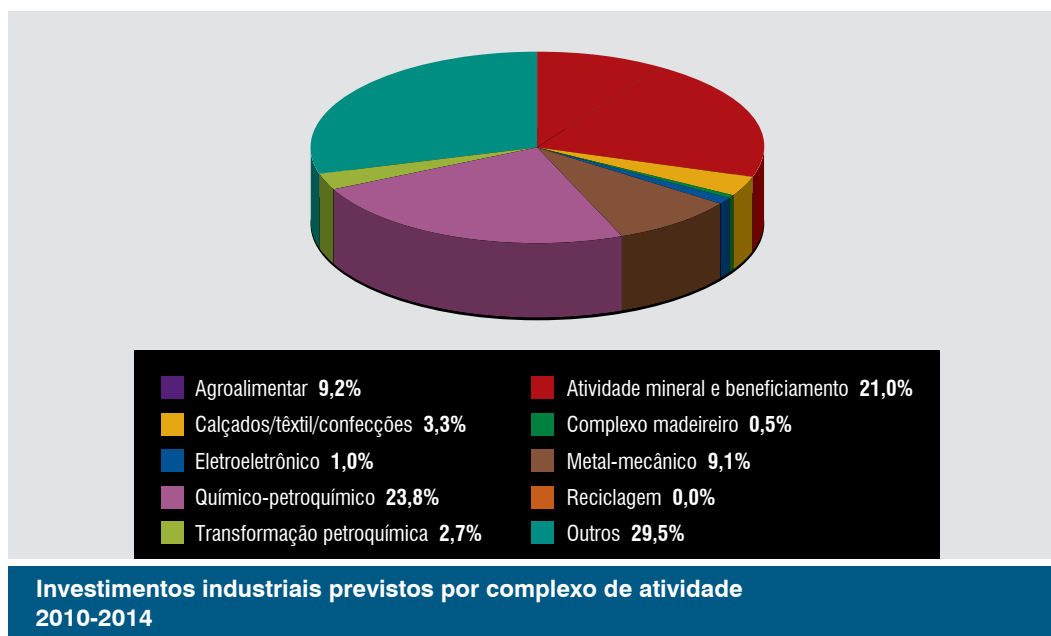
Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território
de Identidade – 2010-2014

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.686.065.667	26	5,6	4,0
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	388.519.785	21	1,3	3,2
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,0	0,5
Bacia do Paramirim	4.500.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Baixo Sul	685.866.869	7	2,3	1,1
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0	0,6
Extremo Sul	1.090.581.487	24	3,6	3,7
Irecê	27.193.000	3	0,1	0,5
Itapetinga	189.270.227	12	0,6	1,9
Litoral Sul	2.026.785.397	52	6,8	8,0
Médio Rio das Contas	553.658.237	15	1,8	2,3
Metropolitana de Salvador	8.497.312.195	295	28,4	45,6
Oeste Baiano	1.505.536.098	29	5,0	4,5
Piemonte da Diamantina	892.975.297	3	3,0	0,5
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,1	0,8
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,1	0,2
Portal do Sertão	346.696.134	53	1,2	8,2
Recôncavo	3.816.458.219	32	12,7	4,9
Semiárido Nordeste II	18.336.622	3	0,1	0,5
Sertão do São Francisco	1.162.904.375	15	3,9	2,3
Sertão Produtivo	4.448.383.086	7	14,8	1,1
Sisal	14.500.000	5	0,0	0,8
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	6,5	1,1
Velho Chico	503.000.000	2	1,7	0,3
Vitória da Conquista	100.457.136	21	0,3	3,2
Total	29.971.779.618	647	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30.09.2010.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/2010.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.



O GOVERNO
DA BAHIA
JÁ COMEÇOU
A FAZER PLANOS
PARA OS
PRÓXIMOS
ANOS

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA
BAHIA 2023

Secretaria do
Planejamento



Fazer planos é algo natural quando se quer um futuro melhor. E, para melhorar a vida de todos os baianos, o Governo da Bahia, por meio da Secretaria do Planejamento, já está fazendo planos até 2023, quando se comemoram os 200 anos de independência do Estado. Para isso, lançou o “Pensar a Bahia”. Um ciclo de debates envolvendo a sociedade, empresários e especialistas das mais diversas áreas com o objetivo de consolidar um projeto de desenvolvimento com inclusão social para os próximos anos. É o Governo da Bahia trabalhando hoje para construir um futuro cada vez melhor.

www.seplan.ba.gov.br



ESTABILIZANDO UMA ECONOMIA INSTÁVEL

Em *Estabilizando uma Economia Instável*, o autor Hyman P. Minsky apresenta uma teoria financeira em relação a investimentos. Descreve a razão pela qual a economia global tem experimentado períodos de inflação problemáticos, aumento na taxa de desemprego e desaceleração econômica, além dos motivos que levaram a economia a enfrentar uma crise creditícia.



ASSESSORIA DE IMPRENSA E RELACIONAMENTO COM A MÍDIA: TEORIA E TÉCNICA

Esta obra reúne textos elaborados por pesquisadores e profissionais de várias áreas e de instituições do Brasil e do exterior, todos com experiência em assessoria de imprensa. É um grupo composto por profissionais como Luiz Amaral, Carlos Chagas, Wilson Bueno, Manuel Chaparro, Jorge Duarte e Graça Caldas. Entre os assuntos tratados, o leitor encontrará a história das assessorias de imprensa no Brasil, Estados Unidos e Europa. Também terá acesso a textos específicos sobre: imagem corporativa; notícia institucional; imprensa e organizações; ética; implantação de uma assessoria; produtos e serviços; release; Internet; publicações empresariais; o relacionamento que envolve fonte, jornalista e assessor de imprensa; avaliação do trabalho; e gerenciamento de crises.



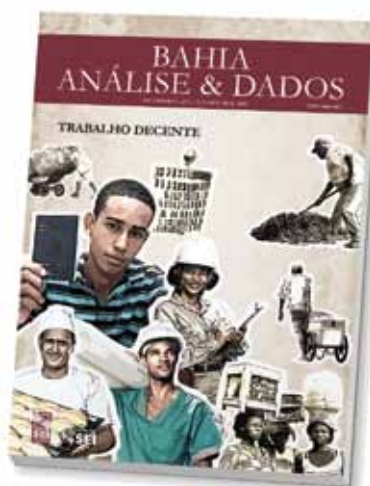
COMUNICAÇÃO CORPORATIVA: A DISPUTA ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

Em *Comunicação corporativa: a disputa entre a ficção e a realidade*, Licia Egger-Moellwald faz um levantamento sobre como as empresas usam técnicas e ferramentas próprias das grandes mídias para envolver, por meio da ficção, seus funcionários e fazê-los crer que a entrega total aos ditames corporativos é garantia de sucesso. A reflexão diz respeito a como as empresas constroem sua comunicação pela óptica do executivo visto como possível herói e baseada em um cenário de pura ilusão. A partir da hipótese de que a comunicação corporativa, atualmente, pode ir contra o que é esperado, criando paradoxos que comprometem o desempenho e a lucratividade, a autora analisa os erros de comunicação que têm potencial para eclipsar todo empenho dos gestores.



HOSPITALIDADE: TURISMO E ESTRATÉGIAS SEGMENTADAS

Organizado por Silvana Furtado e Francisco Vieira, a obra *Hospitalidade: turismo e estratégias segmentadas* apresenta onze capítulos que descrevem os cenários e as realidades do turismo, com atenção especial à arte de receber e acolher as pessoas. Os autores abordam novos universos necessários ao conhecimento de todos que têm por ofício receber, servir e expressar humanidade nas diferentes áreas e atividades do mercado. Os aspectos ressaltados enriquecem as compreensões, entendimentos e pesquisas sobre segmentos importantes de setores que compõem a área do Turismo e da Hospitalidade.



BAHIA ANÁLISE & DADOS TRABALHO DECENTE

A edição da revista *Bahia Análise & Dados* aborda o cenário em que surge a proposta do trabalho decente. Em meio à dicotomia existente no mercado de trabalho, onde apesar dos avanços ocorridos ainda é perceptível a precarização das relações laborais e violação de direitos sociais, apresenta-se a defesa pelo trabalho de qualidade como um dos pontos centrais das estratégias de desenvolvimento com inclusão e justiça social. Esse passa a ser a alternativa viável para enfrentar as crises econômicas, o aumento do desemprego, da pobreza e o achatamento salarial.



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS (SEP) CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: TEORIAS, CONCEITOS E ESTUDOS DE CASO

Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso é uma publicação da SEI resultante dos trabalhos apresentados nas conferências e mesas-redondas do I Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, realizado na cidade de Salvador em novembro de 2009. Fruto da interiorização dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como do próprio processo nacional de urbanização, as pesquisas sobre cidades médias e pequenas ganham espaço na produção acadêmica brasileira. Assim, a publicação deste número da Série Estudos e Pesquisas configura-se em um importante passo para a consolidação de uma rede de estudos sobre as cidades médias e pequenas da Bahia.

Conjuntura Econômica Baiana



Nesta seção, os indicadores conjunturais apresentados demonstram sinais de expansão para a economia baiana, refletindo positivamente para a consolidação da estabilidade econômica do estado. O dinamismo da economia apresentou comportamento favorável no acumulado do ano de 2010 em relação a 2009, com tendência expansiva para o final do ano, conforme demonstram os resultados apresentados pelos principais indicadores analisados.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), a produção da indústria baiana de transformação acumulou, entre janeiro e outubro de 2010, acréscimos de 10,4% na comparação com o mesmo período de 2009. Os principais segmentos que influenciaram positivamente foram *Refino de petróleo e álcool* (28,4%), *Alimentos e bebidas* (8,0%), *Borracha e plástico* (8,9%) e *Metalurgia básica* (12,5%).

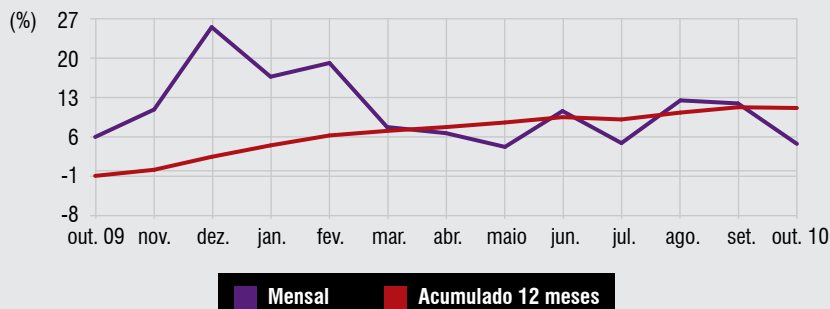
Segundo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a balança comercial baiana acumulou, entre janeiro e novembro de 2010, crescimento significativo tanto nas exportações (27,2%) quanto nas importações (44,0%), em relação ao mesmo período de 2009, acumulando superávit de US\$ 2,0 bilhões. O arrefecimento do saldo da balança comercial (-6,6%) deveu-se à trajetória persistente em patamares superiores das importações perante as exportações, contribuindo para as oscilações no saldo da balança comercial em relação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), o comércio varejista acumulou, entre janeiro e outubro de 2010, crescimento de 10,1% em relação ao mesmo período de 2009, e continua sendo o setor da economia com melhor performance desde 2009, beneficiado pelo aquecimento da economia baiana, que, em relação à atividade varejista, manteve-se em ritmo positivo. Os segmentos que demonstraram as maiores contribuições positivas no período em análise foram *Hipermercados, supermercados e produtos alimentícios* (7,6%), *Móveis e eletrodomésticos* (19,8%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (16,3%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,2%). As vendas de *Veículos, motos e peças* apontaram acréscimo de 11,5% no mesmo período.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) calculado pela SEI, para Salvador, acumulou, entre janeiro e novembro de 2010, alta de 4,05% em relação ao mesmo período de 2009. Os segmentos de *Alimentos e bebidas* (7,68%), *Despesas pessoais* (6,31%) e *Habitação e encargos* (6,10%) foram os que mais pressionaram o indicador.

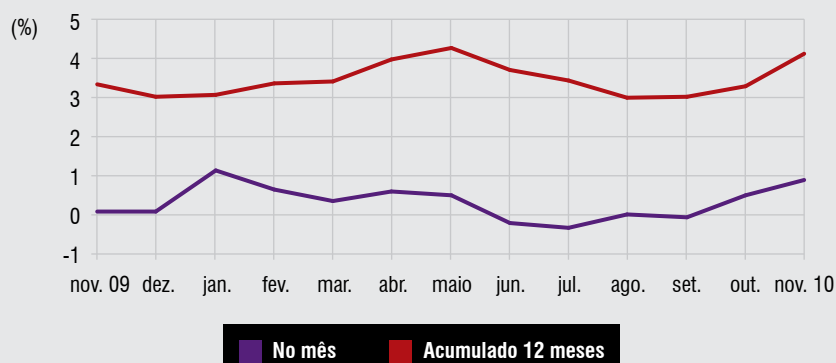
Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade) a taxa média de desemprego, em novembro de 2010, fechou em 15,4% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados aumentou 8,1% nos últimos 12 meses.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em outubro de 2010, acréscimo de 4,6% na comparação com o mesmo mês de 2009. Todas as taxas mensais apresentadas até outubro de 2010 na atividade econômica foram positivas. As contribuições crescentes em meses anteriores cooperaram para a expansão no acumulado dos últimos 12 meses (11,0%), que vem registrando variações superiores em cada período.



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

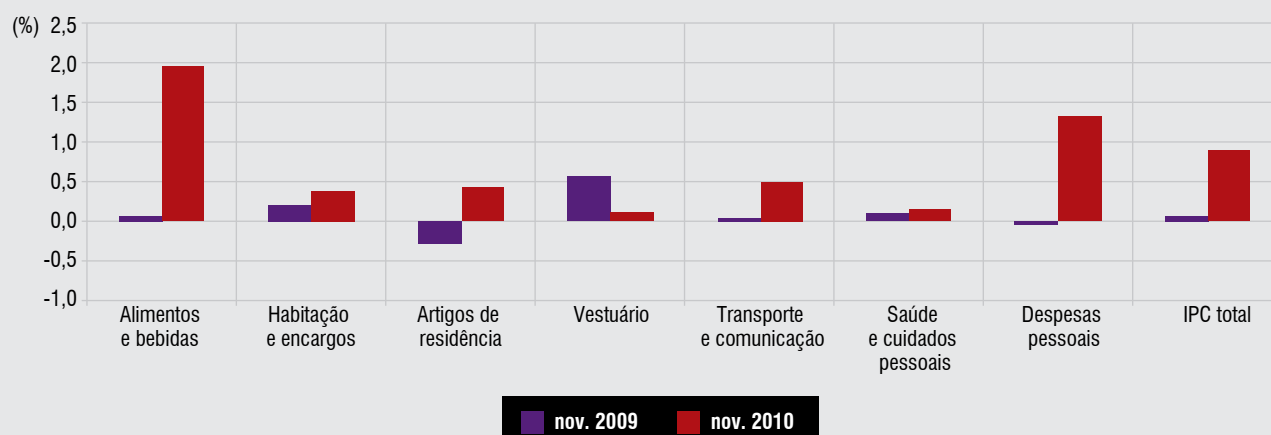
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

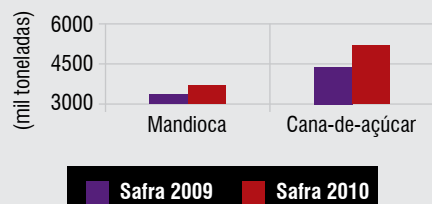
Em novembro de 2010, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,89%. No acumulado dos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 4,13%. Esse resultado reflete a alta nos preços de 196 produtos, dos 375 que compõem o IPC-SEI. Dentre eles, os que sofreram maiores crescimentos nos preços foram: batata-inglesa (31,98%), cruzeiro marítimo (14,50%), pacote turístico (13,10%), charque (11,18%), carne bovina (chupa-molho) (9,98%), álcool combustível (6,42%), açúcar cristal (5,47%), gasolina (4,87%), refeição a peso (4,25%) e refeição à la carte (2,85%).



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

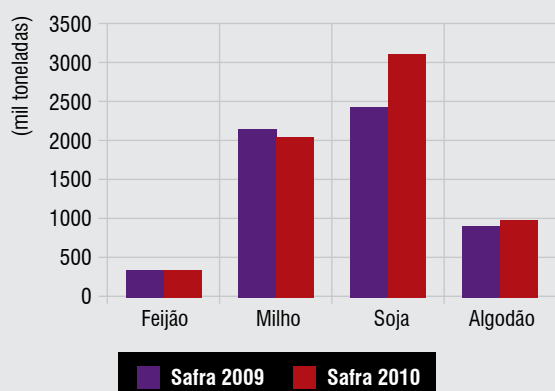
Os grupos *Alimentos e bebidas* (1,96%), *Despesas pessoais* (1,33%) e *Transporte e comunicação* (0,49%) apresentaram, no mês de novembro, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos alimentação no domicílio (2,24%), recreação e fumo (3,90%) e transporte (1,11%) foram os que apresentaram os maiores aumentos de preço no período.



Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Com as colheitas em andamento no estado, segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em outubro de 2010 a produção de *Mandioca* cresceu 11,0% e a *Cana-de-açúcar*, 20,6%. Ambas as culturas apresentaram incremento em relação à safra 2009, decorrente da melhoria dos rendimentos físicos.

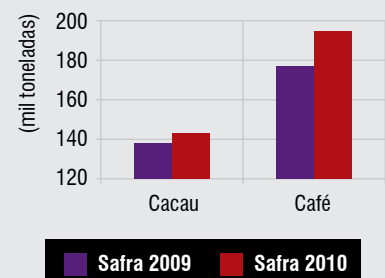


**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho, soja e algodão – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresenta estimativas de crescimento para a produção das culturas de feijão, do algodão e da soja, em 2010. A safra de *Feijão* apresenta modesto incremento da produção, algo em torno de 3,0% em relação à de 2009. Integrando o rol das mais importantes *commodities* agrícolas do estado, a soja e o algodão exibem crescimento da produção de 28,2% e 8,6%, respectivamente. A *Soja* por causa da elevação da produtividade (20,0%), da área cultivada e colhida (6,9%). O *Algodão* também em razão do incremento da produtividade (16,7%), porém atenuada pela redução da área cultivada (-7,1%). As estimativas da produção de *Milho* figuram com decréscimo de 5,0% em relação à safra anterior.

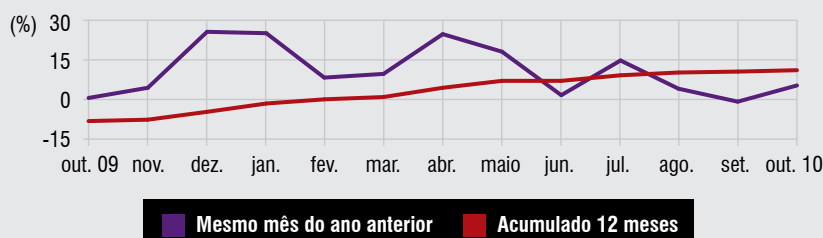
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana, cacau e café, apresentam trajetória de crescimento para 2010. Concernente ao *Cacau*, em fase de colheita, constata-se um acréscimo da produção em torno de 3,6%, ocasionado pelo crescimento apresentado na variação da taxa da área cultivada (2,5%). Relativo ao *Café*, em fase de colheita, as estimativas apontam para um robusto crescimento da produção desse grão (9,9%) em 2010.



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

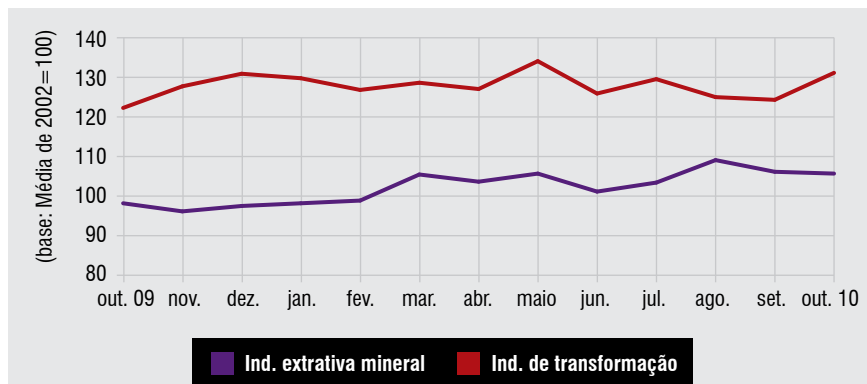
Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria de transformação baiana registrou, em outubro de 2010, crescimento de 5,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), no que se refere aos setores, com exceção de celulose, papel e produtos de papel, que registrou taxa negativa de 6,7%, todos os demais segmentos registraram variações positivas. A maior contribuição veio de refino de petróleo e produção de álcool (10,9%), seguida por alimentos e bebidas (12,0%) e produtos químicos (2,8%).



**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

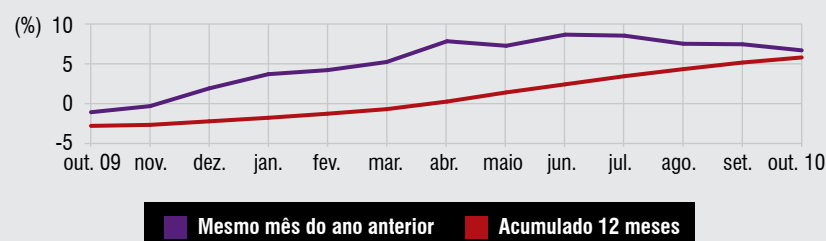


Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

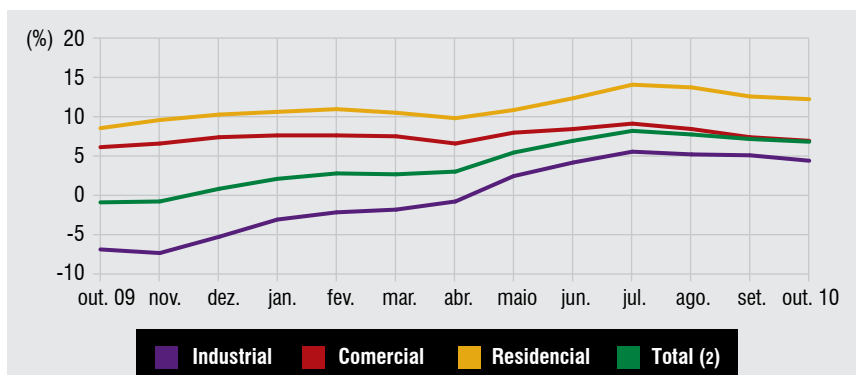
A análise da indústria de transformação, em outubro de 2010, eliminando influências sazonais, aponta acréscimo de 5,3% na comparação com o mês de setembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento de 3,5% apresentado pelo segmento de refino de petróleo (4,4%), que tem forte participação neste setor. Os demais segmentos que apresentaram expansão registraram as seguintes taxas: veículos automotores (93,8%), produtos químicos (6,0%), metalurgia básica (11,7%) e alimentos e bebidas (2,3%).

Em outubro de 2010, a indústria baiana de transformação teve acréscimo de 6,7% no nível de emprego, quando comparada ao mesmo mês de 2009, contribuindo para o acréscimo de 5,8% no acumulado dos últimos 12 meses. Deste modo, cabe destacar os segmentos que contribuíram para a expansão do emprego industrial no acumulado do ano de 2010: calçados e couro (17,5%), alimentos e bebidas (6,3%), produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (13,3%), borracha e plástico (7,4%), máquinas e equipamentos, exclusive elétricos eletrônicos, de precisão e de comunicações (12,2%) e fabricação de outros produtos da indústria de transformação (17,7%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

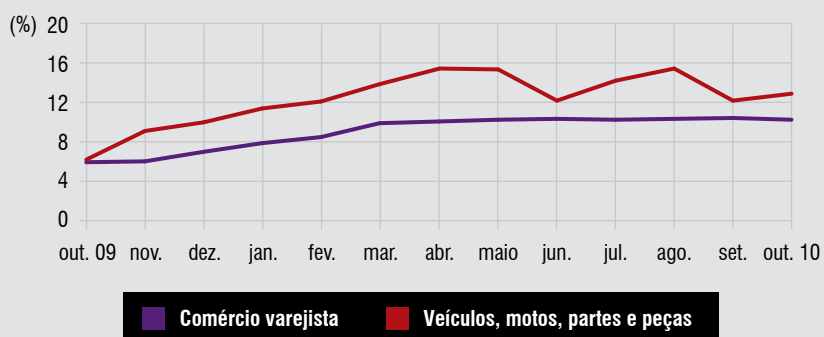
(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de outubro de 2010, decréscimo de 1,5% em relação ao mesmo mês de 2009. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica registrou acréscimo de 6,8%. Dentre os principais setores de consumo, na mesma base de comparação, todos expandiram: o *Industrial* apresentou acréscimo de 4,4%, o *Comercial* cresceu 12,3% e o *Residencial* registrou a taxa de 7,0%.

O *Comércio varejista* segue com taxas positivas em outubro de 2010. De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês, a variação no volume de vendas foi de 7,7%, sendo percebido na maioria dos segmentos que compõem o setor, com exceção de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, que contraiu os negócios em 11,3%. Para o segmento de *Veículos, motos e peças*, o crescimento mensal foi de 20,6%, resultando numa expansão de 12,8% para os últimos 12 meses.

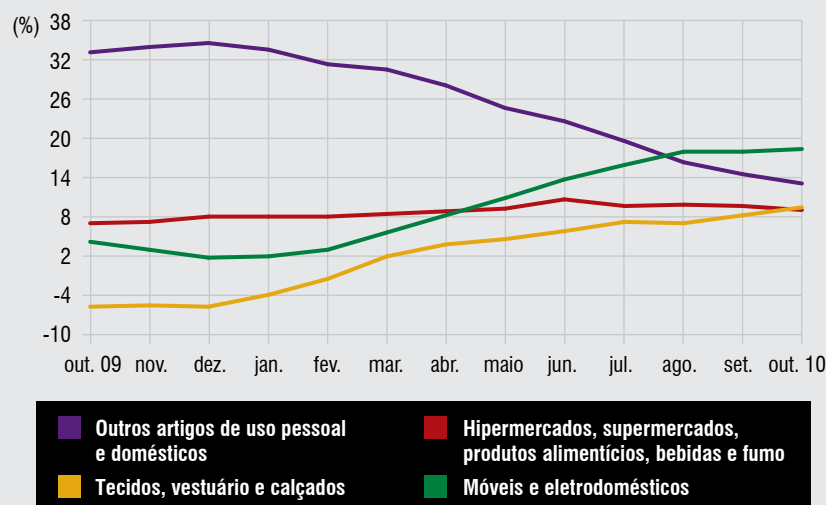


Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.



Taxa de variação do volume de vendas no varejo (1): principais segmentos – Bahia

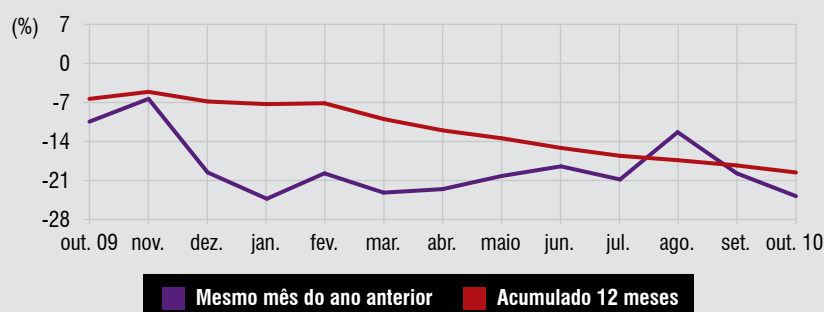
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Os principais destaques do comércio varejista para o acumulado dos últimos 12 meses, por atividade, foram: *Móveis e eletrodomésticos* (19,9%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (7,7%). Quanto à atividade de *Tecidos, vestuário e calçados*, constatou-se que o crescimento apresentado ao longo do ano, a despeito do decréscimo em maio de 2010 (0,8%), foi determinante para o ramo registrar uma expansão de 10,1% nas vendas. Para o segmento de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, a expansão apresentada nos últimos cinco meses de 2010 contribuiu para o crescimento de 8,4% nos últimos 12 meses.

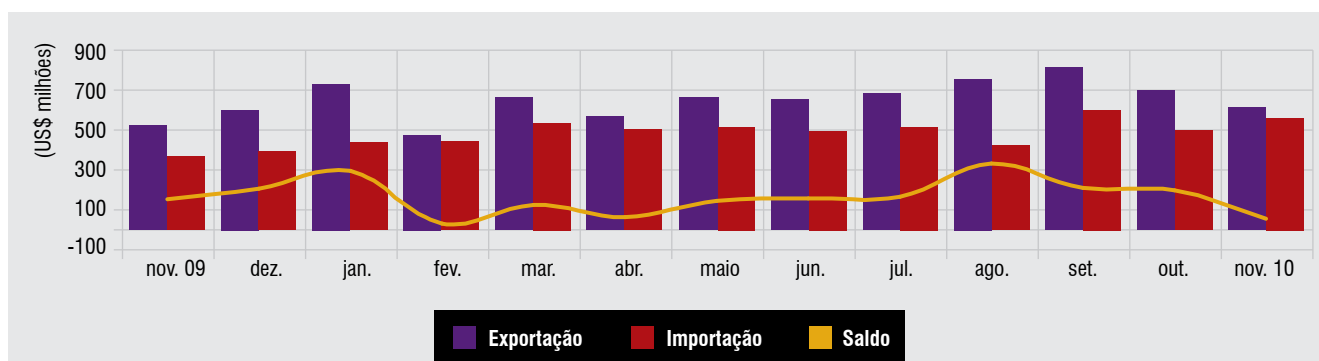
Com base nos dados divulgados pelo Bacen, em outubro de 2010 foram emitidos 246,2 mil cheques sem fundos na Bahia, representando decréscimo de 23,8% na comparação com o mesmo mês de 2009. As taxas negativas registradas ao longo do período, desde julho de 2007, com exceção apenas de quatro meses, determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos 12 meses. Desde o mês de março de 2007 tem-se verificado taxas negativas no acumulado dos 12 meses, culminando com o percentual de 19,5% em outubro de 2010.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.



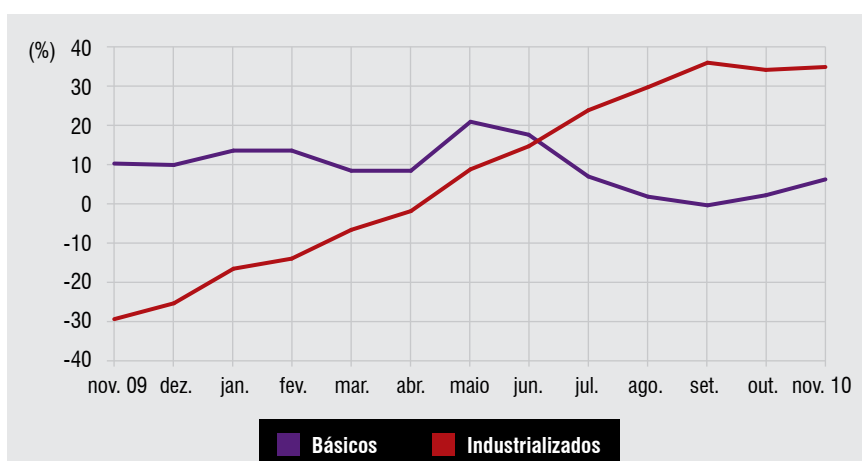
Balança comercial – Bahia

Fonte: Secex.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas somaram, em novembro de 2010, US\$ 678,9 milhões, e as importações, US\$ 619,1 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 59,8 milhões. Confrontando novembro de 2010 com o mesmo mês do ano anterior, as *Exportações* apontam expansão com taxa de 17,4%, e as *Importações*, no referido mês, registraram variação nominal de 51,4% em relação a 2009.

As exportações por fator agregado, na comparação novembro de 2010 em relação a novembro de 2009, registraram acréscimos tanto nas vendas de produtos *Básicos* (25,6%) como nas de produtos *Industrializados* (15,0%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados apresentaram crescimentos de 6,4% e 35,0%, respectivamente.

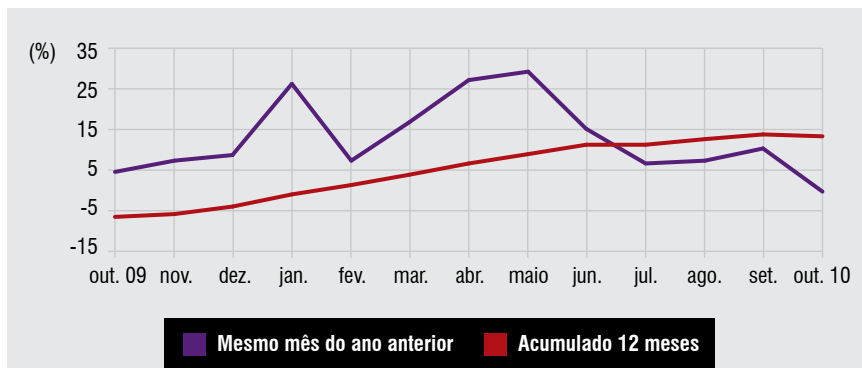


Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado (1) – Bahia

Fonte: Secex.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

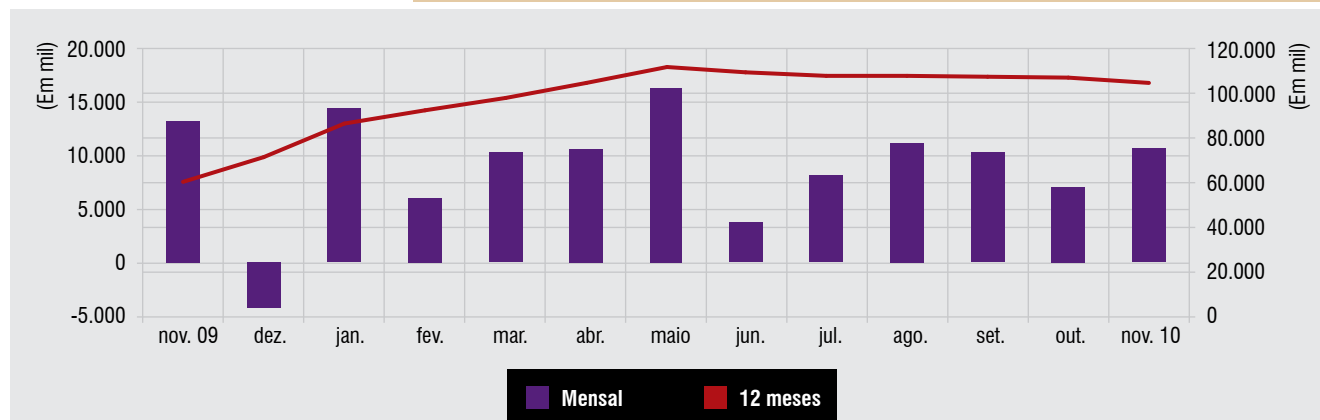


Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em outubro de 2010, mantém-se estável na comparação com o mesmo mês de 2009, acumulando no ano (janeiro-outubro) expansão real de 14,4%. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 931,2 milhões, acumulando taxa real nos últimos 12 meses de 13,4%.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

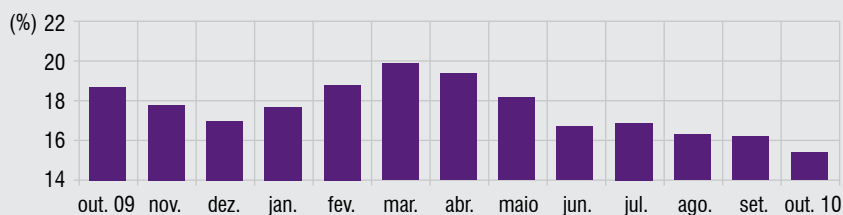
De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em novembro de 2010, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou crescimento (10.681 postos de trabalho). Com esse resultado, o saldo de postos de trabalho nos 12 meses apontou aceleração no ritmo de crescimento, acumulando 104.451 postos de trabalho.



Geração de empregos celetistas (1) na Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).

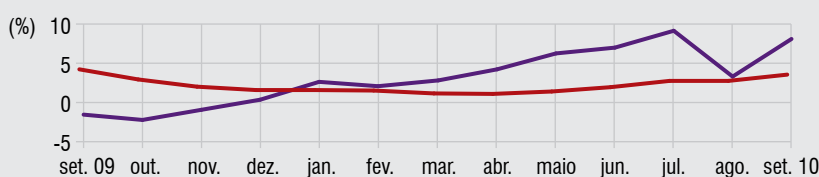
Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em outubro de 2010, cerca de 294 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 15,4% da população economicamente ativa (PEA). Cotejando-se com setembro de 2010 verificou-se elevação de 1,3%, e com relação a outubro de 2009, observou-se expansão de 3,3%. O crescimento da PEA e a redução do nível de ocupação no período explicam esse desempenho.



Taxa de desemprego total – RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de setembro de 2010 (R\$ 1.085,00), em comparação ao mesmo mês de 2009 (R\$ 1.004,00), apresentou aumento de 8,1%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS). Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se progresso de 15,0%, em razão da elevação dos rendimentos e do nível de emprego no período.

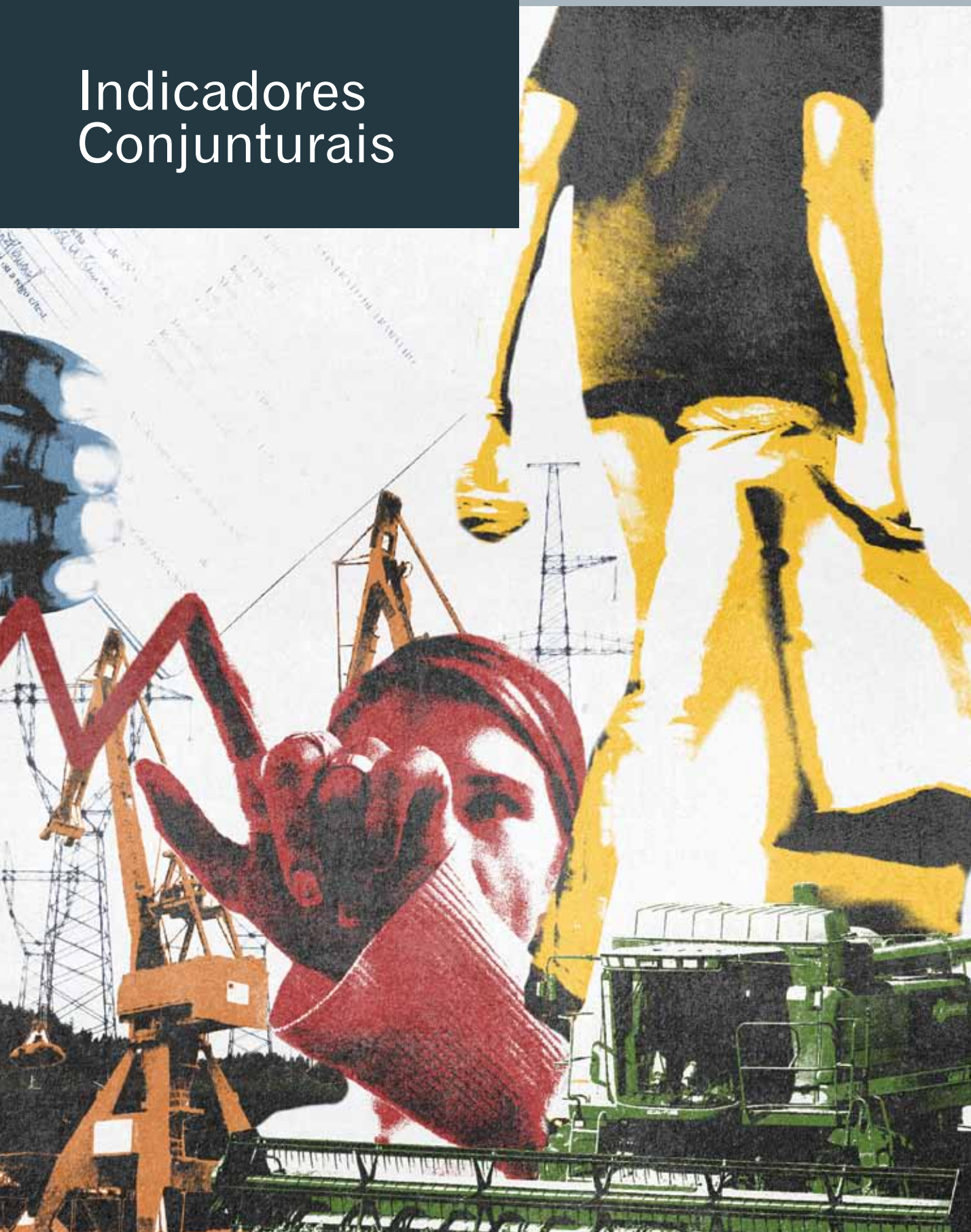


Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



Indicadores Econômicos

Índice de preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – nov. 2010						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Nov. 2009	Nov. 2010	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007=100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	0,06	1,96	7,68	7,58	128,12	313,70
Habitação e encargos	0,21	0,38	6,10	6,10	120,44	825,72
Artigos de residência	-0,30	0,42	-3,41	-4,84	90,78	208,88
Vestuário	0,56	0,11	0,74	1,24	108,49	194,47
Transporte e comunicação	0,04	0,49	2,44	2,36	107,25	768,96
Saúde e cuidados pessoais	0,09	0,15	0,43	0,57	114,82	384,85
Despesas pessoais	-0,05	1,33	6,31	7,07	120,90	476,93
Geral	0,07	0,89	4,05	4,13	115,59	388,58

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa nacional da cesta básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – nov. 2010					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	179,78	4,28	6,27	7,09	38,32
Belém	224,00	2,02	9,63	10,04	47,74
Belo Horizonte	235,83	2,70	10,22	4,66	50,26
Brasília	236,73	5,57	6,53	9,49	50,45
Curitiba	239,06	3,06	12,84	7,36	50,95
Florianópolis	238,98	3,52	13,31	5,28	50,93
Fortaleza	208,91	8,03	18,05	14,68	44,52
Goiânia	236,31	2,77	23,79	14,74	50,36
João Pessoa	193,49	3,84	13,40	10,18	41,24
Manaus	250,56	9,28	16,03	14,42	53,40
Natal	205,84	2,42	10,64	8,49	43,87
Porto Alegre	249,78	1,04	5,14	-1,90	53,24
Recife	206,32	5,46	20,44	17,29	43,97
Salvador	210,64	2,66	15,01	5,08	44,89
São Paulo	264,61	4,26	15,96	12,60	56,40
Rio de Janeiro	242,35	5,31	13,59	6,78	51,65
Vitória	246,75	6,70	12,62	8,31	52,59

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2009/2010

Produtos do LSPA (1)	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi (4)	121.127	158.243	30,6	24.795	26.609	7,3
Algodão herbáceo	916.895	995.345	8,6	3.167	3.697	16,7
Alho	5.144	6.336	23,2	7.782	7.910	1,6
Amendoim	7.237	8.196	13,3	1.030	1.040	1,0
Arroz total	58.089	33.463	-42,4	1.768	1.805	2,1
Arroz sequeiro	-	30.815	-	-	1.719	-
Arroz irrigado	-	2.648	-	-	4.313	-
Batata-inglesa	-	302.575	-	-	37.798	-
Cana-de-açúcar	4.630.196	5.582.049	20,6	56.434	57.487	1,9
Cebola	224.961	266.780	18,6	23.056	21.871	-5,1
Feijão total	341.989	352.081	3,0	617	618	0,1
Feijão 1ª safra	117.650	102.315	-13,0	530	422	-20,4
Sequeiro	-	43.459	-	-	520	-
Irrigado	-	6.979	-	-	2.896	-
Caupi	-	51.877	-	-	331	-
Feijão 2ª safra	224.339	249.766	11,3	671	763	13,7
Sequeiro	-	178.098	-	-	638	-
Irrigado	-	58.808	-	-	2.430	-
Caupi	-	12.860	-	-	535	-
Fumo	4.581	6.462	41,1	932	1.038	11,3
Girassol	1.933	4.775	0,0	687	1.325	0,0
Mamona	66.860	62.084	-7,1	578	704	21,7
Mandioca	3.437.100	3.815.581	11,0	12.655	13.160	4,0
Milho total	2.157.719	2.050.219	-5,0	4.943	2.865	-42,0
Milho 1ª safra	1.663.527	1.453.172	-12,6	3.866	3.907	1,1
Sequeiro	-	1.282.598	-	-	3.649	-
Irrigado	-	170.574	-	-	8.348	-
Milho 2ª safra	494.192	597.047	20,8	1.501	1.737	15,7
Sequeiro	-	596.052	-	-	1.736	-
Irrigado	-	995	-	-	2.689	-
Soja	2.426.298	3.110.635	28,2	2.551	3.060	20,0
Sorgo granífero	103.312	88.101	-14,7	1.320	1.073	-18,7
Tomate	315.430	294.818	-6,5	47.128	41.617	-11,7
Lavouras permanentes						
Banana (5)	1.015.505	1.367.957	34,7	15.506	14.673	-5,4
Cacau	137.929	142.892	3,6	268	266	-0,7
Café	176.851	194.383	9,9	1.140	1.183	3,8
Castanha-de-cajú	5.279	5.414	2,6	207	208	0,5
Coco-da-baía (4)	467.080	523.618	12,1	5.868	6.857	16,9
Guaraná	2.707	2.727	0,7	408	409	0,2
Laranja (5)	906.965	955.005	5,3	16.266	16.264	0,0
Mamão (5)	891.236	736.624	-	59.206	49.017	0,0
Pimenta-do-reino	4.004	3.947	-1,4	2.317	2.224	-4,0
Sisal	268.823	242.553	-9,8	1.033	986	-4,5
Uva	90.508	78.563	-13,2	24.303	22.243	-8,5

Fonte: IBGE/GCEA-PAM-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2008.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2009.

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, outubro de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(5) Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare. Desconsiderar variação percentual.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2009/2010

Produtos do LSPA (1)	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) (4)	
	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.885	9.206	88,5	4.885	5.947	21,7	0	3.259
Algodão herbáceo	289.758	269.253	-7,1	289.483	269.253	-7,0	275	0
Alho	661	801	21,2	661	801	21,2	0	0
Amendoim	7.023	7.882	12,2	7.023	7.882	12,2	0	0
Arroz total	32.855	18.535	-43,6	32.855	18.535	-43,6	0	0
Arroz sequeiro	-	17.921	-	-	17.921	-	-	0
Arroz irrigado	-	614	-	-	614	-	-	0
Batata-inglesa	7.712	8.005	3,8	7.712	8.005	3,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.045	100.147	22,1	82.045	97.101	18,4	0	3.046
Cebola	9.757	12.198	25,0	9.757	12.198	25,0	0	0
Feijão total	615.839	601.026	-2,4	554.321	569.886	2,8	61.518	31.140
Feijão 1ª safra	270.127,0	273.630	1,3	213.569	242.490	13,5	56.558	31.140
Sequeiro	-	110.463	-	-	83.528	-	-	26.935
Irrigado	-	2.410	-	-	2.410	-	-	0
Caupi	-	160.757	-	-	156.552	-	-	4.205
Feijão 2ª safra	345.712	327.396	-5,3	340.752	327.396	-3,9	4.960	0
Sequeiro	-	279.173	-	-	279.173	-	-	0
Irrigado	-	24.205	-	-	24.205	-	-	0
Caupi	-	24.018	-	-	24.018	-	-	0
Fumo	4.914	6.228	26,7	4.914	6.228	26,7	0	0
Girassol	2.882	3.603	0,0	2.812	3.603	0,0	70	0
Mamona	120.514	89.813	-25,5	115.571	88.237	-23,7	4.943	1.576
Mandioca	271.595	414.206	52,5	271.595	289.946	6,8	0	124.260
Milho total	890.378	780.174	-12,4	759.603	715.579	-5,8	130.775	64.595
Milho 1ª safra	556.660	436.501	-21,6	430.285	371.906	-13,6	126.375	64.595
Sequeiro	-	416.069	-	-	351.474	-	-	64.595
Irrigado	-	20.432	-	-	20.432	-	-	0
Milho 2ª safra	333.718	343.673	3,0	329.318	343.673	4,4	4.400	0
Sequeiro	-	343.303	-	-	343.303	-	-	0
Irrigado	-	370	-	-	370	-	-	0
Soja	950.920	1.016.550	6,9	950.920	1.016.550	6,9	0	0
Sorgo granífero	87.110	82.074	-5,8	78.249	82.074	4,9	8.861	0
Tomate	6.693	7.084	5,8	6.693	7.084	5,8	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	65.487	95.115	45,2	65.487	93.231	42,4	0	1.884
Cacau	549.769	563.526	2,5	513.935	537.028	4,5	35.834	26.498
Café	155.047	175.778	13,4	155.047	164.375	6,0	0	11.403
Castanha-de-cajú	25.460	26.266	3,2	25.460	26.020	2,2	0	246
Coco-da-baía	79.596	81.334	2,2	79.596	76.362	-4,1	0	4.972
Guaraná	6.634	6.661	0,4	6.634	6.661	0,4	0	0
Laranja	55.755	71.876	28,9	55.755	58.720	5,3	0	13.156
Mamão	15.053	15.050	0,0	15.053	15.028	0,0	0	0
Pimenta-do-reino	1.728	1.775	2,7	1.728	1.775	2,7	0	0
Sisal	260.044	273.766	5,3	260.044	273.766	5,3	0	0
Uva	3.724	3.533	-5,1	3.724	3.532	-5,2	0	1

Fonte: IBGE/GCEA-PAM-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2008.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2009.

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, outubro de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – out. 2010

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Indústria geral	5,3	10,2	10,7
Extrativa mineral	7,5	7,7	5,6
Indústria de transformação	5,2	10,4	11,0
Alimentos e bebidas	12,0	8,0	7,4
Celulose, papel e produtos de papel	-6,7	1,2	1,2
Refino de petróleo e álcool	10,9	28,4	24,1
Produtos químicos	2,8	3,1	7,6
Borracha e plástico	12,1	8,9	9,2
Minerais não metálicos	2,7	12,2	12,7
Metalurgia básica	3,2	12,5	8,9
Veículos automotores	2,0	7,6	19,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Devido à paralisação na produção de *Veículos automotores* na Bahia, ocorrida no mês de dezembro de 2008, o resultado do Índice mensal (base: igual mês do ano anterior = 100) no mês de dezembro de 2009 foi muito elevado (1.851.050,00), por isso está representado por um hífen (-).

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – out. 2009-out. 2010

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Outubro 2009	0,3	-8,3	-8,3
Novembro	4,4	-7,1	-7,8
Dezembro	24,1	-4,9	-4,9
Janeiro	25,0	25,0	-1,6
Fevereiro	8,2	16,4	-0,1
Março	9,6	14,0	0,8
Abril	24,7	16,5	4,4
Maió	18,0	16,8	7,0
Junho	1,5	14,0	6,9
Julho	15,1	14,1	9,2
Agosto	4,1	12,7	10,1
Setembro	-1,0	11,0	10,6
Outubro 2010	5,2	10,4	11,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – out. 2010				
				(%)
Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	Acumulado 12 meses (6)
Rural/irrigação	-3,8	9,2	10,5	11,2
Residencial	1,7	6,0	11,7	12,3
Industrial (1)	5,1	-6,6	3,2	4,4
Comercial	6,0	0,6	5,8	7,0
Utilidades públicas (2)	-7,3	-10,0	0,2	1,3
Setor público	25,8	15,6	7,9	8,9
Concessionária	7,7	-10,5	-4,0	-3,8
Total	3,5	-1,5	5,9	6,8

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – out. 2010			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	7,7	10,1	10,2
Combustíveis e lubrificantes	7,4	6,3	5,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,1	7,6	7,7
Hipermercados e supermercados	4,3	7,6	7,3
Tecidos, vestuário e calçados	1,0	9,2	10,1
Móveis e eletrodomésticos	19,1	19,8	19,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,1	12,2	12,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	8,5	5,2	9,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-11,3	16,3	16,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,9	7,1	8,4
Veículos, motos e peças	20,6	11,5	12,8
Material de construção	6,6	16,4	15,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Total de cheques compensados – Bahia – out. 2009-out. 2010

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)
Outubro 2009	4,3	-9,1	-11,1	7,3	-3,0	-2,3
Novembro	-3,3	0,7	-10,1	-5,2	8,7	-1,4
Dezembro	4,3	-11,0	-10,2	7,5	0,5	-1,2
Janeiro	-11,2	-11,9	-11,9	-10,5	-0,2	-0,2
Fevereiro	-6,4	-5,1	-8,7	0,0	13,8	6,3
Março	21,2	-4,5	-7,2	-6,3	-11,5	-0,1
Abril	-11,8	-7,1	-7,2	9,9	6,5	1,5
Maiο	2,9	1,6	-5,6	2,5	12,3	3,6
Junho	-2,8	-11,5	-6,6	-2,3	-0,2	3,0
Julho	0,0	-11,4	-7,3	3,0	1,6	2,7
Agosto	5,9	-4,3	-6,9	6,1	10,6	3,8
Setembro	-5,5	-6,4	-6,9	-2,8	7,3	4,2
Outubro 2010	-2,1	-12,1	-7,4	0,0	0,0	3,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Exportações, principais segmentos – Bahia – jan.-nov. 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2009	2010		
Químicos e petroquímicos	1.196.067	1.615.129	35,04	19,99
Papel e celulose	1.154.926	1.525.602	32,10	18,89
Petróleo e derivados	676.633	1.210.911	78,96	14,99
Soja e derivados	942.912	893.345	-5,26	11,06
Metalúrgicos	556.485	554.994	-0,27	6,87
Automotivo	356.765	455.387	27,64	5,64
Minerais	241.650	308.772	27,78	3,82
Cacau e derivados	216.651	271.116	25,14	3,36
Algodão e seus subprodutos	186.253	269.338	44,61	3,33
Borracha e suas obras	173.097	201.429	16,37	2,49
Frutas e suas preparações	110.092	124.646	13,22	1,54
Café e especiarias	106.561	119.942	12,56	1,48
Couros e peles	77.523	98.758	27,39	1,22
Calçados e suas partes	68.637	87.749	27,85	1,09
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	40.868	70.515	72,54	0,87
Sisal e derivados	61.350	58.343	-4,90	0,72
Fumo e derivados	20.135	22.521	11,85	0,28
Móveis e semelhantes	11.688	12.106	3,58	0,15
Demais segmentos	150.313	177.360	17,99	2,20
Total	6.348.606	8.077.963	27,24	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 18/11/2010.

Elaboração: SEI/CAC.

Exportações, principais países – Bahia – jan.-nov. 2009/2010

Países	Peso (ton.)		Var. (%)	(US\$ 1.000 FOB)		Variação (%)	Participação (%)
	2009	2010		2009	2010		
Estados Unidos	1.035.405	1.445.469	39,60	907.259	1.316.127	45,07	16,29
China	1.566.358	1.501.097	-4,17	993.682	1.098.665	10,57	13,60
Argentina	420.379	772.622	83,79	673.251	1.002.206	48,86	12,41
Países Baixos	1.016.223	815.802	-19,72	530.903	582.656	9,75	7,21
Antilhas Holandesas	750.465	939.405	25,18	237.526	429.432	80,79	5,32
Alemanha	698.375	546.994	-21,68	333.905	312.833	-6,31	3,87
Itália	445.264	329.445	-26,01	243.854	308.171	26,38	3,81
Bélgica	394.958	415.224	5,13	214.318	241.764	12,81	2,99
México	56.932	126.736	122,61	153.328	234.306	52,81	2,90
Coréia do Sul	236.661	167.674	-29,15	180.623	208.185	15,26	2,58
Demais países	2.661.651	3.010.027	-167,10	1.879.957	2.343.618	-268,74	29,01
Total	9.282.671	10.070.495	8,49	6.348.606	8.077.963	27,24	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 18/11/2010.

Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-out. 2010

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados		números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)					
Janeiro 2009	1.825	121,9	1.471	133,8	354	88,9	1.273	132,9	58,9	19,4	3.580
Fevereiro	1.823	121,8	1.469	133,7	354	88,9	1.283	133,9	58,7	19,4	3.587
Março	1.827	122,0	1.460	132,8	367	92,2	1.285	134,1	58,7	20,1	3.593
Abril	1.834	122,5	1.458	132,7	376	94,5	1.285	134,1	58,8	20,5	3.599
Mai	1.832	122,4	1.436	130,7	396	99,5	1.294	135,1	58,6	21,6	3.605
Junho	1.836	122,6	1.445	131,5	391	98,2	1.297	135,4	58,6	21,3	3.612
Julho	1.834	122,5	1.451	132,0	383	96,2	1.306	136,3	58,4	20,9	3.618
Agosto	1.835	122,6	1.468	133,6	367	92,2	1.312	137,0	58,3	20,0	3.624
Setembro	1.836	122,6	1.480	134,7	356	89,4	1.318	137,6	58,2	19,4	3.631
Outubro	1.846	123,3	1.501	136,6	345	86,7	1.315	137,3	58,4	18,7	3.637
Novembro	1.847	123,4	1.518	138,1	329	82,7	1.321	137,9	58,3	17,8	3.643
Dezembro	1.858	124,1	1.542	140,3	316	79,4	1.318	137,6	58,5	17,0	3.650
Janeiro 2010	1.849	123,5	1.522	138,5	327	82,2	1.333	139,1	58,1	17,7	3.656
Fevereiro	1.866	124,6	1.515	137,9	351	88,2	1.324	138,2	58,5	18,8	3.663
Março	1.867	124,7	1.495	136,0	372	93,5	1.330	138,8	58,4	19,9	3.669
Abril	1.871	125,0	1.516	137,9	355	89,2	1.333	139,1	58,4	19,0	3.676
Mai	1.853	123,8	1.516	137,9	337	84,7	1.358	141,8	57,7	18,2	3.682
Junho	1.873	125,1	1.560	141,9	313	78,6	1.345	140,4	58,2	16,7	3.688
Julho	1.867	124,7	1.551	141,1	316	79,4	1.358	141,8	57,9	16,9	3.695
Agosto	1.901	127,0	1.591	144,8	310	77,9	1.332	139,0	58,8	16,3	3.701
Setembro	1.882	125,7	1.577	143,5	305	76,6	1.357	141,6	58,1	16,2	3.708
Outubro	1.906	127,3	1.612	146,7	294	73,9	1.341	140,0	58,7	15,4	3.714
Variação mensal Out. 2010/set. 2010		1,3		2,2		-3,6		-1,2	1,0	-4,9	-
Variação no ano Out. 2010/dez. 2009		2,6		4,5		-7,0		1,7	0,3	-9,4	-
Variação anual Out. 2010/out. 2009		3,3		7,4		-14,8		2,0	0,5	-17,6	-

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego
Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-out. 2010

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2009	19,4	11,5	7,8	5,4	2,5	18,0	10,9	7,1	24,5	13,9	10,5
Fevereiro	19,4	11,5	7,9	5,2	2,6	17,8	11,0	6,9	25,2	13,7	11,5
Março	20,1	12,0	8,1	5,6	2,5	17,9	10,9	6,9	28,8	16,2	12,6
Abril	20,5	12,7	7,8	5,5	2,3	18,2	11,5	6,7	29,4	17,4	11,9
Maio	21,6	13,6	8,1	5,6	2,4	19,2	12,1	7,2	30,6	19,2	11,4
Junho	21,3	13,9	7,5	5,1	2,3	19,3	12,6	6,7	28,9	18,6	10,2
Julho	20,9	13,3	7,6	5,4	2,2	18,9	12,1	6,9	28,4	17,9	10,5
Agosto	20,0	12,8	7,2	4,9	2,3	18,5	11,9	6,7	26,0	16,4	9,6
Setembro	19,4	12,0	7,4	5,1	2,3	18,4	11,2	7,2	23,9	15,4	8,5
Outubro	18,7	11,4	7,3	5,1	2,2	17,5	10,5	7,1	23,6	15,3	8,3
Novembro	17,8	11,0	6,8	4,9	1,9	16,3	9,8	6,6	23,7	15,9	7,9
Dezembro	17,0	10,6	6,4	4,5	1,9	15,4	9,4	6,0	22,9	15,1	7,9
Janeiro 2010	17,7	11,1	6,6	4,4	2,2	16,2	10,1	6,1	23,0	14,7	8,4
Fevereiro	18,8	11,6	7,2	4,9	2,4	17,6	10,7	6,9	23,3	14,8	8,5
Março	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5	18,6	11,4	7,2	25,0	16,2	8,8
Abril	19,0	12,2	6,8	4,8	2,0	17,7	11,2	6,5	24,2	16,2	8,0
Maio	18,2	12,3	6,0	4,2	1,7	16,7	11,1	5,6	23,8	16,6	7,2
Junho	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6	15,2	10,4	4,8	22,0	14,9	7,1
Julho	16,9	11,6	5,2	3,6	1,7	15,2	10,6	4,5	23,1	15,3	7,8
Agosto	16,3	10,8	5,5	3,6	1,9	14,9	10,1	4,8	21,7	13,5	8,1
Setembro	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8	15,2	10,1	5,0	20,4	12,9	7,5
Outubro	15,4	10,1	5,3	3,6	1,7	14,9	9,7	5,2	17,6	11,7	(1)
Variação mensal Out. 2010/set. 2010	-4,9	-5,6	-3,6	-2,7	-5,6	-2,0	-4,0	4,0	-13,7	-9,3	-
Variação no ano Out. 2010/dez. 2009	-9,4	-4,7	-17,2	-20,0	-10,5	-3,2	3,2	-13,3	-23,1	-22,5	-
Variação anual Out. 2010/out. 2009	-17,6	-11,4	-27,4	-29,4	-22,7	-14,9	-7,6	-26,8	-25,4	-23,5	-

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-out. 2010

Períodos	Total (1)	Setores de atividade econômica					
		Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção (2)	Serviços pessoais (3)	Serviços domésticos
Janeiro 2009	100,0	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2
Fevereiro	100,0	9,0	6,2	16,6	32,7	26,1	8,5
Março	100,0	8,5	6,2	16,0	33,1	26,7	8,5
Abril	100,0	8,5	6,0	15,0	33,4	27,9	8,1
Maiο	100,0	7,8	6,3	16,0	33,4	27,7	7,9
Junho	100,0	8,2	6,5	16,9	32,1	27,4	7,9
Julho	100,0	7,9	6,9	16,9	32,5	26,9	8,0
Agosto	100,0	7,9	6,5	16,8	32,8	27,1	7,9
Setembro	100,0	7,7	6,4	16,9	33,5	26,8	7,9
Outubro	100,0	8,0	6,5	16,7	33,1	27,2	7,4
Novembro	100,0	8,4	6,8	16,3	33,4	26,6	7,4
Dezembro	100,0	8,8	7,1	15,8	33,4	27,0	6,9
Janeiro 2010	100,0	8,8	7,0	16,3	33,0	27,2	6,7
Fevereiro	100,0	8,5	6,8	16,7	31,9	28,3	7,0
Março	100,0	8,2	6,9	16,4	32,1	28,1	7,3
Abril	100,0	7,9	6,9	16,7	33,1	26,7	7,7
Maiο	100,0	8,2	7,1	17,1	33,6	25,5	7,8
Junho	100,0	8,2	7,0	17,4	33,8	25,3	7,5
Julho	100,0	8,5	7,2	16,3	34,0	25,8	7,4
Agosto	100,0	8,3	7,2	15,6	34,4	26,2	7,5
Setembro	100,0	8,1	7,4	15,8	34,1	26,2	7,5
Outubro	100,0	7,7	7,6	16,3	33,4	26,4	7,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem outros setores de atividade.

(2) Incluem transporte e armazenagem; utilidade pública; especializados; administração pública, forças armadas e polícia; ccreditícios e financeiros; comunicação; diversão, radiodifusão e teledifusão; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação e limpeza.

(3) Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

**Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-out. 2010**

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/ carteira assin.	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3
Fevereiro	64,2	41,0	9,4	13,8	22,5	19,3	3,2	2,9	8,5	1,9
Março	64,7	40,8	9,5	14,4	21,9	19,3	2,6	2,8	8,5	2,1
Abril	65,7	41,4	9,2	15,1	21,3	18,6	2,7	3	8,1	1,9
Maio	66,1	42,2	9,0	14,9	20,9	18,3	2,7	3	7,9	2,1
Junho	66,2	42,4	9,1	14,6	21,2	18,4	2,8	2,9	7,9	1,8
Julho	65,5	41,6	9,2	14,6	21,9	19,2	2,7	2,7	8,0	1,9
Agosto	65,4	41,8	9,0	14,5	22,1	19,3	2,7	2,6	7,9	2,0
Setembro	65,3	41,8	9,4	14,0	22,1	19,2	2,9	2,6	7,9	2,1
Outubro	65,7	42,0	9,5	14,2	22,1	19,0	3,0	2,7	7,4	2,1
Novembro	65,2	41,2	10,0	13,9	22,4	19,6	2,8	2,8	7,4	2,2
Dezembro	66,0	42,2	9,5	14,2	22,4	20,0	2,4	2,8	6,9	1,9
Janeiro 2010	66,3	43,2	9,2	13,8	22,1	19,8	2,3	2,8	6,7	2,1
Fevereiro	67,0	44,4	9,0	13,5	21,0	18,5	2,5	3,0	7,0	2,0
Março	66,9	44,2	9,4	13,3	20,6	18,0	2,6	3,2	7,3	2,0
Abril	66,7	44,4	9,0	13,3	20,2	17,7	2,5	3,4	7,7	2,0
Maio	67,0	44,5	8,5	13,8	20,1	17,7	2,4	3,2	7,8	1,9
Junho	67,2	45,1	8,1	14,0	19,4	16,8	2,6	3,2	7,5	2,7
Julho	67,6	44,8	8,5	14,4	19,4	16,8	2,6	3,0	7,4	2,6
Agosto	67,0	43,7	8,6	14,7	19,9	17,3	2,6	3,0	7,5	2,6
Setembro	67,1	43,5	9,0	14,5	20,3	17,5	2,8	3,1	7,5	2,0
Outubro	66,7	43,4	9,1	14,2	20,2	17,4	2,8	3,2	7,4	2,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

**Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-set. 2010**

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2009	1.009	103,2	1.116	103,2	727	109,9
Fevereiro	1.012	103,5	1.119	103,5	731	110,4
Março	1.042	106,5	1.144	105,8	737	111,3
Abril	1.031	105,4	1.133	104,8	720	108,8
Mai	1.030	105,3	1.129	104,4	704	106,4
Junho	999	102,2	1.117	103,3	702	106,1
Julho	994	101,6	1.103	101,9	714	107,8
Agosto	999	102,2	1.109	102,5	752	113,6
Setembro	1.004	102,6	1.109	102,5	723	109,2
Outubro	1.018	104,1	1.131	104,6	719	108,6
Novembro	1.034	105,7	1.152	106,5	721	108,9
Dezembro	1.030	105,3	1.140	105,4	728	109,9
Janeiro 2010	1.036	105,9	1.137	105,1	741	112,0
Fevereiro	1.034	105,7	1.130	104,5	737	111,4
Março	1.072	109,6	1.170	108,1	762	115,2
Abril	1.075	109,9	1.165	107,7	759	114,6
Mai	1.095	111,9	1.168	108,0	776	117,2
Junho	1.081	110,5	1.164	107,6	751	113,5
Julho	1.106	113,1	1.196	110,6	782	118,1
Agosto	1.076	110,1	1.176	108,7	758	114,6
Setembro	1.085	111,0	1.173	108,5	744	112,4
Variação mensal						
Set. 2010/ago. 2010		0,8		-0,2		-1,9
Variação no ano						
Set. 2010/dez. 2009		5,3		2,9		2,3
Variação anual						
Set. 2010/set. 2009		8,1		5,8		2,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de setembro – 2010.

(4) Base: Média de 2000 = 100

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-set. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral dos ocupados					
	Total (2)	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º grau incompleto	2º grau completo/ 3º grau incompleto	3º grau completo
Janeiro 2009	1009	(3)	542	626	1.008	2.570
Fevereiro	1012	(3)	547	633	990	2.511
Março	1042	(3)	552	638	996	2.537
Abril	1031	(3)	546	612	991	2.542
Maio	1030	(3)	561	609	991	2.580
Junho	999	(3)	554	611	960	2.561
Julho	994	(3)	545	626	963	2.433
Agosto	999	(3)	532	646	985	2.383
Setembro	1004	(3)	548	659	990	2.324
Outubro	1018	(3)	554	665	993	2.418
Novembro	1034	(3)	559	674	998	2.420
Dezembro	1030	(3)	565	688	1.005	2.332
Janeiro 2010	1036	(3)	579	690	1.009	2.328
Fevereiro	1034	(3)	584	688	988	2.417
Março	1072	(3)	579	679	993	2.599
Abril	1075	(3)	577	663	997	2.659
Maio	1095	(3)	571	654	1.006	2.748
Junho	1081	(3)	568	652	1.014	2.669
Julho	1106	(3)	556	683	1.041	2.654
Agosto	1076	(3)	579	672	1.058	2.391
Setembro	1085	(3)	589	653	1.068	2.449

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de junho – 2010.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-set. 2010

Trimestres	Total (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (3)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2009	1.116	927	1.204	767	911	1.002	587	1.830
Fevereiro	1.119	914	1.188	742	907	981	605	1.858
Março	1.144	921	1.206	755	917	991	594	1.909
Abril	1.133	916	1.252	713	916	979	604	1.886
Maiο	1.129	920	1.238	723	912	985	607	1.873
Junho	1.117	916	1.239	720	903	980	616	1.825
Julho	1.103	903	1.127	752	891	969	584	1.815
Agosto	1.109	912	1.232	758	890	982	598	1.849
Setembro	1.109	917	1.189	764	893	988	598	1.846
Outubro	1.131	939	1.250	767	920	1.014	625	1.871
Novembro	1.152	973	1.225	769	972	1.046	643	1.837
Dezembro	1.140	983	1.248	762	982	1.053	646	1.745
Janeiro 2010	1.137	985	1.259	762	984	1.056	613	1.764
Fevereiro	1.130	965	1.201	764	969	1.041	574	1.826
Março	1.170	966	1.259	785	960	1.042	557	2.060
Abril	1.165	967	1.244	790	958	1.043	551	1.997
Maiο	1.168	958	1.231	808	931	1.027	554	2.042
Junho	1.164	979	1.198	813	980	1.042	621	1.896
Julho	1.196	997	1.251	829	990	1.059	659	1.956
Agosto	1.176	1.008	1.268	837	1.013	1.073	674	1.820
Setembro	1.173	1.006	1.282	823	1.016	1.077	648	1.826
Variação mensal Set. 2010/ago. 2010	-0,2	-0,2	1,1	-1,7	0,3	0,3	-3,9	0,3
Variação no ano Set. 2010/dez. 2009	2,9	2,3	2,7	8,0	3,5	2,3	0,3	4,7
Variação anual Set. 2010/Set. 2009	5,8	9,7	7,9	7,8	13,8	9,0	8,4	-1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de junho – 2010.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-set. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2009	211	434	628	1.061	2.121	434	471	710	1.255	2.197
Fevereiro	211	438	625	1.057	2.114	434	485	700	1.255	2.189
Março	229	464	623	1.143	2.092	433	484	685	1.250	2.292
Abril	249	483	623	1.142	2.083	483	484	680	1.246	2.181
Maio	238	482	622	1.038	2.078	482	483	685	1.246	2.284
Junho	208	480	617	1.038	2.072	480	482	702	1.243	2.273
Julho	237	480	619	1.036	2.068	480	482	723	1.241	2.244
Agosto	247	479	618	1.033	2.066	479	481	720	1.235	2.246
Setembro	256	478	618	1.033	2.060	478	480	720	1.234	2.161
Outubro	247	478	617	1.130	2.059	478	479	720	1.234	2.270
Novembro	246	478	617	1.194	2.137	478	493	721	1.335	2.362
Dezembro	257	477	616	1.231	2.135	477	513	754	1.334	2.325
Janeiro 2010	304	477	657	1.218	2.095	477	518	761	1.283	2.317
Fevereiro	302	512	659	1.141	2.058	477	517	756	1.231	2.258
Março	301	512	659	1.206	2.155	512	518	754	1.220	2.346
Abril	301	509	655	1.174	2.205	509	513	720	1.210	2.336
Maio	299	507	673	1.193	2.311	507	512	724	1.215	2.322
Junho	299	506	677	1.192	2.298	506	509	747	1.263	2.316
Julho	299	507	696	1.199	2.316	507	510	760	1.304	2.485
Agosto	300	510	697	1.199	2.199	508	510	785	1.322	2.391
Setembro	299	509	697	1.200	2.203	509	510	780	1.317	2.403
Variação mensal set-2010/ago-2010	-0,3	-0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	-0,6	-0,4	0,5
Variação no ano set-2010/dez-2009	16,5	6,7	13,2	-2,6	3,2	6,7	-0,6	3,4	-1,3	3,4
Variação anual set-2010/set-2009	16,6	6,5	12,8	16,1	6,9	6,5	6,2	8,3	6,7	11,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de junho – 2010.

(2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação mensal do emprego Bahia – jan. 2009-nov. 2010					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2009	71.170	7.258	22.683	14.524	28.099
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
Maiο	9.060	1.870	624	1.390	2.086
Junho	6.119	278	950	720	1.514
Julho	9.792	995	3.824	980	2.532
Agosto	11.085	2.491	3.780	2.281	4.343
Setembro	10.765	2.624	3.486	2.750	3.524
Outubro	7.443	2.117	1.932	2.592	2.834
Novembro	13.241	-224	4.549	4.647	5.953
Dezembro	-4.254	-1.244	-1.490	1.000	1.097
2010	108.705	18.757	29.593	16.564	34.225
Janeiro	14.424	2.418	4.029	1.578	3.972
Fevereiro	6.088	1.505	2.766	1.324	1.198
Março	10.226	3.146	4.348	-723	2.033
Abril	10.590	2.341	2.600	518	1.436
Maiο	16.301	2.663	2.620	1.659	3.855
Junho	3.705	-343	1.184	775	961
Julho	8.137	1.080	4.385	-856	3.104
Agosto	11.207	2.313	3.591	1.070	5.657
Setembro	10.287	2.060	1.591	2.223	3.962
Outubro	7.059	1.184	-351	3.756	3.858
Novembro	10.681	390	2.830	5.240	4.189
dez. 2009 – nov. 2010	104.451	17.513	28.103	17.564	35.322

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Flutuação mensal do emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-nov. 2010

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2009	39.965	-258	15.199	5.159	19.750
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fevereiro	-1.219	-649	-489	-359	333
Março	2.810	-620	1.529	-295	2.185
Abril	3.065	-371	2.173	222	1.134
Maio	1.970	-152	238	348	1.471
Junho	1.474	-258	163	425	1.177
Julho	4.894	242	2.753	320	1.697
Agosto	7.370	344	2.978	771	2.904
Setembro	6.964	980	2.185	1.472	2.313
Outubro	3.609	56	870	988	1.672
Novembro	10.619	457	3.302	2.003	4.731
Dezembro	-445	-388	-881	443	374
2010	59.026	5.118	24.124	6.841	22.184
Janeiro	7.622	834	3.804	630	2.454
Fevereiro	3.699	321	1.631	439	1.234
Março	5.774	914	3.690	-427	1.532
Abril	2.981	653	1.815	122	478
Maio	6.361	1.117	1.422	962	2.706
Junho	674	-1.130	1.275	112	525
Julho	5.913	355	4.053	-725	2.039
Agosto	7.805	584	3.089	308	3.566
Setembro	4.688	671	885	832	2.049
Outubro	5.277	324	-1	1.766	3.141
Novembro	8.232	475	2.461	2.822	2.460
dez. 2009 – nov. 2010	58.581	4.730	23.243	7.284	22.558

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Demonstrativo das receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010						
(R\$ 1.000)						
Receita realizada	2010			2009		
	Maió-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	144.750.551	165.005.087	309.755.638	129.109.495	139.938.198	269.047.693
Receitas correntes	130.437.778	147.916.533	278.354.311	116.321.692	130.771.750	247.093.442
Receita tributária	41.210.825	43.448.560	84.659.385	36.388.668	35.477.705	71.866.373
Impostos	40.633.378	42.822.932	83.456.310	35.909.920	34.934.275	70.844.195
Taxas	577.447	625.628	1.203.075	479	543	1.022
Receita de contribuições	72.392.943	77.459.211	149.852.154	60.933.364	65.822.614	126.755.978
Contribuições sociais	70.393.861	75.109.120	145.502.981	59.442.917	63.971.982	123.414.899
Contribuições econômicas	1.999.082	2.350.090	4.349.172	1.490.447	1.850.632	3.341.079
Receita patrimonial	5.817.447	14.269.013	20.086.460	8.899.841	15.986.402	24.886.243
Receitas imobiliárias	175.949	124.129	300.078	150	124	274
Receitas de valores mobiliários	3.058.383	9.316.779	12.375.162	6.279.272	11.017.176	17.296.448
Receita de concessões e permissões	64.080	69.361	133.441	566	1.020.182	1.020.748
Compensações financeiras	2.517.846	4.757.845	7.275.691	1.902.408	3.822.725	5.725.133
Outras receitas patrimoniais	1.189	900	2.089	2	2	4
Receita agropecuária	3.596	2.559	6.155	4	3	7
Receita da produção vegetal	2.299	916	3.215	2	2	4
Receita da produção animal e derivados	1.284	1.653	2.937	2	2	3
Outras receitas agropecuárias	12	-10	2	-19	38	19
Receita industrial	87.219	78.872	166.091	83	92	176
Receita da indústria de transformação	87.219	78.872	166.091	83	92	176
Receita de serviços	5.527.169	8.460.115	13.987.284	4.942.211	7.309.022	12.251.233
Transferências correntes	30.115	23.559	53.674	21	21	42
Transferências intergovernamentais	0	662	662	-	-	0
Transferências de instituições privadas	155	79	234	210	320	530
Transferências do exterior	-120	319	199	-427	10	-417
Transferências de pessoas	137	83	220	75	80	155
Transferências de convênios	29.881	22.339	52.220	21	11	32
Transferências para o combate à fome	63	78	141	57	73	130
Outras receitas correntes	5.363.614	4.164.107	9.527.721	5.035.585	6.062.233	11.097.818
Multas e juros de mora	1.915.396	1.911.813	3.827.209	2.193.604	2.245.861	4.439.465
Indenizações e restituições	923.496	509.355	1.432.851	751	607	1.358
Receita da dívida ativa	427.602	576.394	1.003.996	643	553	1.196
Receitas diversas	2.097.120	1.166.544	3.263.664	1.447.714	643	1.448.357
Receitas de capital	14.312.773	17.088.555	31.401.328	12.787.803	9.166.448	21.954.251
Operações de crédito	4.803.772	7.299.616	12.103.388	636	108	744
Operações de crédito internas	4.757.279	5.222.477	9.979.756	137	73	210
Operações de crédito externas	46.493	2.077.139	2.123.632	499	35	534
Alienação de bens	79.573	86.115	165.688	499	76	575
Alienação de bens móveis	42.864	62.562	105.426	28	46	74
Alienação de bens imóveis	36.709	23.554	60.263	13	30	43
Amortizações de empréstimos	3.530.779	4.711.530	8.242.309	5.880.559	3.224.844	9.105.403
Transferências de capital	8.563	19.111	27.674	9	19	29

(Conclusão)

Demonstrativo das receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010						
(R\$ 1.000)						
Receita realizada	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Transferências do exterior	0	0	0	-	9	9
Transferências de pessoas	0	4	4	-	186	186
Transferência de outras instituições públicas	10	0	10	42	12	54
Transferências de convênios	8.553	19.108	27.661	9	19	28
Outras receitas de capital	5.890.086	4.972.182	10.862.268	6.233.946	5.738.080	11.972.026
Resultado do banco central do Brasil	0	0	0	-	-	0
Remuneração das disponibilidades	5.890.083	4.972.009	10.862.092	6.233.910	5.738.080	11.971.990
Receita dívida ativa alienação estoques de café	3	173	176	-	-	0
Outras receitas	0	0	0	36	-	36
Receita (intra orçamentária) (II)	1.796.373	1.968.615	3.764.988	1.655.067	1.722.710	3.377.777
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	146.546.924	166.973.702	313.520.626	130.764.562	141.660.908	130.764.562
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	48.828.932	110.652.373	159.481.305	93.639.290	51.157.195	144.796.485
Operações de crédito internas	48.828.932	109.678.348	158.507.280	92.416.788	50.103.246	142.520.034
Mobiliária	48.828.932	109.678.348	158.507.280	92.416.788	50.103.246	142.520.034
Operações de crédito externas	0	974.025	974.025	1.222.502	1.053.949	2.276.451
Mobiliária	0	974.025	974.025	1.222.502	1.053.949	2.276.451
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	195.375.856	277.626.075	473.001.931	224.403.852	192.818.103	417.221.955
Déficit (VI)	-	-	0	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	195.375.856	277.626.075	473.001.931	224.403.852	192.818.103	417.221.955
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	0	-	-	0

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas correntes	1.796.373	1.968.615	3.764.988	1.655.067	1.722.710	3.377.777
Receita tributária	567	-548	19	243	-149	94
Impostos	555	-574	-19	211	-172	39
Taxas	12	25	37	33	22	55
Receita de contribuições	1.763.430	1.938.986	3.702.416	1.623.090	1.687.206	3.310.296
Contribuições sociais	1.763.430	1.938.981	3.702.411	1.623.081	1.687.205	3.310.286
Receita patrimonial	465	369	834	5.128	509	5.637
Receitas imobiliárias	362	210	572	239	454	693
Receitas de valores mobiliários	83	116	199	5	14	19
Receita de concessões e permissões	20	42	62	65	41	106
Compensações financeiras	0	0	0	0	0	0
Receita industrial	20.760	18.088	38.848	22	27	49
Receita da indústria de transformação	20.760	18.088	38.848	21.923	27	21.950
Receita de serviços	8.799	9.866	18.665	3.937	5	3.942
Outras receitas correntes	2.352	1.854	4.206	746	3	749
Multas e juros de mora	489	-2.280	-1.791	131	60	191
Indenizações e restituições	1.660	576	2.236	280	3	283
Receitas correntes diversas	203	3.557	3.760	335	206	541
Total	1.796.373	1.968.615	3.764.988	1.655.067	1.722.710	3.377.777

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Demonstrativo das despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010

(R\$ 1.000)

Despesa executada	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	186.304.508	191.908.552	378.213.060	131.140.264	139.104.336	270.244.600
Despesas correntes	137.599.222	164.925.931	302.525.153	123.479.611	125.543.894	249.023.505
Pessoal e encargos sociais	28.310.589	26.476.282	54.786.871	25.573.114	23.615.260	49.188.374
Juros e encargos da dívida	16.618.167	34.857.303	51.475.470	15.088.103	26.276.331	41.364.434
Outras despesas correntes	92.670.465	103.592.346	196.262.811	82.818.395	75.652.303	158.470.698
Transferência a estados, DF e municípios	34.850.014	30.228.251	65.078.265	31.872.739	22.892.895	54.765.634
Benefícios previdenciários	38.139.936	48.472.047	86.611.983	33.938.254	31.537.334	65.475.588
Demais despesas correntes	19.680.515	24.892.048	44.572.563	17.007.402	21.222.075	38.229.477
Despesas de capital	48.705.287	26.982.621	75.687.908	7.660.653	13.560.443	21.221.096
Investimentos	2.783.466	4.610.834	7.394.300	1.775.852	2.146.938	3.922.790
Inversões financeiras	6.051.863	4.877.717	10.929.580	5.084.753	3.900.100	8.984.853
Amortização da dívida	39.869.957	17.494.069	57.364.026	800	7.513.404	7.514.204
Reserva de contingência	0	0	0	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	2.197.662	2.352.062	4.549.724	2.016.164	2.083.376	4.099.540
Despesas correntes	2.076.250	2.171.029	4.247.279	1.850.347	1.932.296	3.782.643
Pessoal e encargos sociais	1.985.405	2.079.078	4.064.483	1.781.201	1.858.933	3.640.134
Outras despesas correntes	90.845	91.950	182.795	69	73	143
Demais despesas correntes	90.845	91.950	182.795	69	73	143
Despesas de capital	121.412	181.034	302.446	166	151	317
Investimentos	1.500	1.777	3.277	1	3	4
Inversões financeiras	119.912	179.257	299.169	165	148	313
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	188.502.171	194.260.614	382.762.785	133.156.428	141.187.713	274.344.141
Amortização da dívida – refinanciamento (XI)	7.695.691	105.837.526	113.533.217	50.552.846	50.239.678	100.792.524
Amortização da dívida interna	6.579.981	104.862.574	111.442.555	49.399.992	49.333.759	98.733.751
Dívida mobiliária	6.579.728	104.862.313	111.442.041	49.399.961	49.333.759	98.733.720
Outras dívidas	253	261	514	31	0	31
Amortização da dívida externa	1.115.710	974.952	2.090.662	1.152.854	906	1.153.760
Dívida mobiliária	622.785	755.614	1.378.399	670	766	1.436
Outras dívidas	492.925	219.338	712.263	483	140	622
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	196.197.861	300.098.140	496.296.001	183.709.274	191.427.390	375.136.664
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	196.197.861	300.098.140	496.296.001	183.709.274	191.427.390	375.136.664

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Estado

(Continua)

Balço Orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010						
(R\$ 1,00)						
Receita realizada	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.974.226.447	3.712.239.605	7.686.466.052	3.467.553.654	3.684.277.403	7.151.831.056
Receitas correntes	3.774.816.408	3.588.923.595	7.363.740.003	3.390.039.285	3.028.924.152	6.418.963.437
Receita tributária	2.283.184.109	2.082.946.408	4.366.130.517	1.815.881.152	1.832.821.761	3.648.702.913
Impostos	2.214.062.851	1.994.753.423	4.208.816.274	1.751.568.764	1.752.527.019	3.504.095.783
Taxas	69.121.258	88.192.985	157.314.243	64.312.388	80.294.742	144.607.130
Contribuição de melhoria	-	-	0	-	-	0
Receita de contribuições	221.064.871	224.680.220	445.745.091	201.248.980	190.606.067	391.855.047
Contribuições sociais	221.064.871	224.680.220	445.745.091	201.248.980	190.606.067	391.855.047
Contribuições econômicas	-	-	0	-	-	0
Receita patrimonial	40.327.149	228.895.234	269.222.384	46.841.433	36.843.631	83.685.064
Receitas imobiliárias	5.371.696	3.367.567	8.739.264	2.244.713	2.160.340	4.405.053
Receitas de valores mobiliários	34.945.764	43.808.145	78.753.908	44.351.507	28.222.140	72.573.648
Receitas de concessões e permissões	-9.323	1.577.059	1.567.736	224.012	4.133.519	4.357.531
Outras receitas patrimoniais	19.012	-	19.012	21.201	2.327.632	2.348.833
Receita agropecuária	5.386	53.175	58.561	68.054	46.991	115.045
Receita da produção vegetal	1.544	975	2.519	-	9.796	9.796
Receita da produção animal e derivados	2.579	49.485	52.064	67.350	32.719	100.069
Outras receitas agropecuárias	1.263	2.715	3.978	704	4.476	5.180
Receita industrial	-	-	0	3.227	-	3.227
Receita da indústria de transformação	-	-	0	3.227	-	3.227
Receita da indústria de construção	-	-	0	-	-	0
Outras receitas industriais	-	-	0	-	-	0
Receita de serviços	17.001.817	16.216.035	33.217.852	11.168.753	19.141.839	30.310.592
Transferências correntes	1.489.074.332	1.291.372.535	2.780.446.868	1.584.910.346	1.161.615.555	2.746.525.902
Transferências intergovernamentais	1.465.321.600	1.243.169.060	2.708.490.660	1.514.950.210	1.110.588.528	2.625.538.739
Transferências de instituições privadas	-	68.960	68.960	-	117.608	117.608
Transferências do exterior	-	-	0	-	344.741	344.741
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	0
Transferências de convênios	23.752.733	48.134.515	71.887.247	69.960.136	50.564.677	120.524.813
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	0
Outras receitas correntes	219.660.716	161.679.893	381.340.609	131.588.383	153.127.818	284.716.200
Multas e juros de mora	22.651.306	26.870.537	49.521.843	23.021.263	25.665.768	48.687.031
Indenizações e restituições	4.352.031	14.503.024	18.855.054	4.847.492	5.110.948	9.958.439
Receita da dívida ativa	111.285.332	5.617.578	116.902.909	1.579.368	1.609.353	3.188.721
Receitas diversas	81.372.048	114.688.755	196.060.803	102.140.260	120.741.750	222.882.010
Conta retificadora da receita orçamentária	-495.501.973	-416.919.906	-912.421.879	-401.671.043	-365.279.510	-766.950.553
Receitas de capital	199.410.039	123.316.010	322.726.049	77.514.369	655.353.251	732.867.620
Operações de crédito	35.378.611	26.073.547	61.452.158	5.212.427	590.733.733	595.946.160
Operações de crédito internas	2.524.284	3.896.363	6.420.647	1.328.096	193.352.121	194.680.217
Operações de crédito externas	32.854.328	22.177.184	55.031.512	3.884.331	397.381.613	401.265.943
Alienação de bens	2.051.328	133.776	2.185.104	1.261.232	677.080	1.938.312
Alienação de bens móveis	1.766.933	90.740	1.857.673	1.261.232	467.137	1.728.369
Alienação de bens imóveis	284.395	43.036	327.431	-	209.943	209.943
Amortização de empréstimos	11.570.573	13.914.790	25.485.363	9.451.511	17.757.466	27.208.977

(Conclusão)

Balço Orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Transferências de capital	150.409.528	83.175.758	233.585.285	61.589.198	46.190.477	107.779.676
Transferências intergovernamentais	23.033.835	-	23.033.835	9.267.708	-	9.267.708
Transferências de instituições privadas	-	-	0	-	-	0
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	0
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	0
Transferências de outras instituições públicas	-	-	0	-	-	0
Transferências de convênios	127.375.693	83.175.758	210.551.451	52.321.491	46.190.477	98.511.968
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	0
Outras receitas de capital	-	18.138	18.138	-	-5.505	-5.505
Integralização do capital social	-	-	0	-	-	0
Dív. atv. trov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	0	-	-	0
Restituições	-	-	0	-	-	0
Outras receitas	-	18.138	18.138	-	-5.505	-5.505
Receitas (intraorçamentárias) (II)	236.180.232	247.833.928	484.014.160	215.388.223	217.658.513	433.046.736
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	4.210.406.679	3.960.073.533	8.170.480.212	3.682.941.877	3.901.935.916	7.584.877.793
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	0
Operações de crédito internas	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	-	-	0
Operações de crédito externas	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	-	-	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	4.210.406.679	3.960.073.533	8.170.480.212	3.682.941.877	3.901.935.916	7.584.877.793
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	4.210.406.679	3.960.073.533	8.170.480.212	3.682.941.877	3.901.935.916	7.584.877.793
Saldos de exercícios anteriores				-	-	0

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas correntes	236.180.232	247.833.928	484.014.160	215.388.223	217.658.513	433.046.736
Receita de contribuições	235.658.997	244.292.318	479.951.315	212.279.612	217.345.800	429.625.412
Contribuições sociais	235.658.997	244.292.318	479.951.315	212.279.612	217.345.800	429.625.412
Receita de serviços	521.235	3.541.610	4.062.845	3.108.611	312.714	3.421.325
Total	236.180.232	247.833.928	484.014.160	215.388.223	217.658.513	433.046.736

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Balanço orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.802.677.004	3.892.473.996	7.695.151.000	3.052.923.284	3.443.304.651	6.496.227.935
Despesas correntes	3.282.557.531	3.293.588.529	6.576.146.060	2.661.368.260	2.955.454.567	5.616.822.826
Pessoal e encargos sociais	1.574.914.957	1.611.999.844	3.186.914.801	1.433.730.441	1.441.736.581	2.875.467.022
Juros e encargos da dívida	79.713.820	90.419.039	170.132.859	85.624.491	90.055.975	175.680.466
Outras despesas correntes	1.627.928.754	1.591.169.646	3.219.098.400	1.142.013.328	1.423.662.010	2.565.675.338
Transferências a municípios	600.091.287	540.761.231	1.140.852.517	463.518.015	473.932.177	937.450.192
Demais despesas correntes	1.027.837.467	1.050.408.416	2.078.245.883	678.495.313	949.729.833	1.628.225.146
Despesas de capital	520.119.473	598.885.467	1.119.004.940	391.555.024	487.850.085	879.405.109
Investimentos	356.054.334	362.807.379	718.861.713	131.319.724	265.632.339	396.952.063
Inversões financeiras	21.764.900	87.923.299	109.688.199	46.209.209	49.315.986	95.525.195
Amortização da dívida	142.300.239	148.154.789	290.455.028	214.026.091	172.901.759	386.927.850
Reserva de contingência	-	-	0	-	-	0
Reserva do RPPS	-	-	0	-	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	236.846.444	261.775.535	498.621.979	218.483.883	225.179.818	443.663.701
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	4.039.523.448	4.154.249.531	8.193.772.978	3.271.407.167	3.668.484.470	6.939.891.636
Amortização da dívida/refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	0
Amortização da dívida interna	-	-	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Outras dívidas	-	-	0	-	-	0
Amortização da dívida externa	-	-	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Outras dívidas	-	-	0	-	-	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	4.039.523.448	4.154.249.531	8.193.772.978	3.271.407.167	3.668.484.470	6.939.891.636
Superávit (VI)	-	-	0	-	-	0
Total (VIII) = (V + VI)	4.039.523.448	4.154.249.531	8.193.772.978	3.271.407.167	3.668.484.470	6.939.891.636

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas correntes	236.846.444	261.710.222	498.556.666	218.483.883	225.179.818	443.663.701
Pessoal e encargos sociais	193.088.938	202.660.687	395.749.625	217.124.156	222.017.052	439.141.209
Outras despesas correntes	43.757.506	59.049.535	102.807.040	1.359.726	3.162.766	4.522.493
Despesas de capital	-	65.313	65.313	-	-	0
Investimentos	-	65.313	65.313	-	-	0
Total	236.846.444	261.775.535	498.621.979	218.483.883	225.179.818	443.663.701

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2009-ago. 2010

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Janeiro	810.970	1.022.833	34.657	28.914	845.627	1.051.747
Fevereiro	801.240	878.417	52.661	68.300	853.902	946.717
Março	713.872	861.232	50.502	63.356	764.374	924.588
Abril	776.584	1.019.653	55.207	68.415	831.791	1.088.068
Maiο	836.838	1.217.826	78.041	87.614	914.879	1.305.441
Junho	775.248	935.344	90.239	101.402	865.487	1.036.746
Julho	806.720	923.428	94.934	99.145	901.654	1.022.573
Agosto	823.385	925.129	84.955	100.193	908.340	1.025.323
Setembro	864.030	997.821	77.583	89.678	941.613	1.087.499
Outubro	901.385	977.296	48.331	54.714	949.716	1.032.010
Novembro	902.751	...	33.708	...	936.459	...
Dezembro	838.339	...	45.815	...	884.154	...
Total	9.851.361	9.758.982	746.635	761.731	10.597.997	10.520.713

Fonte: Sefaz–Balancetes mensais.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível.

Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação – Brasil – maio-ago. 2009/2010

(R\$ 1.000,00)

Unidade da Federação	2010					2009				
	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Acumulado maio-ago.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Acumulado maio-ago.
Norte	1.283.658	1.281.087	1.279.786	1.294.833	5.139.364	1.005.024	995.574	1.028.023	1.066.233	4.094.854
Acre	53.017	46.078	48.019	52.286	199.400	34.342	37.731	35.698	0	107.771
Amazonas	488.851	467.619	477.421	495.282	1.929.173	389.193	326.268	322.312	354.720	1.392.493
Pará	412.044	439.580	432.552	424.383	1.708.559	310.900	351.888	363.678	389.334	1.415.800
Rondônia	173.352	194.664	190.713	184.810	743.539	137.350	139.034	163.299	161.345	601.028
Amapá	35.365	38.637	33.704	38.850	146.556	33.846	29.741	33.901	34.727	132.215
Roraima	33.867	0	0	0	33.867	27.903	33.551	28.831	31.900	122.185
Tocantins	87.163	94.509	97.377	99.222	378.271	71.490	77.360	80.305	94.207	323.362
Nordeste	3.542.266	3.273.768	2.750.061	3.463.662	13.029.757	2.661.574*	2.635.144	2.799.538	2.862.837	10.959.093
Maranhão	238.449	238.653	244.576	249.945	971.623	189.710	186.748	218.971	225.761	821.190
Piauí	147.372	152.416	154.320	164.430	618.538	116.013	124.406	133.180	131.557	505.156
Ceará	483.409	489.217	0	541.196	1.513.822	385.055	386.161	411.239	465.676	1.648.131
Rio Grande do Norte	225.270	231.376	235.063	238.839	930.548	188.008	188.409	202.473	201.147	780.037
Paraíba	196.472	210.812	214.806	207.785	829.875	159.265	165.586	181.051	173.441	679.343
Pernambuco	653.388	681.684	664.037	715.104	2.714.213	519.816	550.437	577.014	562.300	2.209.567
Alagoas	159.995	153.599	149.759	243.734	707.087	137.610	122.473	126.299	135.618	522.000
Sergipe	197.929	145.098	135.406	143.284	621.717	109.045	109.814	115.985	113.387	448.231
Bahia	1.239.982	970.914	952.094	959.345	4.122.335	857.051*	801.110	833.327	853.950	3.345.438
Sudeste	12.412.863	12.196.964	12.191.642	13.403.739	50.205.208	9.774.236	10.114.918	10.324.807*	10.425.122*	40.639.083
Minas Gerais	2.142.508	2.177.458	2.322.841	3.289.699	9.932.506	1.767.507	1.812.324	1.819.088	1.917.516	7.316.435
Espírito Santo	574.263	515.454	494.118	528.081	2.111.916	532.091	538.086	591.843	509.130	2.171.150
Rio de Janeiro	2.332.770	1.782.416	1.759.628	1.831.991	7.706.805	1.377.445	1.469.247	1.439.210	1.441.413	5.727.315
São Paulo	7.363.320	7.721.636	7.615.055	7.753.969	30.453.980	6.097.193	6.295.261	6.474.666*	6.557.064*	25.424.184
Sul	3.362.947	1.907.010	1.926.726	2.071.995	9.268.678	2.966.864	2.866.785	2.826.950	2.897.476	11.558.075
Paraná	1.108.489	1.080.552	1.089.156	1.217.292	4.495.489	1.009.086	982.748	981.941	976.211	3.949.986
Santa Catarina	801.492	826.459	837.570	854.702	3.320.223	708.113	687.074	668.699	706.771	2.770.657
Rio Grande do Sul	1.452.966	0	0	0	1.452.966	1.249.666	1.196.963	1.176.311	1.214.494	4.837.434
Centro-Oeste	1.920.528	1.878.443	1.896.500	1.955.961	7.651.432	1.616.721	1.692.295	1.729.464	1.712.764	6.751.244
Mato Grosso	446.034	441.129	451.389	427.865	1.766.417	381.327	425.408	434.103	443.653	1.684.491
Mato Grosso do Sul	367.960	389.359	388.793	399.762	1.545.874	355.585	355.424	352.986	337.044	1.401.039
Goiás	745.991	671.852	683.789	738.791	2.840.423	569.291	557.175	582.476	600.100	2.309.042
Distrito Federal	360.542	376.104	372.529	389.543	1.498.718	310.518	354.287	359.899	331.968	1.356.672
Brasil	22.522.262	20.537.272	20.044.715	22.190.189	85.294.438	18.024.419*	18.304.716	18.708.783*	18.964.432*	74.002.350

Fonte: Confaz/Cotepe-ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última atualização: 09/08/2010.

Município

(Continua)

Balanco orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	487.715.378	458.397.295	946.112.673	452.740.651	464.552.895	917.293.546
Receitas correntes	508.662.899	480.959.795	989.622.694	467.774.436	427.477.788	895.252.224
Receita tributária	157.883.420	157.496.162	315.379.582	127.494.180	131.333.331	258.827.511
Impostos	130.456.986	138.599.964	269.056.950	110.339.349	118.240.943	228.580.292
Taxas	27.164.030	18.684.948	45.848.978	17.024.298	12.909.514	29.933.813
Outras receitas tributárias	262.403	211.249	473.652	130.533	182.874	313.406
Receita de contribuições	18.585.123	18.111.177	36.696.300	16.865.972	15.074.903	31.940.874
Contribuições sociais	7.593.392	7.922.967	15.516.359	8.213.076	7.627.457	15.840.533
Contribuições econômicas	10.991.730	10.188.209	21.179.939	8.652.896	7.447.446	16.100.342
Receita patrimonial	5.324.110	6.210.144	11.534.254	4.814.226	6.641.196	11.455.422
Receitas imobiliárias	273.336	433.746	707.082	136.926	152.631	289.558
Receitas de valores mobiliários	3.585.440	4.144.843	7.730.283	3.644.795	4.137.363	7.782.159
Receitas de concessões e permissões	1.465.333	1.506.593	2.971.926	1.032.504	2.208.471	3.240.975
Outras receitas patrimoniais	-	124.959	124.959	-	142.731	142.731
Receita industrial	59.111	197.278	256.389	298.135	153.552	451.687
Receita da indústria de construção	59.111	197.278	256.389	298.135	153.552	451.687
Receita de serviços	625.175	500.671	1.125.846	169.552	341.256	510.808
Transferências correntes	309.456.416	278.742.793	588.199.209	301.907.702	255.294.747	557.202.449
Transferências intergovernamentais	305.281.996	275.197.337	580.479.333	299.395.050	252.087.273	551.482.324
Transferências de instituições privadas	2.496.850	400	2.497.250	1.129	101.172	102.302
Transferências de pessoas	700	1.670	2.370	1.091	589	1.680
Transferências de convênios	1.696.869	3.516.335	5.213.204	2.510.432	2.956.378	5.466.809
Outras receitas correntes	16.729.540	19.701.567	36.431.107	16.224.670	18.638.803	34.863.473
Multas e juros de mora	11.541.217	12.956.640	24.497.857	10.003.443	10.256.747	20.260.191
Indenizações e restituições	235.277	361.641	596.918	396.811	916.650	1.313.461
Receita da dívida ativa	4.425.207	5.072.902	9.498.109	4.996.726	6.674.948	11.671.674
Receitas diversas	527.838	1.310.382	1.838.220	827.690	790.457	1.618.148
Receitas de capital	14.946.036	8.847.184	23.793.220	15.456.606	63.343.688	78.800.294
Operações de crédito	-	-	0	-	-	0
Operações de crédito internas	-	-	0	-	-	0
Alienação de bens	-	-	0	-	-	0
Alienação de bens móveis	-	-	0	-	-	0
Transferências de capital	14.946.036	8.847.184	23.793.220	15.456.606	63.343.688	78.800.294
Transferências intergovernamentais	-	-	0	-	-	0
Transferências de convênios	14.946.036	8.847.184	23.793.220	15.456.606	63.343.688	78.800.294
Outras receitas de capital	-	-	0	-	-	0
Receitas diversas	-	-	0	-	-	0
Dedução da receita corrente	-35.893.557	-31.409.684	-67.303.241	-30.490.391	-26.268.580	-56.758.971
Receitas (intraorçamentárias) (II)	9.383.655	9.111.401	18.495.056	5.837.913	11.457.453	17.295.366
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	497.099.033	467.508.697	964.607.730	458.578.564	476.010.348	934.588.912
Déficit (IV)	-	-	0	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	497.099.033	467.508.697	964.607.730	458.578.564	476.010.348	934.588.912

(Conclusão)

Balço orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-ago. 2009/2010						
(R\$ 1,00)						
Receita intra orçamentária	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas correntes	9.383.655	9.111.401	18.495.056	5.837.913	11.457.453	17.295.366
Receita de contribuições	9.117.816	8.845.563	17.963.379	372.776	11.136.547	11.509.323
Receita de serviços	265.838	265.838	531.676	465.137	320.906	786.043
Receita de capital	-	-	0	-	-	0
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	0	-	-	0
Total	9.383.655	9.111.401	18.495.056	5.837.913	11.457.453	17.295.366

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível até 13/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Balço orçamentário – Despesa Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-ago. 2009/2010						
(R\$ 1,00)						
Despesa executada	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	493.349.693	512.982.674	1.006.332.367	400.247.375	469.745.709	869.993.084
Despesas correntes	438.872.040	470.724.934	909.596.974	380.129.432	423.199.548	803.328.979
Pessoal e encargos sociais	157.935.926	169.091.661	327.027.587	137.740.348	154.184.981	291.925.330
Juros e encargos da dívida	11.634.415	11.314.654	22.949.069	11.859.969	73.756.706	85.616.675
Outras despesas correntes	269.301.698	290.318.418	559.620.116	230.529.115	257.640.034	488.169.149
Despesas de capital	54.477.653	42.257.739	96.735.392	20.117.943	46.546.162	66.664.105
Investimentos	25.880.509	25.016.428	50.896.937	2.424.522	27.444.350	29.868.872
Inversões financeiras	3.975.805	1.210.000	5.185.805	1.442.280	2.798.880	4.241.160
Amortização da dívida	24.621.338	16.031.311	40.652.649	16.251.141	16.302.923	32.554.065
Reserva de contingência	-	-	0	-	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	10.205.482	11.047.171	21.252.653	7.635.818	8.546.906	16.182.724
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	503.555.176	524.029.846	1.027.585.022	407.883.193	478.292.615	886.175.808
Superávit (IV)	-	-	0	-	-	0
Total (V) = (III + IV)	503.555.176	524.029.846	1.027.585.022	407.883.193	478.292.615	886.175.808

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas correntes	10.205.482	11.047.171	21.252.653	7.635.818	8.546.906	16.182.724
Pessoal e encargos sociais	8.139.643	9.247.171	17.386.814	7.384.618	8.011.095	15.395.713
Outras despesas correntes	2.065.838	1.800.000	3.865.838	251.200	535.811	787.011
Despesas de capital	-	-	0	-	-	0
Investimentos	-	-	0	-	-	0
Total	10.205.482	11.047.171	21.252.653	7.635.818	8.546.906	16.182.724

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X

Compartilhe seu conhecimento

divulgando artigos na revista
Conjuntura & Planejamento (C&P)

A publicação tem como foco principal o comportamento da economia nacional e regional, bem como o desenvolvimento do planejamento na Bahia. Com um diversificado leque de artigos e informações estatísticas, a revista busca refletir a realidade contemporânea.

Envie seu artigo para o
c&p@sei.ba.gov.br

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

